UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

VINÍCIUS GALVÃO RAMOS

DESVELAR O URBANO

O Centro de Vitória-ES e o ensaio de uma experiência fenomenológica

VITÓRIA, ES

2020

VINÍCIUS GALVÃO RAMOS

DESVELAR O URBANO

O Centro de Vitória-ES e o ensaio de uma experiência fenomenológica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Cidade e Impactos do Território.

Orientadora: Profª. Dra. Martha Machado Campos

VITÓRIA

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Ramos, Vinícius Galvão, 1991-
R175d Desvelar o urbano : o Centro de Vitória-ES e o ensaio de uma experiência fenomenológica / Vinícius Galvão Ramos. - 2020.
141 f. : il.

Orientadora: Martha Machado Campos.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Planejamento urbano. 2. Fenomenologia. 3. Percepção. 4. Subjetividade. I. Campos, Martha Machado. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

VINÍCIUS GALVÃO RAMOS

“DESVELAR O URBANO: O CENTRO DE VITÓRIA-ES E O ENSAIO DE UMA EXPERIÊNCIA FENOMENOLÓGICA”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 28 de maio de 2020.

Comissão Examinadora

_____
Profa. Dra. Martha Machado Campos
(orientadora – PPGAU/UFES)

_____
Prof. Dr. Milton Esteves Júnior
(membro interno – PPGAU/UFES)

_____
Prof. Dr. Eduardo José Marandola Júnior
(membro externo – UNICAMP)

_____
Profa. Dra. Gisele Girardi
(membro externo – UFES)

Este documento foi assinado digitalmente por VINICIUS GALVAO RAMOS
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/41881?tipoArquivo=O

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARTHA MACHADO CAMPOS - SIAPE 1172697
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAr
Em 22/07/2020 às 10:27

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/41441?tipoArquivo=O

Este documento foi assinado digitalmente por MARTHA MACHADO CAMPOS
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/41441?tipoArquivo=O

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
GISELE GIRARDI - SIAPE 2286315
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 23/07/2020 às 18:55

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/41883?tipoArquivo=O

Este documento foi assinado digitalmente por GISELE GIRARDI
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/41883?tipoArquivo=O

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meus primeiros mestres, que me ensinaram o sentido de amor incondicional.

Agradeço à minha orientadora, profa. Dra. Martha Machado Campos, pelo acolhimento nessa importante etapa da minha vida. Martha foi mais do que uma orientadora, foi uma parceira, que com sua sabedoria descobriu, antes de mim, onde eu queria chegar e esteve comigo durante todo o percurso, confiando no potencial deste trabalho, me motivando quando estive desacreditado e sendo uma profissional inspiradora. Sou grato pela atenção, confiança, paciência e generosidade desde o primeiro e-mail de recepção.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFES), em especial à professora Eneida Mendonça e ao professor Antônio Carlos Queiroz, e ao Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (NAU).

Aos membros da banca, professores Milton Esteves Jr e Eduardo Marandola Jr, pelas preciosas contribuições desde a qualificação, e professora Gisele Girardi, que mesmo em um curto período de aula foi capaz de transportar minha consciência para destinos que eu desconhecia.

Ao meu namorado, Philippe Matos, que esteve comigo em cada passo e tornou essa caminhada muito mais leve.

Aos amigos do mestrado, Marina Brandão, Gustavo Pimenta, André Lima, Rômulo Croce, Juliano Prata e Oscar Preciado. Às minhas incentivadoras e pacientes amigas, Patricia Stelzer, Mayra Pontes, Bruna Malacarne, Fernanda Abdallah, Maiele Alves, Luisa Donde e Thaise Geiadina. À minha família de amigos em terra distante, Simona Gros, Matej Gombac e suas filhas, Monika e Maja.

Às pessoas afáveis e calorosas do Centro de Vitória que compartilharam suas histórias comigo e a quem mais essa leitura possa sensibilizar.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento à pesquisa e pela continuidade de seu compromisso com a educação em tempos tão incertos.

“Pode-se efetuar a passagem olhando ativamente,

despertando para o mundo,

não se pode assistir a ela como espectador”.

(MERLEAU-PONTY, 2014, p. 21)

RESUMO

A sociedade ocidental se desenvolveu sob a preponderância do pensamento racional e objetivo desde a Idade Moderna. Aliado aos avanços científicos e tecnológicos que se sucederam, a objetividade tem sido aplicada dominantemente em distintas áreas do conhecimento. No século XX, o campo da arquitetura e do urbanismo se alinha ao Movimento Moderno na exploração de técnicas e materiais na reconstrução de cidades europeias no segundo pós-Guerra. O discurso homogêneo da cidade moderna pressupôs a inovação de tipologias edilícias e a ascensão de intervenções rodoviárias no espaço urbano. No limite, a cidade moderna está pautada no conceito universal da cidade submetida ao zoneamento racionalista, cujo uso do solo urbano deve ser separado por funções. A replicação banalizada dos princípios modernos culminou na situação extrema de espaços citadinos fragmentados e corpos humanos passivos. Esses pensamentos foram e, ainda são, mesmo que revisados, paradigmas e práticas no campo profissional do arquiteto urbanista. Em Vitória (ES), o processo de modernização da cidade iniciado no final do século XIX e intensificado no século XX, impactou especialmente o Centro, gerando a reestruturação urbanística da área e a expansão das atividades portuárias. Os aterros expressaram, ao longo do século passado, um significativo aumento de área edificável, impulsionou a verticalização dos imóveis e a abertura de novas vias, acompanhando o modelo urbanístico de grandes cidades europeias e latino-americanas. Nota-se no meio acadêmico uma predileção pelo conhecimento objetivo, que visa instrumentalizar métodos e validar resultados. Este trabalho considera restrito preconizar a imparcialidade do pesquisador diante do objeto estudado e adotar a apreensão da realidade mediante a dicotomia objetividade-subjetividade. Ressalta a subjetividade como contraponto necessário ao racionalismo e recorre a atitude fenomenológica como um método para revalidar a subjetividade na ciência. Ensaia uma abordagem fenomenológica no Centro de Vitória, em experiência intersubjetiva do pesquisador imerso no cotidiano do bairro, com intuito de desvelar novas questões relativas à leitura do espaço urbano. Resulta numa narrativa em primeira pessoa, descrevendo a trajetória do pesquisador e a questão mobilizadora deste estudo: o que o Centro pode lhe dizer subjetivamente, que não tenha dito antes sob um olhar técnico?

Palavras-chave: Cidade moderna; Centro; Experiência; Subjetividade; Fenomenologia.

ABSTRACT

Western society has developed under the preponderance of rational and objective thinking since the Modern Age. Combined with the scientific and technological advances that have followed, objectivity has been applied predominantly in different areas of knowledge. In the 20th century, the field of architecture and urbanism has aligned with the Modern Movement in the exploration of techniques and materials in the reconstruction of European cities in the second post-war period. The homogeneous discourse of the modern city presupposed the innovation of building types and the rise of road interventions in the urban space. At the limit, the modern city is based on the universal concept of the city submitted to rationalist zoning, whose use of urban land must be separated by functions. The trivialized replication of modern principles culminated in the extreme situation of fragmented city spaces and passive human bodies. These thoughts were and still are, even if revised, paradigms and practices in the professional field of the architect and urban planner. In Vitória (ES), the modernization process of the city started in the late 19th century and intensified in the 20th century, especially impacted the Center, generating the urban restructuring of the area and the expansion of port activities. Landfills expressed, over the past century, a significant increase in buildable area, boosted the verticalization of properties and the opening of new roads, following the urban model of large European and Latin American cities. In the academic environment, there is a predilection for objective knowledge, which aims to instrumentalize methods and validate results. This work considers it restricted to advocate the researcher's impartiality regarding the studied object and adopt the apprehension of reality through the objectivity-subjectivity dichotomy. It emphasizes subjectivity as a necessary counterpoint to rationalism and uses the phenomenological attitude as a method to revalidate subjectivity in science. Rehearses a phenomenological approach in the Center of Vitória, in an intersubjective experience of the researcher immersed in the daily life of the neighborhood, in order to unveil new issues related to the reading of the urban space. It results in a first-person narrative, describing the researcher's trajectory and the mobilizing question of this study: what can the Center say subjectively, that it has not said before under a technical view?

Keywords: Modern city; Center; Experience; Subjectivity; Phenomenology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Demarcação do bairro Centro na cidade de Vitória - ES.....21
Figura 2 – Villa Savoye, por Le Corbusier (Poissy, França, 1928) 28
Figura 3 – Farnsworth House, por Mies van der Rohe (Plano, EUA, 1945) 29
Figura 4 – Plan Voisin, por Ler Corbusier (1925) 30
Figura 5 – Complexo Residencial, por Alberto José Pessoa e afiliados (Lisboa, 1954) 31
Figura 6 – Hochhausstadt (High Rise City), por Hilberseimer (não construído, 1924) 34
Figura 7 – Edifício Seagram, por Mies van der Rohe (Nova York, 1958).....35
Figura 8 – Unite d' Habitation, por Le Corbusier (Marselha, França, 1952).....37
Figura 9 – Superquadras de Brasília (DF), Plano Piloto de Lúcio Costa (1957).....38
Figura 10 – Obras de Lina Bo Bardi no Brasil 40
Figura 11 – Letreiro “Modernizar é parte do processo” no Centro de Vitória - ES. Que processo é esse? 41
Figura 12 – Aterro do Campinho, antes da implantação do Parque Moscoso (s/d)..44
Figura 13 – Praça Costa Pereira (1928).....46
Figura 14 – Avenida Capixaba, atual Avenida Jerônimo Monteiro (1927).....46
Figura 15 – Vista aérea da área do aterro da Esplanada Capixaba (1961).....47
Figura 16 – Vista do aterro da Esplanada Capixaba em processo de verticalização (1970).....48
Figura 17 – Compilado de visuais a partir de ruas do Centro.....90
Figura 18 – Registro da materialidade do banco da Praça Costa Pereira.....92
Figura 19 – Corpo em simbiose com árvore da praça.....93
Figura 20 – A Catedral de Vitória no interstício 94
Figura 21 – Esquema representando os territórios do Centro.....95
Figura 22 – Registros de pichações em edificações na área mais nova do Centro .96
Figura 23 – Pichações no Centro histórico e entorno de monumento 97
Figura 24 – Compilado de mensagens nas fachadas de edificações do Centro histórico.....98
Figura 25 – Pichações “sozinha uma mulher negra” (Thiara Pagani) no Centro histórico.....99

Figura 26 – Mensagens de empoderamento e representatividade.....100
Figura 27 – Registros da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes (Beira-Mar)102
Figura 28 – Registros de ruas e praça do Centro histórico 103
Figura 29 – Fachadas diversas e orgânicas na área predominantemente residencial 105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ideias gerais sobre o par objetividade-subjetividade 65

SUMÁRIO

PRÉ-TEXTO: A trajetória do sujeito à pesquisa 10

INTRODUÇÃO 17

1. DA ABSTRAÇÃO MODERNISTA À APATIA DOS SENTIDOS: FOI PRECISO MODERNIZAR(?) 27

1.1 Revisitando a cidade a partir do Movimento Moderno: uma análise crítica 28

1.2 O processo de modernização do Centro de Vitória (ES) 42

1.3 Repensando a cidade e o urbanismo até a contemporaneidade 50

2. BUSCANDO UMA ATITUDE FENOMENOLÓGICA INTERSUBJETIVA: MINHA PESQUISA E MEU CORPO(?) 60

2.1 Desconstruindo o dualismo objetividade-subjetividade 62

2.2 Fenomenologia 69

2.3 Percepção 74

2.4 Experiência e ação 77

2.5 Corpo 80

3. DA IMPESSOALIDADE À 1ª PESSOA: O QUE O CENTRO ME DIZ(?) 83

3.1 A narrativa dos encontros 85

3.1.1 *A casa* 85

3.1.2 *O Centro* 89

3.1.3 *As pessoas* 107

3.2 Desvelado o Centro 110

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: VER É PERCEBER(?) 112

POR ORA, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 123

REFERÊNCIAS 128

PRÉ-TEXTO: A TRAJETÓRIA DO SUJEITO À PESQUISA

Como ocorre na maioria das pesquisas científicas – senão todas –, muitas perguntas surgiram no desenvolvimento desta. A diferença, para mim, foi o teor das perguntas, já que eu nunca havia sido tão intimamente provocado em pesquisas anteriores. Provocado a colocar em dúvida o que eu julgava saber, provocado a desconstruir e reaprender, ou ao menos ressignificar saberes. Por que estudo as cidades? Por que me preocupo com as relações sociais que acontecem nas cidades? Por que as cidades são como são? Por que acabei voltando ao Centro? Por que me interesso por uma carreira acadêmica? Por que faço ciência? Por que tenho que fazer ciência da maneira tradicional? Por que pareço uma criança na fase dos porquês?

Claro que não tenho a pretensão de responder todas essas questões agora. Surgiram – e ainda surgem – inúmeros questionamentos que demandariam mais tempo de reflexão e análise do que o esperado nesses dois anos de mestrado, o que me despertava uma sensação de constante atraso para iniciar de fato a pesquisa, até finalmente compreender que eu a havia iniciado muito antes. Por tal motivo, um breve relato dessa trajetória integra a presente pesquisa.

Eu tive o privilégio de, ainda no interior da Bahia onde fui criado até meus 15 anos, ter estudado em uma escola privada que inseria disciplinas além do básico obrigatório naqueles anos 90. Desde cedo, no chamado “ensino fundamental”, tive contato com aulas de Filosofia, além das tradicionais aulas de Artes, havia aula de Música, as aulas de Português eram seguidas de aulas exclusivamente de Poesia e a opção para quem, como eu, não tinha aptidão ou tinha restrições para as aulas de Educação Física, era ter aula de xadrez. Essas aulas me fascinavam mais que as convencionais, ainda que eu não tivesse destreza para música ou xadrez, as aulas eram leves, sem o rigor das carteiras e do quadro negro. Meu último trabalho nessa escola, no 1º ano do ensino médio, foi dirigir uma peça de teatro, tratada com profissionalismo, da seleção do elenco à venda de ingressos e gravação em DVD. Era uma ótima escola, de educação despretensiosamente holística, mas eu só reconheci depois.

Concluí o ensino médio em uma boa escola no Espírito Santo, mas ali a flauta doce e o caderno de poesia já não me acompanhavam nos estudos. A bolha estourou, eu percebi que as aulas fascinantes não eram o padrão e tive que me encaixar nos

padrões dos simulados pré-vestibular, turmas divididas por notas e alunos, que se diziam amigos, mas não frequentavam as casas uns dos outros depois da aula. Como esse pode ser o padrão a ser seguido? Talvez, o que seja notável dessa experiência tenha sido retornar à minha cidade natal, conhecer e criar vínculos sociais e cultural com o lugar e as pessoas. Essa curiosidade me acompanhou por toda infância e adolescência na Bahia, pois havia mudado para lá antes que pudesse colocar as lembranças na *caixola*. Mas, enquanto eu buscava uma essência capixaba que me conectasse, o sotaque, a poesia e a música baianas foram reprimidas. Eu me adaptei e, na homogeneização, me perdi.

Superei o ensino médio, descobri que dentre as disciplinas tradicionais eu gostava de Química e fui cursar Farmácia, porque me imaginava manipulando ingredientes e criando novas fórmulas, compostos que transformariam as vidas das pessoas. Um plano ingênuo, que por consequência durou apenas dois anos e meio. Posteriormente, tentei profissionalizar um *hobby*, a fotografia. Foi nesse curso que o professor ressaltou que meu foco nas fotografias era a cidade, alguns registros de edificações, mas muitos registros do cotidiano urbano, o objeto era mais do que as pessoas, as ações naquele ambiente que me interessavam. O curso encerrou com uma bela exposição dos alunos, eu apresentei uma série de fotos em preto e branco acompanhada de uma narrativa escrita sobre moradores de rua e me despedi intrigado com o comentário do professor.

Ingressei no curso de Arquitetura e Urbanismo entusiasmado com a parte arquitetônica, não vou negar. Aquele discurso do registro do cotidiano urbano me soava “subjetivo demais”, mas criar um prédio, uma casa? Era como voltar às fascinantes aulas de Artes. Os primeiros períodos contavam mesmo com certa expressão artística, um estímulo à criatividade sem tantas restrições, contudo, uma hora chegaram os limites, gabaritos, normas técnicas. Vieram com explicações plausíveis sobre a necessidade de tais regulamentações, porém, ainda assim, retiraram um pouco do encanto inicial. Nesse momento que as aulas de introdução ao Urbanismo me atraem como uma porta para acessar o que era “subjetivo demais”.

É provável que, nesse ponto, subjetividade e cidade tenham se alinhado em um horizonte possível para meu entendimento. Ao menos na minha graduação, teoria e crítica andavam mais próximas das disciplinas de urbanismo do que arquitetura. Embora o curso tivesse um foco propositivo, seguindo a maneira como o profissional

da área é visto, como um solucionador de problemas através de formas arquitetônicas ou zoneamentos urbanos, no urbanismo eu sentia uma abertura ao questionamento, ao diálogo, a discussão era bem-vinda. Da história do urbanismo ao projeto integrado de arquitetura e urbanismo eu conseguia traçar uma perspectiva que unia um lugar, as pessoas, o processo criativo e a crítica cabível ao modelo dominante. Eu descobri o que me motivaria dentro do curso e depois dali por todos os dias. Porque o projeto de uma cidade nunca estará concluído, é uma eterna construção, uma criação coletiva, repleta de questionamentos e possibilidades.

Ainda na graduação eu fui mais uma vez privilegiado com a oportunidade de realizar um intercâmbio na Universidade de Amsterdã, onde cursei *Urban Studies: Planning & Living in Cities* durante o verão de 2015. Nesse mesmo período, um estudo neerlandês de urbanismo e percepção estava se propagando e analisava a cidade ao nível dos olhos (*The City at Eye Level: Lessons for Street Plinths).*[1] Tal aproximação sensorial da cidade logo me conquistou, era preciso caminhar e observar todo o térreo, fachada por fachada, era como olhar nos olhos de todas as pessoas, tantas texturas, materiais, cores, tantos usos, funções e tantas relações ocorriam ali. Esbocei um trabalho acadêmico com esse viés para analisar o processo de gentrificação no distrito da Luz Vermelha, um tema que estava em alta em meio à protestos na cidade contra o Projeto 1012 e o fechamento das vitrines das profissionais do sexo. Era um olhar para o outro mais distante de mim: o outro de outro gênero e marginalizado, intimamente ligado a um lugar. Percorri o bairro, observei, conheci pessoas, fotografei quando pude, mas infelizmente meu tempo era limitado e curto. Entretanto, a curta experiência foi suficiente para me afetar e eu desenvolver um trabalho de conclusão de curso na graduação com a mesma metodologia, desta vez aplicada no coração de outra cidade, o Centro de Vitória/ES. Caminhada, observação, registros, diário, fotografia e, atendendo a uma exigência da instituição, um produto final no formato de projeto de redesenho viário.

O caminho até a obtenção do título de arquiteto e urbanista foi marcado por uma primeira redescoberta dos meus sentidos. Digo primeira porque foi um exercício de sentir ainda superficial, literal, uma transcrição do ver, ouvir, tocar, não distante das funções no dia a dia, somente aplicados a um estudo. Considero que na atual

[1] KARSSENBERG, H., LAVEN, J., GLASER, M., HOFF, M. The City at Eye Level: Lessons for Street Plinths. Eburon Academic Publisher, Delft, Netherlands, 2016. 340p.

pesquisa pude ir além, pude descobrir o que há por trás da percepção. Natural, pois eu não estaria no Mestrado se tivesse encontrado todas as respostas na graduação.

Já nessa fase, cursei inicialmente como aluno especial a disciplina Paisagem: Métodos de Análise e Construção, por razões claras, o que me ajudou na elaboração do projeto de pesquisa. Hoje, pouco resta daquele projeto em termos de estrutura e metodologia, mas acredito que sua essência permaneça. Como aluno regular, dentre as demais disciplinas cursadas destaco Habitar a Cidade: Narrativas do Corpo na Sobremodernidade, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, uma vez que nela tive o primeiro contato com a fenomenologia e com uma didática fora do convencional, subjetiva, poética e quase experimental, que eu não esperava encontrar na universidade. O Mestrado, até então, evocava problematizações maiores e mais profundas do que a graduação, contudo, o método de debate e produção acadêmica ainda seguia moldes convencionais, logo, a disciplina mencionada me abriu os olhos para novas possibilidades. Na ocasião do estágio em docência, pude focar nos estudos de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, especialmente no urbanismo pós-moderno, a partir das críticas à teoria Internacional do modernismo racionalista. Some a essas experiências uma vontade de conquistar novos territórios, saindo do Centro de Vitória/ES para um conceituado Centro expandido, assim cheguei ao exame de qualificação. Tomado por uma forte crítica ao racionalismo, de posse de um novo – para mim – saber subjetivo e rumo a um território pouco explorado no meio acadêmico, eu tinha bons ingredientes, mas ainda não havia feito os questionamentos corretos para compreendê-los.

Com a qualificação, recebi contribuições que apontaram prováveis caminhos, possibilitaram reinterpretações, apresentaram novas teorias, provocaram mais perguntas e despertaram uma resposta essencial que minha orientadora compartilhou comigo ao se/me questionar por que eu estava fazendo essa pesquisa, “porque você precisa virar a página, porque você não quer ser o urbanista tradicional”. E, além do urbanista, eu também não me satisfaço com o padrão do pesquisador tradicional.

Agora, eu preciso ser direto com você que está lendo. Não quero que soe egoísta, apesar de ser um texto autobiográfico (à frente debateremos o foco no sujeito dentro da fenomenologia), porém, aquela resposta pode te parecer de pouca valia, quando na verdade foi como cortar minha última amarra, livrar-me do que me impedia de compreender o que eu faço e seguir adiante. Intimamente eu queria fazer uma ciência

subjetiva e pessoal, contudo, seguia limitado pela maneira de fazer ciência que eu conhecia e julgava certa, a universal, objetiva, técnica, propositiva, mas eu precisava virar a página. Ainda preciso.

Participei do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR 2019) apresentando um ensaio desta pesquisa, uma versão mais próxima do conteúdo da qualificação. Na ocasião, centenas de trabalhos foram selecionados, divididos em categorias de apresentação por afinidade dos temas e lá estávamos nós em “Outros” com mais três trabalhos. Dentre as críticas pós-apresentação, professoras que compunham a comissão científica do evento apontaram a proximidade deste conteúdo com teorias feministas, uma perspectiva que eu não imaginava explorar. Eu ainda não consigo definir se a sensação de pertencer ao “Outros” me deixava animado ou aflito. A junção desses sentimentos me acompanha a todo instante, mas precisei confiar na minha convicção.

Dentre as idas e vindas de orientações e novas bibliografias, uma referência sempre esteve presente, eu recorria àquelas páginas em todo momento de dúvida, no livro do arquiteto Josep Maria Montaner, Do diagrama às experiências: rumo a uma arquitetura de ação[2], em especial seu capítulo Experiências, onde trata da desconstrução da dualidade subjetividade-objetividade, apresenta teorias feministas, os múltiplos conceitos de experiência e uma introdução à fenomenologia de Merleau-Ponty. Muitos dos meus porquês saíram daquelas linhas, assim como muitas respostas se desvendaram nas entrelinhas. Outro achado pós-qualificação foi a tese de doutorado do, também arquiteto, Rodrigo Gonçalves dos Santos, Perceber o (in)visível: o corpo desenhando uma trajetória existencial no espaço e no objeto[3], que medicou o meu cientista ansioso e desequilibrado com poesia, descrevendo a realidade calorosamente através de seus sentidos, longe da frieza das metodologias instrumentalizadas.

[2] MONTANER, J. M. Do diagrama às experiências: rumo a uma arquitetura de ação. São Paulo: Gustavo Gili, 2017

[3] SANTOS, R. G. Perceber o (in)visível: o corpo desenhando uma trajetória existencial no espaço e no objeto. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011

Outro impasse que me freava era o tal objeto, o campo. Como me aproximar de um território cuja recomendação é não andar por suas ruas?[4] Como me livrar de um pré-conceito e arriscar minha segurança? Não foi fácil abrir mão daquele lugar, o sentimento é de que muitas histórias dali permanecerão invisíveis, mas possivelmente elas não se revelariam a mim mesmo se estivesse diante delas. Lá se foram mais alguns meses nesse processo de definir o local, até minha orientadora novamente me presentear com a resposta, é tempo de voltar ao Centro. Eu não precisava conquistar novos territórios, o Centro não havia se esgotado. Porque não há lugar tão carregado de subjetividade, poesia, significados, memória, resistência e afetos quanto o Centro, o cerne da cidade. Minha mais recente reaproximação com o Centro havia sido por meio de algumas experiências em 2019: atuação no Mandato Coletivo de um vereador que representa a região Centro, a caminhada do projeto *Jane's Walk* e o cortejo da Campanha da Função Social da Propriedade.[5] E, pensando bem, eu nunca me distanciei do Centro. Apesar de não ser morador do bairro, com demasiada frequência lá estava eu percorrendo suas ruas e vielas, parando em suas praças, prestigiando seus eventos, reencontrando suas personalidades, admirando suas exposições, fotografando suas paisagens, cantando e dançando nos blocos de carnaval de rua nos últimos anos. Por que não o redescobrir?

Os porquês começaram com questões próximas do presente, relacionadas diretamente à pesquisa, entretanto, a cada reflexão surgia um novo porquê que me aprofundava em minha própria história. Nesse ponto eu espero que você entenda o porquê de eu ter compartilhado a minha trajetória até aqui. Porque eu precisei entender que meus interesses por cidade e subjetividade vinham do menino criado no interior da Bahia, que tinha aulas de Poesia às sextas; que se mudou sozinho para sua cidade natal buscando sua essência, mas acabou a perdendo para anos depois reencontrá-la no anseio de criar; o que não criou a partir de elementos químicos, criou com novos olhares na fotografia, capturou edifícios e registrou o cotidiano dos outros,

[4] A GAZETA. Assassinatos na Ilha do Príncipe: o que motivou os crimes? Online. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/assassinatos-na-ilha-do-principe-o-que-motivou-os-crimes-1219> Acesso em: 29 jan. 2020

[5] A Campanha da Função Social da Propriedade no Centro de Vitória constituiu uma ação política com intensa convergências de lutas realizadas entre agosto e dezembro de 2019. A campanha foi promovida pela Associação dos Moradores do Centro, Defensoria Pública do Espírito Santo, Projeto Brasil Cidade – BrCidades (núcleo ES-GV) e PPGAU/Ufes, realizou mapeamento e denúncia dos 127 imóveis desocupados, abaixo-assinado, material informativo, eventos de rua e participou de sessões da Câmara Legislativa de Vitória.

até o objeto da foto se tornar campo de estudo e eu perceber que meus pensamentos e minha trajetória tinham cunho fenomenológico. *Oxi*, você ainda não entendeu? Pois, *ó paí*... isso aqui foi só o pré-texto.

INTRODUÇÃO

> *Aumentar ciência é acumular informações objetivas. Aumentar consciência é envolver-me criticamente com as coisas. Não é um mero saber. Aqui saber, agir e sentir são indissociáveis* (AMATUZZI, 2006, p.94).

Durante essa pesquisa foi preciso aumentar a consciência a respeito de muitas informações que se consolidaram com o tempo e aparentam ser inquestionáveis e imutáveis. Aumentar a consciência tem sido um exercício de revisão e expansão do conhecimento a partir do senso crítico, interrogando o que se pressupõe saber em um contínuo processo de desconstrução pessoal e profissional. Ao dar vida a este trabalho pela leitura, espera-se que o leitor também se disponha a participar do processo, livre de pré-conceitos, sendo o elemento complementar deste estudo. Esse é o ponto de partida e a chave de leitura para compreender tudo o que vem a seguir.

***

A vivência nas cidades já é uma realidade para a maioria das pessoas no planeta. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2018, 55% da população mundial morava em áreas urbanas. No Brasil, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, aproximadamente 84% da população nacional residia em cidades. Tal número continua a aumentar exponencialmente, de modo que o principal habitat do homem contemporâneo se configura como o habitat urbano. Não por acaso, as cidades demandam intervenções para acomodar cada vez mais pessoas e para atender às necessidades dos habitantes.

A arquitetura e o urbanismo modernistas prezavam pela economia de tempo e recursos financeiros, permitindo fácil reprodução, o que atendia às necessidades de reconstrução de habitações no segundo pós-Guerra na Europa. Esses fatores instituíram a urbanística operacional, como ficou conhecida, marcada por uma arquitetura funcional e homogênea (LAMAS, 1994). As décadas seguintes foram marcadas por grandes intervenções urbanas, destacando-se as grandes obras rodoviárias para circulação de automóveis, bem como estacionamentos, os condomínios residenciais fechados e centros comerciais. Tais pensamentos

modernistas foram e ainda são, mesmo que revisados, paradigmas e práticas no campo profissional do arquiteto urbanista.

Como ressaltado pela filósofa Arantes (2001, p.12), o esgotamento do Movimento Moderno foi algo “difícil de engolir” no Brasil. Afinal, a modernidade arquitetônica era um sucesso por aqui. Foi preciso aguardar o colapso da construção nacional para afirmar-se o fim de uma época. Contudo, não demorou muito para que se abrigasse “[...] um novo conformismo moderno, muito à vontade na camisa-de-força do capitalismo de imagens” (ARANTES, p.12). Segundo Montaner (2017), teóricos sempre acreditaram na dimensão social da modernização e da tecnologia, porém, a rentabilidade capitalista impõe a tecnologia como medida de tudo há mais de dois séculos. De modo que o atual *star system* arquitetônico e urbanístico não trata mais de arquitetura ou cidades, pois “[...] não é mais possível distinguir o planejador do empreendedor” (ARANTES, 2001, p.13).

A base científica e tecnológica seguiu sua evolução e os avanços impactam os modos de viver da sociedade: a mobilidade, os relacionamentos, o lazer, a educação e o trabalho. Arquitetos e urbanistas não fogem dessa influência. É possível identificar desde o Movimento Moderno o prestígio do saber técnico e científico na busca por novas soluções em materiais e tecnologias e na tentativa de sistematizar as atividades humanas nas cidades (MONTANER, 2017).

No que tange o planejamento urbano, é preciso reconhecer as limitações de uma análise formal e funcional das cidades. Enfrenta-se a prática do olhar superior de fotografias aéreas e mapas que proporcionam a produção de análises generalizadas a partir da visualização vertical dos fenômenos (SANTOS; SOUZA, 2007), o que compromete e limita a compreensão do espaço urbano, uma vez que essa leitura pode promover a redução do espaço urbano ao desconsiderar elementos importantes na vida cotidiana que só podem ser vistos a partir do olhar horizontal. É preciso, portanto, ir além da realidade objetiva, pois nem sempre o que é visível revela o que realmente acontece no espaço. Torna-se imprescindível compreender como a realidade “[...] fala aos sentidos do sujeito” (SERPA, 2007, p.17). Segundo Pallasmaa (1986), os significados estão, na maioria das vezes, imbricados nas experiências que a pessoa tem com o lugar e não nas formas deste. Dessa maneira, fica evidente o dilema na distinção entre o espaço planejado e projetado por arquitetos urbanistas e o espaço vivido e percebido pelas pessoas. Para Barthes (1997), qualquer espaço humanizado

é sempre um espaço dotado de significados, contradizendo o espaço planejado, mapeado, visto verticalmente, que segue a lógica de uma ciência matemática, geométrica,

> com seus pontos rigorosamente precisos, coordenadas absolutas e distâncias mensuráveis, pura construção do pensamento, não é habitável, ainda que se faça frequentemente uso de diversas ciências exatas na construção de casas, bairros, ruas e cidades, cujo conceitos de espaço são determinados a partir da geometria e, portanto, com frequência inumanos (FURTADO, 2005, p.419).

Do ponto de vista social, à medida que a tecnologia evolui, nos sentimos mais estressados, ansiosos, controlados e mecanizados. Um exemplo disso é a utilização do automóvel como instrumento para exercer um direito de movimentação sem restrições desconhecida por qualquer civilização urbana anterior à nossa. A experiência da velocidade na mobilidade física permitiu a transferência de pessoas para locais segregados e distantes dos centros das cidades, no entanto, a indiscriminada utilização do automóvel ultrapassou o limite do conforto e segurança. Aliado a isso, os locais segregados e fragmentados para os quais os seres humanos se deslocaram também causam efeito devastador na sociedade. O sociólogo Sennett (2016) aponta a privação sensorial como um problema contemporâneo a que estamos condenados pelos mais modernos edifícios e pela passividade e monotonia que afligem o ambiente urbano.

No meio acadêmico, com destaque para a cultura ocidental, há uma predileção pelo conhecimento objetivo, propagado pela ciência positivista (MACHADO, 2003). Nesse cenário, a subjetividade e suas qualidades sensoriais, perceptivas e intuitivas são subestimadas e negadas. Tal forma de conhecimento visa instrumentalizar o método de pesquisa devido à sua extrema preocupação com a validação dos resultados. No entanto, essa visão tende a ser ingênua ao desconsiderar a formação pessoal do próprio cientista-pesquisador e ao tentar torná-lo imparcial diante do objeto de pesquisa, correndo o risco de não apreender a realidade por completo (CUPANI, 1989). Entretanto, a validação da subjetividade na ciência não deve se tornar um comportamento hegemônico e tampouco um consenso válido para todas e quaisquer instâncias e circunstâncias, como nas ciências exatas, por exemplo.

Relacionando as reflexões brevemente desenvolvidas até aqui, nota-se a necessidade de combater as dualidades fictícias e as fragmentações, sejam do espaço, das relações sociais ou da ciência. Do espaço, pois é preciso ir além da realidade objetiva

para compreender como se dá a relação das pessoas com o espaço, “des-cobrir” o que não é visível sob um olhar técnico no espaço. Das relações sociais, de modo a resgatar os processos de subjetivação da experiência de viver a cidade e fortalecer os laços entre pessoas e pessoas e lugares. Por fim, da ciência, descontruindo as dualidades entre objetividade e subjetividade, objeto-sujeito, pois, como indica Montaner (2017), são dualidades via de regra fabricadas pelo olhar capitalista e hegemônico. Logo, devemos tomar consciência das qualidades da subjetividade, capazes de resistir ao racionalismo dominante e à mercantilização (MONTANER, 2017).

Observa-se, então, que as atuais transformações sociais e urbanas decorrem, em parte, dos avanços tecnológicos e da inclinação pela racionalidade instrumental na ciência. É claro que outros precedentes também afligem as pessoas e as cidades, contudo, nos atemos aos reflexos da predileção da objetividade em detrimento da parcialidade do subjetivo. Estamos em uma situação limite do corpo passivo e dos espaços fragmentados.

A partir da problemática exposta, essa dissertação de Mestrado se justifica pela premência de investigar métodos alternativos que possibilitem uma pesquisa subjetiva no campo da arquitetura e do urbanismo, para que componham saberes interdisciplinares que possam ver o todo, tão próximos da realidade sensível quanto da objetiva. A busca por novas possibilidades ainda pode contribuir para a renovação da imagem do arquiteto urbanista como um profissional mediador e não individual e personalista. Somente ao se livrar das amarras e dos ritos do conhecimento objetivo será possível alcançar o âmago da experiência. Para realizar uma pesquisa subjetiva é preciso aproximar-se e relacionar-se com o objeto estudado. A pesquisa não é uma trajetória impessoal e generalista, é fundamental que a subjetividade alheia toque o pesquisador e lhe faça sentido. Nessa conjuntura, a experiência se insere como meio de obter conhecimento. O tipo de pesquisa que se encaminha rumo à relação sujeito-objeto e tem tendência dialética, é a pesquisa fenomenológica (AMATUZZI, 2006; MACHADO, 2003).

Alguns autores no campo teórico da arquitetura tratam da fenomenologia há décadas e encontram-se arquitetos a aplicando em seus projetos, como Christian Norberg-Schulz, Juhani Pallasmaa, Steven Holl, Louis Kahn e Peter Zumthor. Apesar de não ser possível dizer que haja um movimento fenomenológico na arquitetura e no

urbanismo, a exemplo do Movimento Moderno, pois ainda não existe um corpo teórico ou prático que adote com precisão os mesmos princípios, pode-se dizer sim que há um “discurso fenomenológico” na área (SHIRAZI, 2012). Nesse sentido, esta pesquisa não almeja abrir um caminho novo e inexplorado, tampouco construir um guia ou instrumentalizar o método fenomenológico para sua aplicação plena na arquitetura e no urbanismo. Ao aceitar as limitações do autor para compreensão de um tema advindo de outra área de formação, a pesquisa se detém a entender como a fenomenologia revalida a subjetividade no campo cientifico e como pode contribuir no processo de revisão do saber urbanístico, a partir de um estudo de campo.

Sumariamente, a abordagem fenomenológica é um método de pesquisa subjetiva, no qual os preconceitos e julgamentos são deixados de lado para que o conhecimento brote da experiência do pesquisador com seu objeto de investigação. Quando se trata de estudo de campo, a metodologia baseia suas discussões na apreensão de medidas perceptuais subjetivas (CARVALHO, VERGARA, 2002).

Este estudo se delimita pelo recorte espacial do bairro Centro da cidade de Vitória – ES (Figura 1), mediado como campo de estudo pelo autor. A escolha foi motivada pelo desafio de revisitar e redescobrir o Centro a partir de uma nova abordagem, após o autor ter estudado um segmento do bairro com enfoque técnico e na posição de puro observador anos atrás em trabalho final de graduação.

Figura 1 – Demarcação do bairro Centro na cidade de Vitória - ES

Fonte: Google Maps, 2019. Adaptado pelo autor

Na pesquisa anterior, realizada em 2016, o autor constatou que a dinâmica urbana intensa mantinha o Centro vivo, porém o bairro também era marcado pela degradação e subutilização dos espaços público e privado, com muitos imóveis desocupados numa área dotada de infraestrutura urbana. Questiona-se, hoje, qual a relação das pessoas com o lugar e entre elas e o que o Centro pode “dizer” ao pesquisador subjetivamente, que não tenha dito antes objetiva e tecnicamente, em face de um envolvimento pessoal.

A busca por respostas a estas questões mobilizadoras derivou na definição dos objetivos da pesquisa, classificada como estudo metodológico. O objetivo geral é averiguar se, ao adotar uma atitude fenomenológica intersubjetiva[6] no Centro de Vitória - ES, a experiência pode revelar informações latentes ao arquiteto urbanista na leitura do espaço e no planejamento urbano.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram determinados os seguintes objetivos específicos: (1) compreender como a abstração do processo de modernização urbana impacta a experiência de viver a cidade; (2) entender e exercer a desconstrução do pensamento objetivo hegemônico advindo da ciência positivista; (3) compreender a fenomenologia como um método alternativo de pesquisa subjetiva, que pode auxiliar na apreensão da realidade urbana por intermédio da percepção e do corpo humano; (4) realizar a experiência de campo no bairro Centro a partir de uma atitude fenomenológica intersubjetiva e (5) analisar o material produzido durante a experiência de campo.

Como a pesquisa estima o saber subjetivo, humano e social, o método não pode ser estudado separadamente da pesquisa na qual é utilizado (BOURDIEU, 2010). Pelo caráter fenomenológico e por se tratar de um ensaio, evitou-se a definição prematura e a aplicação automática de procedimentos, o método não anteviu resultados e permitiu a revisão constante até aproximar-se da realidade. Logo, a metodologia esteve aberta e o que é descrito a seguir só foi possível após o término da pesquisa. Entretanto, a pesquisa nunca se dará como pronta e acabada, pois a experiência é ressignificada também sob a perspectiva de cada leitor.

[6] A expressão atitude fenomenológica intersubjetiva originou-se durante a construção do referencial teórico, unindo o entendimento dos conceitos de ação (ARENDT, 2007), de atitude fenomenológica (SANTOS, 2011) e de intersubjetividade (MONTANER, 2017) que serão apresentados no capítulo 2 dessa dissertação (ver página 81).

O delineamento teórico-metodológico se desenvolveu a partir do anseio pessoal do autor em descobrir alternativas aos moldes tradicionais de práticas na arquitetura e no urbanismo e no meio acadêmico. Foi preciso buscar na bibliografia a origem da predileção pelo racionalismo e objetivismo nas ciências e um modelo capaz de subverter a lógica desse pensamento convencional. O aporte teórico serviu de base para o autor compreender a metodologia fenomenológica e despir-se de preconceitos.

A experiência de campo foi imersiva. Por se tratar de um lugar já conhecido e estudado pelo autor, buscou-se uma maneira de aproximação ainda não explorada, que possibilitasse novos olhares, interpretações e estimulasse a participação pessoal, o envolvimento subjetivo com o cotidiano do bairro e as pessoas. Deste modo, o pesquisador se colocou no espaço como um hóspede. Durante cinco dias, hospedou-se em uma casa no Centro e realizou todas as atividades rotineiras ali, do acordar, comer, caminhar, descobrir, conhecer e se emocionar, ao dormir.

No decorrer do dia, o autor descrevia essas atividades em um diário narrando suas percepções, impressões e sentimentos diante do que presenciava. Pode-se dizer que o exercício da escrita foi o momento do pesquisador com senso crítico, visto que foi a única atividade que, como hóspede, não seria parte de sua rotina natural. A maioria dos registros fotográficos expressa um significado subjetivo. As paisagens ou acontecimentos chamaram a atenção do autor, se destacaram durante a experiência e teriam sido feitos independente da utilidade na pesquisa. Assim, imagens mais próximas de uma visão técnica de arquiteto urbanista ou corriqueiras do cotidiano não foram de interesse do autor. O cotidiano foi vivido, não observado à distância e enquadrado.

Encerrada a experiência, toda a narrativa descrita no diário foi analisada e sintetizada, buscando aspectos que impressionaram o autor, que impuseram à atenção e provocaram reflexão, até chegar no aspecto comum que se destacou, que responde aos questionamentos do pesquisador e revela a essência do Centro de Vitória.

Algumas estratégias de linguagem foram adotadas para que a pesquisa pudesse dialogar com quem a lê. Os capítulos apresentam sentenças marcadas pelo “(?)” no fim de cada título, a ideia é mobilizar o pensamento, estimular o leitor a indagar se é mesmo afirmativa ou uma pergunta (se for, qual seria a resposta?), é um possível caminho para a desconstrução. O terceiro capítulo, que reflete a experiência no Centro

de Vitória, escapa do estilo dissertativo e tautológico dos dois primeiros capítulos. A escrita dissertativa é marcada pela impessoalidade, comumente empregada em produções científicas, e foi utilizada nos capítulos de referencial teórico deste trabalho. Todavia, soou mais coerente adotar a narrativa em primeira pessoa (autoral) para descrever a experiência de campo. Ainda, no decorrer dos capítulos foram inseridas notas do autor, inspiradas no estilo de redação da tese de Santos (2011) que apresenta “retalhos” do seu “Diário de bordo” em primeira pessoa, uma tática que conversa diretamente com o leitor e convida à reflexão. Aqui, as notas constituem o que o autor chama de “Notas de um urbanista em desconstrução”, também em primeira pessoa e com a mesma finalidade, como esta:

> Nota: Os objetivos específicos que visam desconstrução do pensamento e a realização da experiência de campo são objetivos tanto da pesquisa quanto pessoais, pois dependem unicamente do meu processo de subjetivação e de abandonar pré-conceitos. Eu me condicionei à objetividade científica quando foi preciso, mas a subjetividade é inerente a mim, como é a você e todas as pessoas, e sempre foi do meu interesse explorá-la em todos meus projetos, como pôde ser observado no pré-texto que abre o trabalho.

Um desafio nesse tipo pesquisa é julgar a própria subjetividade do pesquisador, se essa foi desenvolvida e é dotada de senso crítico. O pré-texto que antecede o estudo narra, em primeira pessoa, a trajetória do autor até a presente pesquisa. Não houve a pretensão de ser personalista ao expor uma autobiografia, nem de se restringir ao eu do autor, mas sim estimular alguma conexão entre as memórias do autor e do leitor. A trajetória se abre na verdade para uma interpretação da subjetividade do autor, para a maneira como foi construída e delineia seus pensamentos enquanto indivíduo, urbanista e acadêmico.

Os capítulos 1 e 2 não seguem necessariamente uma linha hierárquica ou sequenciada de construção do pensamento. Para o autor, os dois capítulos ocorrem paralelamente no processo de se desconstruir como arquiteto urbanista e como pesquisador acadêmico, de modo que as duas linhas se encontram no momento em que toma consciência da sua subjetividade, o fio condutor de toda essa experiência, e a valida cientificamente.

O capítulo 1 é dividido em três momentos. Primeiro, é feita uma análise crítica dos princípios do Movimento Moderno e da urbanística operacional que se instauraram no século passado, com foco na Europa, local de gênese do Movimento. Posteriormente, é apresentado o processo de modernização do Centro de Vitória – ES sob um enfoque

histórico e esse processo é comparado com as práticas modernistas analisadas anteriormente. Essa separação de tratamento não tem por finalidade observar Vitória como um caso isolado. Sabe-se que, em todo o Brasil, cidades se faziam representar arquitetônica e urbanisticamente frente ao Movimento Moderno, a análise histórica desse processo em Vitória corresponde ao recorte da pesquisa. Finalizando o primeiro capítulo, são questionados e repensados os paradigmas e instrumentos herdados da cidade moderna.

O capítulo 2 não tem a pretensão de apresentar uma refundamentação teórica e prática do urbanismo ou de qualquer ciência, contudo, entende-se que esse saber requer uma renovação crítica para acompanhar o desenvolvimento urbano e social. Logo, esse capítulo apresenta a fenomenologia como método alternativo para a pesquisa subjetiva, partindo da desconstrução de conceitos até a potencialização dos sentidos. De tal modo, os capítulos 1 e 2 vão apontar semelhanças entre o racionalismo do processo de modernização das cidades e o objetivismo do conhecimento científico.

A leitura fenomenológica ocorre no capítulo 3, a partir do conhecimento obtido acerca da fenomenologia como método de investigação e de sua experimentação durante a hospedagem no Centro de Vitória. Esse capítulo revela a descrição e a interpretação do que se destacou na experiência fenomenológica no Centro da capital capixaba. Trata-se aqui do compartilhamento de uma experiência própria, subjetiva, vivida pelo autor, de modo que toda significação corresponde a sua doação intuitiva que deseja compreender os meios diversos de se relacionar com a cidade.

Complementando o capítulo 3, apresenta-se na sequência uma exposição fotográfica com registros feitos pelo autor durante a experiência de se hospedar no Centro de Vitória. Algumas dessas fotografias foram selecionadas também para abrir os capítulos da dissertação, cumprindo, na perspectiva do autor, a função de expressar o que é debatido ao longo do texto. Cada imagem é dotada de um significado subjetivo para o autor, mas estes não são expostos, deixando a interpretação aberta para o leitor.

81

1. DA ABSTRAÇÃO MODERNISTA À APATIA DOS SENTIDOS: FOI PRECISO MODERNIZAR(?)

As cidades, bem como outras formas de habitat humano, são polos que atraem e concentram pessoas, usos e funções e o espaço urbano complexo, dinâmico e diversificado é o campo onde a troca de informação, cultura e bens emerge. É onde convivem todas as gerações, onde se reúnem passado, presente e futuro, onde um ciclo de vida completo é valorizado e as pessoas aprendem umas com as outras. Além disso, na cidade procura-se evitar os fenômenos de dispersão e segregação urbana, que podem trazer sérias consequências para a sociedade (MONTANER, 2017).

Até meados do século XX, o espaço urbano, principalmente as ruas, elementos estruturantes desse espaço, apresentavam uma configuração que integrava as funções de circulação e vida social e econômica. No entanto, após 1950, intervenções urbanísticas de larga escala focadas no planejamento modernista acarretaram na disseminação do uso do automóvel individual e na baixa diversidade de usos nos centros urbanos, o que contribuiu para a retirada de funções sociais da rua e para a passividade da experiência humana de viver a cidade (WERF; ZWEERINK; TEEFFELEN, 2015).

O planejamento modernista impactou o projeto de novos empreendimentos, principalmente em países emergentes, de modo que arquitetos e urbanistas “[...] modernistas rejeitaram a cidade e o espaço da cidade, mudando seu foco para construções individuais” (GEHL, 2013, p. 4), sem integração com o espaço público e sem atenção à escala humana.

A seguir, discute-se a relação do processo de modernização com o desenvolvimento técnico e científico a partir do Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo, que culminou em críticas sociais à cidade moderna; como se deu a modernização do Centro de Vitória (ES), lugar de estudo desta pesquisa, e debate-se acerca dos desdobramentos da cidade moderna até a contemporaneidade.

1.1 Revisitando a cidade a partir do Movimento Moderno: uma análise crítica

Nota-se, ao longo do tempo, que os campos da arquitetura e do urbanismo recorrem, por meio de determinados autores, a teorias pertinentes à filosofia, tais como realismo, abstração, empirismo, organicismo, citando algumas. Dentre essas, utiliza-se a noção de racionalismo com intenção de interpretar acontecimentos importantes na história da arquitetura e do urbanismo do último século[7]. A propósito, segundo Montaner (2013, p. 53), "[...] chega um momento em que o conceito de racionalismo na arquitetura identifica-se com um movimento que a transcende: o Movimento Moderno". Para o mesmo autor, tanto os projetos arquitetônicos quanto os planos e projetos para as cidades do começo do século XX constituem o auge da tradição do pensamento racionalista. De modo que as obras de grandes mestres modernistas, a exemplo de Le Corbusier e Mies van der Rohe (figuras 2 e 3), se tornaram peças fundamentais para compreender o funcionalismo e o racionalismo no avanço das ideias e da estética daquela época (MONTANER, 2013).

Figura 2 – Villa Savoye, por Le Corbusier (Poissy, França, 1928)

Fonte: Disponível em <http://hpaleari.com/tag/criticia-de-arquitetura/> Acesso em: 06 abr. 2020

[7] Este subitem 1.1 expõe um breve histórico em perspectiva crítica acerca do Movimento Moderno, constituindo apenas uma síntese de contextualização da principal problemática da dissertação em tela, portanto, tem uma abordagem parcial, excluindo deliberadamente outras e distintas variáveis sobre o mesmo tema.

Figura 3 – Farnsworth House, por Mies van der Rohe (Plano, EUA, 1945)

Fonte: Disponível em: <https://casavogue.globo.com/LazerCultura/noticia/2017/02/historia-da-iconica-farnsworth-house-de-mies-van-der-rohe-ganha-filme.html> Acesso em: 06 abr. 2020

As primeiras grandes transformações estruturais nas cidades ocorrem durante a revolução industrial. Eis um ponto de inflexão e ruptura importante ao entendimento dos processos históricos que antecedem o debate em arquitetura e urbanismo no século XX. Teve-se com essa revolução o início ao abandono da estética e condição da cidade tradicional antiga, até então imersa no trabalho e na produção de bens manuais. Sendo assim, o período moderno rompeu radicalmente com a estrutura, a forma, a organização, os conteúdos e propósitos da cidade tradicional em processo de industrialização avançado (LAMAS, 1994).

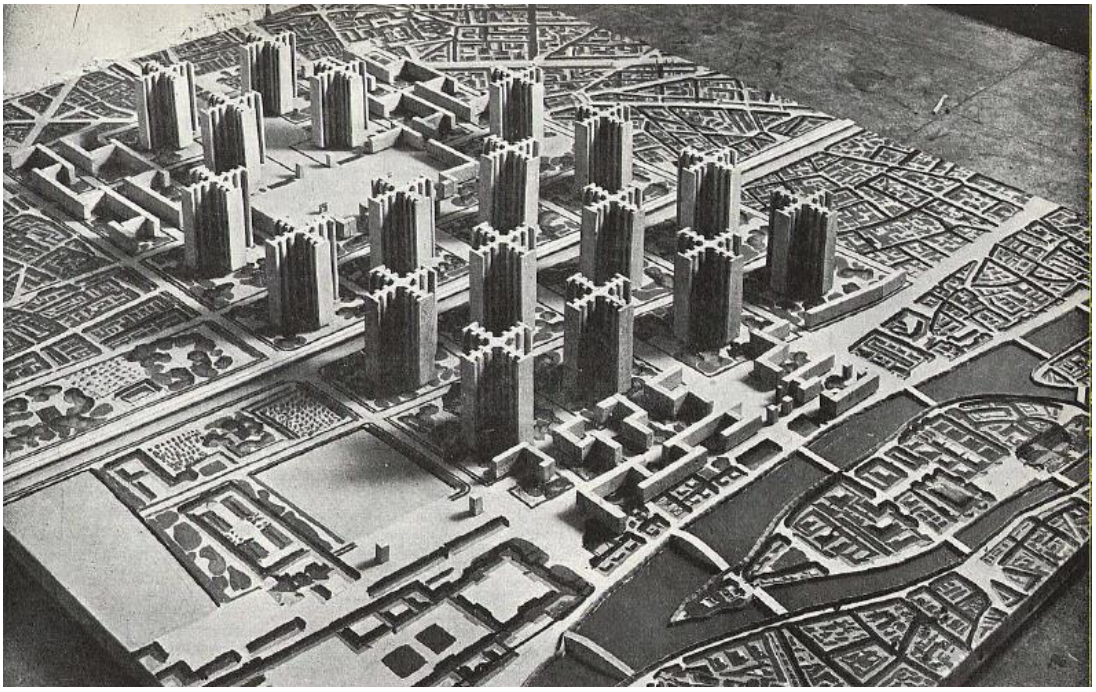
> A formulação da cidade moderna, como todas as transformações históricas importantes, processou-se em moldes difíceis de sintetizar, compreendendo um grande número de experiências e formulações teóricas que não seguiram um processo linear, nem tiveram origem num único lugar, tempo ou ambiente cultural (LAMAS, 1994, p.297).

No início do século XX, com o avanço das máquinas, o paulatino abandono da representação figurativa da realidade e a busca por novos meios de expressão pautados na abstração, atingiu o ápice na mente dos arquitetos e urbanistas que sonhavam com possibilidades inexploradas no mundo da geometria, da matéria e da máquina para romper com as imagens tradicionais e gerar formas inteiramente novas, ou seja, busca-se, sobretudo com as vanguardas modernas, uma renovação formal abstrata também no universo construtivo (MONTANER, 2013).

O sistema de inconstância e imprevisibilidade da cidade tradicional não foi aceito pelos arquitetos e urbanistas modernos, que se impuseram, no limite, a tarefa de afirmar o equilíbrio entre o homem e o espaço urbano a partir do controle de seus fluxos. Para isso, estabeleceram critérios de projeto segundo parâmetros universalistas e de bases

científicas, que foram ao longo do tempo traduzidos em utopias (ZONNO, 2014). Como bem visto por Rowe e Koetter (1975), a utopia é perigosa porque sua criação comumente se dá em períodos de rápida transformação social, e os planos urbanos utópicos tendem a se tornar obsoletos antes mesmo de serem postos em prática. É o caso da proposta de remodelação do centro de Paris, o *Plan Voisin* (Figura 4).

Figura 4 – Plan Voisin, por Ler Corbusier (1925)



Fonte: Disponível em: <https://sociolizando.wordpress.com/2012/03/09/221/> Acesso em: 06 abr. 2020

Elaborado por Le Corbusier em 1925 e nunca construído, o plano previa a construção de torres comerciais isoladas dispostas em um plano ortogonal no centro administrativo de Paris e, nas demais áreas, habitações distintas por classes sociais, com áreas verdes, separando usos e a circulação de pedestres e veículos.

A cidade moderna foi, então, o resultado das formulações teóricas e experimentações que, sobretudo na Europa, substituíram a cidade tradicional por um novo modelo. Esse conjunto de concepções e experimentos teve aceitação pelos setores técnicos e administrativos devido, sobretudo, à alta demanda de construção e reconstrução de cidades destruídas após a Segunda Guerra Mundial, perdurando até os anos 1970 e influenciando decisivamente na rápida substituição de todos os elementos do urbanismo tradicional (LAMAS, 1994).

Os resultados dessas experimentações só puderam ser avaliados após a realização maciça e acelerada pela chamada “urbanística operacional” (LAMAS, 1994, p. 297). A gestão burocrática da cidade, preocupada em alcançar resultados quantitativos que suprissem a demanda habitacional da época, fez do planejamento operacional o “[...] motor de destruição da vida urbana e da cidade” (LAMAS, 1994, p. 297), o que evidenciou os pontos negativos da cidade moderna. Para o autor, a contribuição inovadora e qualificada da denominada primeira geração de arquitetos e urbanistas modernos[8], ao ser replicada indiscriminadamente na prática rotineira, consequentemente ocasionou a monotonia e a banalidade do espaço urbano, como ilustra a Figura 5.

Figura 5 – Complexo Residencial, por Alberto José Pessoa e afiliados (Lisboa, 1954)

Fonte: Disponível em: <https://germanpostwarmodern.tumblr.com/post/118761785187/residential-complex-1954-59-in-lisbon-portugal> Acesso em: 06 abr. 2020

Segundo Koolhaas (1989), havia uma incongruência entre os projetos arquitetônicos e os projetos urbanos modernistas. Enquanto a arquitetura dos edifícios beirava a

[8] Os arquitetos da denominada primeira geração do Movimento Moderno nasceram por volta de 1885 e desenvolveram seus projetos a partir de 1910, com obras influentes já nos anos 1920, destacam-se Walter Gropius (1883-1969), Mies van der Rohe (1886-1969), Le Corbusier (1887-1965), para citar alguns. Os arquitetos da segunda geração, a exemplo de Alvar Aalto (1898-1976), Lucio Costa (1902-1998) e Oscar Niemeyer (1907-2012), nasceram por volta de 1900 e desenvolveram suas obras a partir de 1930. A terceira geração teve destaque arquitetônico entre 1945-1950, composta por arquitetos nascidos por volta de 1915, como Eero Saarinen (1910-1961), Jorn Utzon (1918-2008) e Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), entre outros. A geração seguinte esteve dispersa nos conflitos da época entre resgatar ou contrapor os princípios da primeira geração. Dentre os arquitetos da quarta geração destacam-se Peter Eisenman (1932), Kenneth Frampton (1930), Aldo Rossi (1931-1997) e outros mais (MONTANER, 2014).

perfeição e a completude, os desenhos urbanos eram concebidos imaginando que a vida cotidiana, em toda sua complexidade, “pudesse ser prontamente conciliada na liberdade oferecida pela planta livre, ou como se toda a experiência de fragmentação e tudo o que representou para a perspectiva pudessem ocorrer sem perturbar o território da cidade” (KOOLHAAS, 1989, p. 358).

Para melhor compreender esse processo de gênese da cidade moderna até a crítica que se procedeu em meados do século XX, é preciso analisá-lo em duas etapas. A primeira etapa, situada basicamente entre as duas guerras, é denominada período heroico. Esse é o período da primeira geração de arquitetos modernos, os grandes mestres responsáveis pelas formulações teóricas e experimentações. Esses arquitetos se dedicavam ao exercício de buscar novas formas para a organização e morfologia da cidade moderna, conscientes de que viviam uma nova era e otimistas quanto aos avanços que a tecnologia, a ciência e os próprios movimentos sociais trariam à cidade. Estavam ainda certos de que, em frente aos problemas do século XX, as estruturas urbanas tradicionais eram ineficazes e obsoletas. São desse período as experiências que propuseram as tipologias da torre e do bloco para as edificações e o zoneamento da cidade por funções. O zoneamento funcionalista, tal como sua expressão se refere, prevê dividir as cidades por zonas de usos e funções distintas, em contraponto e ruptura com modelo da cidade tradicional e orgânica, no qual dominava a mistura de usos e funções sociais no mesmo espaço (LAMAS, 1994).

De acordo com Graves (1982), o Movimento Moderno foi embasado na expressão técnica e dominado pela metáfora da máquina. A representação humana e antropomórfica foi rejeitada e o movimento “minou a forma poética em favor de geometrias abstratas não figurativas” (GRAVES, 1982, p. 104), possivelmente derivadas das formas simples das máquinas.

A premissa do funcionalismo exerceu forte influência na arquitetura e no urbanismo modernos. No cume do funcionalismo estavam as diretrizes da Carta de Zonificação das Cidades, conhecida como Carta de Atenas, postulada no 4° Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM)[9] de 1933. A famosa carta determina aos

[9] Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) foram importantes para a divulgação das teorias, das experimentações e dos métodos da arquitetura e do urbanismo modernos por arquitetos de diferentes países. Os CIAM aconteceram entre 1928 e 1959 e passaram por três fases. A primeira, de 1928 a 1933, abordou os problemas habitacionais. A segunda, entre 1933 e 1947, foi influenciada por Le Corbusier e tratou do planejamento urbano sob uma ótica funcionalista. A terceira

planejadores e urbanistas a adoção de uma concepção de cidade universalizada, cujos princípios ordenavam o espaço urbano pautado no zoneamento da cidade por quatro funções: habitar, trabalhar, recrear e circular. Para Lamas (1994, p. 303), “[...] estas regras de zoneamento funcionalista retirariam das cidades a complexidade distributiva e consequentemente a complexidade formal, gerando a monotonia visual e a falta de significação dos espaços”. O zoneamento funcional promoveu ainda a criação de edifícios monofuncionais com tipologias construtivas determinadas por programas de necessidades, a exemplos dos prédios de habitação, de escritórios, de centro comercial, entre outros.

A abordagem pragmática da funcionalidade aplicada no espaço urbano resultou em um “ambiente esquemático e descaracterizado, que não oferece possibilidades suficientes para a habitação humana” (NORBERG-SCHULZ, 1983, p. 472). Como pontua Montaner (2013, p. 16),

> Os diversos tipos de abstração repercutiram na arquitetura de algumas vanguardas que viriam a converter-se no Movimento Moderno. Da vontade de apreender a realidade passa-se ao trabalho no ateliê fechado. Instaura-se o laboratório do artista como lugar de experimentação no reino mais puro do espírito e do intelecto. Na arquitetura, essa nova concepção entroniza um método que se afasta das normas da composição clássica – baseadas em critérios antropomórficos, relações de harmonia e simetria, configurações ornamentais, aprendizado através dos modelos da história, idealidade da natureza, busca da beleza, consciência de ser parte de uma tradição e de algumas convenções – e que experimenta novas técnicas, racionais e irracionais.

No início do século XX, algumas formulações e metodologias modernas tiveram origem na escola Bauhaus. A Bauhaus surgiu na Alemanha como um centro de estudos do desenho do objeto, advinda da sociedade industrial com habilidade para racionalizar as criações, contudo ainda dotadas de formas artísticas (MARQUES, 2013). Fechados nas salas de aulas e ateliês de arquitetura, os estudantes eram estimulados a criar novas formas e articular materiais sem nenhuma contextualização cultural. O objetivo era alcançar uma obra de arte global, formada por coordenadas abstratas e sistemáticas (MONTANER, 2013).

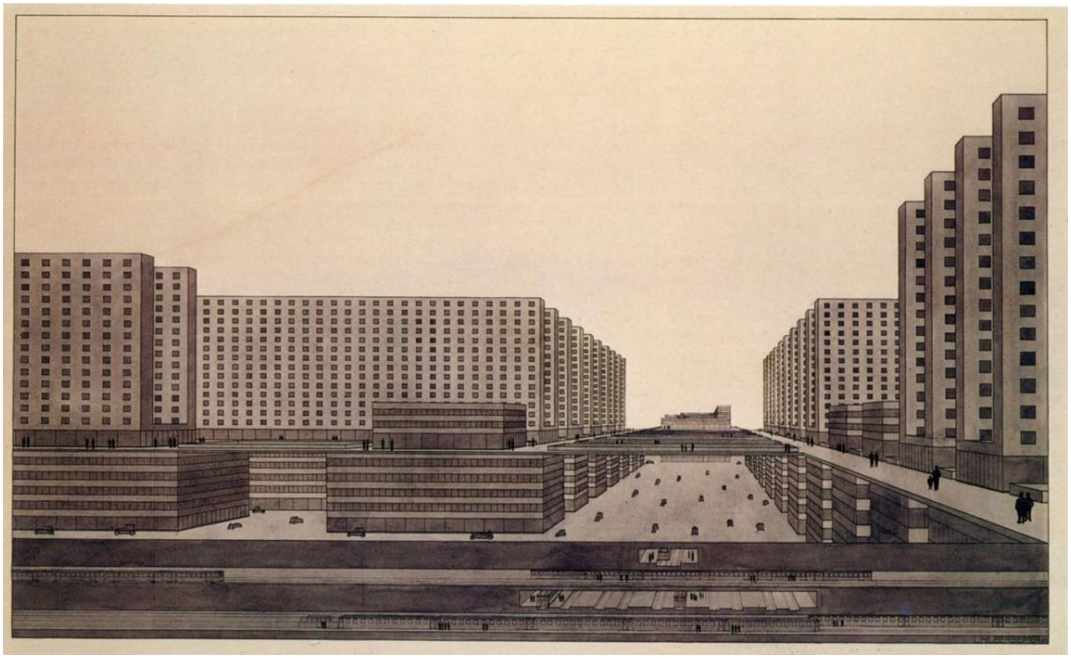
> Nota: Na minha graduação, houve um esforço dos professores das disciplinas de projeto para propor exercícios inseridos em um contexto mais próximo da realidade, porém, comumente, algum fator escapava. Fosse o orçamento do cliente idealizado, a topografia do terreno ou o fato de que trabalharíamos, por vezes, a partir de uma base construída. Com exceção das disciplinas de

fase, de 1947 a 1959, visou superar a abstrata cidade funcional, dando início à crítica ao racionalismo e funcionalismo e resgatando a validade dos espaços da cidade tradicional (LAMAS, 1994).

> conservação e restauro de patrimônio histórico, não haviam projetos de reforma e reabilitação de edificações, partíamos sempre do novo, sem considerar o pré-existente. Talvez isso aflore nos arquitetos um maior desejo por criar algo original, que reflita suas ideias por completo, enquanto há tantos imóveis precisando de nosso cuidado nas cidades para retornarem à vida.

Logo a Bauhaus tornou-se fonte de referência mundial de conhecimento da arquitetura e do urbanismo modernos, difundindo seus métodos relacionados à racionalidade e à concepção de obras pautadas na abstração formal e, ainda, na universalização, tanto do objeto como do usuário. No campo do urbanismo, destaca-se o trabalho de Hilberseimer, cujo perfil é de um racionalismo formal extremado, e parece idealizar a cidade como um produto industrial constituída de peças de arestas vivas, que se repetem paralelas ou ortogonalmente, e passeios de pedestres e automóveis completamente segregados (Figura 6). A cidade ou parte de cidade construída nesse molde dispensa questões investigadas no expediente urbano, criando espaços e lugares próprios, provavelmente com maior dificuldade para criar vínculo com as pessoas (MARQUES, 2013).

Figura 6 – Hochhausstadt (High Rise City), por Hilberseimer (não construído, 1924)



Fonte: Disponível em: <https://www.metalocus.es/en/news/urbanism-bauhaus-ludwig-hilberseimer> Acesso em: 06 abr. 2020

No entanto, sabe-se que o Movimento Moderno não é apenas uma questão estética, pelo contrário, sua origem é política e revolucionária, tal como dito, quando se aborda o debate proposto nos três primeiros CIAMs. Até a Segunda Guerra, uma série de inovações inspiraram confiança na época moderna, em termos sociais, tecnológicos e científicos, tais como o surgimento de novas tecnologias e materiais (ferro, do aço,

do concreto armado, dos elementos pré-fabricados, do elevador etc.). Isso permite aos arquitetos romper com as formas e escalas tradicionais (LAMAS, 1994).

Porém, em visada crítica, no que diz respeito à tecnologia aplicada na arquitetura, além do desafio de pôr em prática uma tecnologia socializadora, os progressos no campo dos sistemas construtivos, “[...] do mesmo modo que ocorreu com a ciência e a tecnologia, (na arquitetura) tem sido aplicados para fins de exploração e especulação e não para a igualdade e nem para a melhoria das sociedades” (MONTANER, 2017, p. 92).

O edifício Seagram (Figura 7) projetado por Mies van der Rohe tornou-se um clássico dessa época, com sua estrutura de aço, 38 andares, vidros bronze e um recuo de 31 metros da calçada que deixava um vazio mais propício para as pessoas contemplarem o edifício por um ponto de vista singular, do que para ser habitado como uma praça ou pátio (HOLANDA, 2012).

Figura 7 – Edifício Seagram, por Mies van der Rohe (Nova York, 1958)

Autor: Hagen Stier
Fonte: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-80364/classicos-da-arquitetura-edificio-seagram-mies-van-der-rohe> Acesso em: 06 abr. 2020

De acordo com Lamas (1994), a segunda etapa de gênese da cidade moderna compreende o período após a Segunda Guerra Mundial até os anos 1970. Uma série de cidades precisavam ser reconstruídas e, com isso, as necessidades habitacionais eram abundantes e crescentes. A Europa, sobretudo, necessitava de cidades

completamente novas, expansão e criação de novos bairros e reconstrução dos centros urbanos, em quantidades e a ritmos nunca antes vistos. A resposta rápida e eficaz encontrada pelos gestores e executivos foi o modelo de urbanização moderna, facilitada pela promoção dos arquitetos modernos aos cargos de poder. Com o objetivo de atender tamanha demanda que a reconstrução das cidades atingidas pela guerra se alinhou inteiramente com o urbanismo moderno no final da década de 1950. A partir daí bairros, conjuntos habitacionais e novas cidades foram planejadas seguindo as teorias da urbanização moderna. Conforme dito anteriormente, a replicação banal da morfologia moderna se deu sem o primor dos arquitetos da primeira geração e das suas qualidades projetuais, ficando à mercê da rotina burocrática dos órgãos técnicos e administrativos. Nos termos argumentativos de Lamas (1994), a monotonia se instaurou na sucessão de planos e projetos, nos quais a própria metodologia fracionava os sistemas das cidades, com hegemonia do sistema viário. Neste ponto, a engenharia de tráfego assumiu a frente do planejamento, definindo o traçado viário antes da malha urbana. Esse período, denominado urbanística operacional, ficou marcado pela construção das infraestruturas rodoviárias e dos grandes conjuntos modernos, cujos efeitos provocaram as duras críticas à cidade moderna nas últimas décadas do século XX (LAMAS, 1994).

Os projetos de edifícios isolados se tornaram objeto de fascínio durante o Movimento Moderno. A qualidade e rigor dos primeiros projetos modernos eram de fato fascinantes, contudo, notava-se que assim como era preciso isolamento para apreciar as qualidades das edificações, estas também foram planejadas sob essa condição. Os edifícios contribuíam para a cidade quando tomados como objetos interessantes e únicos, remetendo aos princípios modernos que orientavam a situação do edifício “[...] alto e isolado em um lugar de destaque, que se impõe à paisagem e proporciona ar, sol, vistas e salubridade” (LAMAS, 1994, p. 307). Assim, a morfologia da cidade moderna se caracterizou por uma coleção de objetos isolados, afastados uns dos outros, arejados e salubres, pousados sob gramados e arvoredos, e não por uma morfologia de espaço urbano, baseada em ruas e praças, como era na cidade tradicional (SCHUMACHER, 1971). Houve, portanto, conforme alguns autores, a exemplo de Gonzales (2013), uma dissociação entre as arquiteturas da cidade e do edifício. Posteriormente, quando a realidade urbana se impõe, as idealizações tendem a se romper e o universo modernista tende a ruína ante a incerteza.

Sobre os centros históricos das cidades, a Carta de Atenas referia-se a salvaguarda de edifícios isolados ou conjuntos que expressassem uma cultura anterior e fossem de encontro ao interesse coletivo, sem mencionar ou considerar a conservação ou reabilitação integral de um conjunto. Na visão de Lamas (1994, p. 347),

> a Carta aceita a destruição dos bairros miseráveis à volta dos monumentos históricos, para dar ocasião a criar superfícies verdes. A cidade histórica, na sua forma, na poética dos espaços, na complexidade e promiscuidade dos usos, não tem lugar na Carta de Atenas, que acreditava que a beleza e a alta qualidade estética e ambiental da arquitetura moderna igualariam e superariam os conjuntos históricos degradados ou insalubres.

Centros de cidades foram, então, repropostos, respaldados na expansão, real ou intencional, dos serviços especializados e do investimento imobiliário, bem como na esperada atração dos fluxos originados pela mobilidade, em particular aqueles motivados pelo fator renda (FERNANDES, 2013).

Do ponto de vista das sociabilidades, as relações sociais entre vizinhos existentes nos antigos bairros estavam desaparecendo nas novas urbanizações, acionando assim novas ideias no campo do urbanismo associado ao da sociologia, entre elas a de ‘unidade de vizinhança’ (Figura 8), que intencionava recriar as antigas relações entre moradores próximos (LAMAS, 1994).

Figura 8 – Unite d' Habitation, por Le Corbusier (Marselha, França, 1952)

Autor: A. Savin. Fonte: Disponível em: <https://heritagetribune.eu/france/unesco-corbusiers-cite-radieuse-marseille-could-lose-world-heritage-status/> Acesso em: 06 abr. 2020

Sociólogos americanos constaram ainda na década de 1960 que as relações sociais nas cidades de rápido crescimento eram substituídas por relações indiretas entre as pessoas. Eis que, a organização por unidade de vizinhança ou unidade habitacional, com número controlado de habitantes e extensão territorial limitada, integrada a equipamentos e serviços, torna-se um dos principais instrumentos de planejamento da cidade moderna e, portanto, um forte agente da organização e projeto da área habitacional (LAMAS, 1994).

A exploração das unidades habitacionais estava ligada ao racionalismo europeu e ao arquiteto Le Corbusier e chegou às superquadras de Brasília (Figura 9). Com toda sua abstração e convicção científica, a unidade de vizinhança

> constituía um princípio sedutor, com as vantagens da universalidade, que logo fascinou planejadores e urbanistas para resolver o funcionamento da cidade. Este conceito dominou quatro décadas de urbanismo, como processo simplista de ordenar a expansão urbana (LAMAS, 1994, p.320).

Figura 9 – Superquadras de Brasília (DF), Plano Piloto de Lúcio Costa (1957)

Autor: Nelson Kon.
Fonte: Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.076/3079> Acesso em: 06 abr. 2020

Como tantas outras teorias e experimentações modernistas, as unidades de vizinhança também foram muito associadas à Le Corbusier. As obras do arquiteto eram vistas com requinte e capricho interno na tentativa de simular os detalhes empíricos. Porém, o Le Corbusier urbanista, segundo Rowe e Koetter (1975), era

enfadonho ao utilizar minimamente os truques aplicados no espaço privado ao espaço público. De tal modo, a esfera privada era complexa e a pública simples, denotando uma inteligência contraditória ao arquiteto urbanista. Em defesa de Le Corbusier, pode-se dizer que ele foi um dos poucos arquitetos modernos a estabelecer um sistema de proporções antropomórfico, o Modulor, enquanto os arquitetos funcionalistas negligenciavam a escala humana em relação à arquitetura da cidade (NESBITT, 2006). Entretanto, pode-se observar que essa escala é tendenciosa, ao generalizar um padrão de corpo masculino eurocêntrico, portanto, pouco inclusiva diante à diversidade de biotipos humanos.

Todos os fatores citados causaram impactos sobre as oportunidades de interação entre as pessoas na cidade. Ao separar atividades, distanciando práticas, grupos sociais tornaram-se invisíveis. A forma e a estrutura urbana foram, portanto, afetadas por uma "[...] relação entre forças de transformação urbana, as prescrições de densidades homogeneizantes e a ausência de guias de desenho urbanístico sensíveis aos padrões complexos da cidade" (NETTO, SABOYA, 2013, s/p).

Todavia, para Montaner (2015), a lógica do Movimento Moderno começou a se transformar com os arquitetos da chamada "terceira geração moderna", como Louis I. Kahn (1901-1974), Luis Barragán (1902-1988) e Lina Bo Bardi (1914-1992), para citar alguns. Esses profissionais rejeitam o formalismo da urbanística operacional e reivindicam uma reaproximação com os monumentos, a história, a realidade e as pessoas (MONTANER, 2013, p. 17).

Entre os arquitetos da terceira geração, Lina Bo Bardi promoveu uma das experiências mais significativas na arquitetura brasileira. Nascida em Roma em 1915, Lina emigrou para o Brasil em 1946, onde superou os limites da arquitetura moderna e realizou obras em que a modernidade e a tradição não eram contrárias, o subjetivismo do romantismo convivia com o método racionalista da arquitetura moderna (Figura 10). Ao ser aplicado no contexto latino-americano, completamente diferente do europeu, Lina demonstra como o projeto arquitetônico das vanguardas, quando utilizado com a mesma maestria originária acrescida de sensibilidade, ganha vida e humaniza-se, conseguindo escapar do formalismo e do academicismo (MONTANER, 2013, p. 19).

Figura 10 – Obras de Lina Bo Bardi no Brasil

a) Casa de Vidro, São Paulo, 1951

b) Museu de Arte de São Paulo, 1968

Fonte: a) Disponível em: <https://spcity.com.br/conheca-casa-vidro-um-icone-da-arquitetura-moderna-sao-paulo/> b) Autor: Pedro Kok. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-59480/classicos-da-arquitetura-masp-lina-bo-bardi/59480_59507>

A crítica à cidade moderna veio para evidenciar que é preciso mais que relações abstratas entre pessoas, equipamentos e serviços para se criar cidades vivas. A crítica pós-moderna direcionou-se contra a ideologia universalista do Movimento Moderno, contra a resignação formal e programática. Apesar das boas intenções inaugurais, o Movimento Moderno estaria “[...] distante das pessoas, pois a ideia de abstração democrática teria provocado um distanciamento da realidade, da própria vivência, de um caráter singular e específico” (ZONNO, 2014, p. 75).

De fato, os princípios modernos foram apropriados por corporações empresariais e imobiliárias, reduzido por essas a um estilo comercial. No urbanismo, criticou-se a pretensão do controle genérico sobre os processos urbanos e a divisão funcionalista e segregadora, que culminaria nos termos de Zonno (2014) numa paisagem estéril, banal e monótona, edificada pela especulação. Em síntese, segundo Montaner (2013, p. 53), “[...] a abstração da arquitetura ou a cidade zonificada constituem o auge do racionalismo”.

Figura 11 – Letreiro “Modernizar é parte do processo” no Centro de Vitória - ES. Que processo é esse?

Fonte: registro do autor

Questiona-se: foi preciso modernizar? Sim, foi preciso modernizar. O Movimento Moderno foi importante no processo de (re)construção das cidades para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico e para atender demandas habitacionais e de mobilidade do século XX, em que culturalmente o automóvel particular se tornou o bem de consumo mais desejado, junto à casa própria, pela sociedade. Contudo, como dito, pode-se dizer que as ideias e as formas elaboradas por grandes mestres modernos obtiveram mais êxito na arquitetura – com avanços em tipologias, soluções técnicas, emprego de novos materiais e estudos de conforto ambiental e térmico nas edificações – do que no urbanismo, no qual a soma das formas isoladas, o zoneamento funcional, os espaços residuais, a infraestrutura rodoviária e o excesso de racionalismo contribuíram negativamente para a dispersão e a segregação urbana. Além de, pela banalidade e monotonia geradas pela urbanística operacional, a experiência humana de viver a cidade ativamente ter sido cercada pela apatia. Reformulando a questão: foi preciso seguir o Movimento Moderno ou havia outra maneira de modernizar?

1.2 O processo de modernização do Centro de Vitória (ES)

É comum, ao analisar as cidades sob uma perspectiva histórica, que se evidenciem transformações de toda ordem em diferentes recortes de tempo. Segundo Villar (2002), quando se trata de transformações espaciais que tornaram moderna a cidade tradicional ou colonial por meio da criação de infraestruturas e serviços coletivos, fala-se de modernização urbana. Na primeira metade do século XX, aconteceram na cidade de Vitória, em especial no Centro, grandes transformações em seu espaço, transformações que constituíram um processo de modernização urbana (GOMES, 2008).

Esse processo de modernização se inicia na capital capixaba antes do Movimento Moderno ganhar força na arquitetura europeia, já na primeira década do século XX, influenciado pela atividade portuária e da exportação cafeeira (GOMES, 2008). Entretanto ocorreu paulatinamente, acompanhando a instabilidade comercial da época, se prolongando por décadas, como exposto a seguir. Ao conhecer o processo de modernização do Centro de Vitória, será possível identificar se em algum ponto esse processo apresenta traços de similaridade com o racionalismo do Movimento Moderno e a burocracia e tecnocracia da urbanística operacional.

No final do século XIX e início do XX, no Brasil, de acordo com Abreu (2001), começaram a ser formulados os diversos planos de melhoramentos que ressaltavam os sistemas de infraestruturas urbanas, como circulação, iluminação pública, drenagem, esgoto, entre outros. Nesse cenário, o engenheiro tornou-se a figura principal para assegurar tais objetivos e conduzir o pensamento e a prática do urbanístico brasileiro, entre eles cabe destacar o engenheiro-sanitarista Saturnino de Brito, que elaborou o projeto Novo Arrabalde para a cidade de Vitória (ABREU, 2001). À época, o discurso dos planos de melhoramentos também era difundido pela evolução da medicina social que visava sanear a cidade por intermédio das intervenções urbanas. A visão da cidade moderna era, então, influenciada também pelo discurso médico sanitarista que informava a ação do Estado sobre o espaço urbano (ALMEIDA, 2000).

Nas primeiras décadas do século XX, o que ocorria no centro da cidade de Vitória, que tem relação ao observado por Villar (2002) em outras capitais brasileiras, era que

“o centro se confundia com a cidade e a cidade praticamente se limitava ao centro” (VILLAR, 2002, p. 7).

> Nota: Talvez por isso ainda seja comum ouvir muitas pessoas, principalmente idosas, se referir ao Centro como cidade. Uma vizinha minha de apartamento, costureira, sempre que precisava comprar tecidos dizia “vou na cidade”, como se morássemos no campo. E o Centro de Vitória ainda se divide em “cidade” (baixa) e “cidade alta” pela característica topográfica.

Neste estudo, a descrição do processo de modernização do Centro de Vitória se atém ao período do início do século XX até meados do mesmo século, pois, de acordo com Gomes (2008), a modernização de Vitória, incluindo seu Centro, ocorreu de maneira mais expressiva no período de três governos estaduais: Jerônimo Monteiro (1908-1912), Florentino Avidos (1924-1928) e Jones Santos Neves (1951-1954).

O processo de modernização do Centro iniciou-se com o objetivo de integrar essa região aos novos planos propagados pelas cidades europeias e latino-americanas. Essa renovação da paisagem de Vitória foi realizada gradativamente, como dito, devido à instabilidade da economia cafeeira e à configuração geográfica da Ilha, como aponta Pimentel (2018, online):

> Apesar das limitações implícitas à reprodução de soluções de caráter monumental aplicadas a um núcleo urbano acanhado como Vitoria, restrito à faixa de terra de dimensões exíguas entre o maciço central e o mar, localizado em território insular e sujeito às variações das marés, a necessidade de modernização da paisagem e de aproximação com os modelos das metrópoles latino-americanas e europeias foi adotado e imposto ao território.

Segundo Martins (1993, p. 91), foi na gestão estadual de Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912) que aconteceu a “[...] transição mais efetiva da cidade colonial, para Vitória Moderna”. No começo daquele século, Vitória, assim como outras cidades portuárias brasileiras, tinha como objetivo superar e negar o seu passado colonial. Contudo, nos termos de Botechia (2001) era preciso romper com a visão contraditória da cidade que queria ser nova, convivendo no mesmo espaço da cidade antiga, o centro.

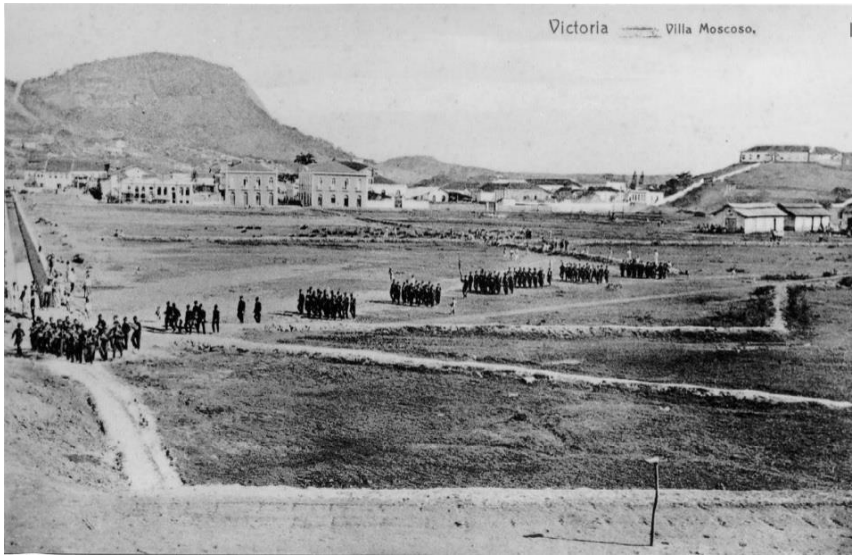
Em razão do traçado urbano colonial aliado ao discurso higienista e sanitarista da época, o Centro atingiu condições precárias de salubridade e, a partir da ascensão de Jerônimo Monteiro ao governo, as principais transformações de infraestrutura urbana foram executadas, visando solucionar o problema de saneamento, equipando a cidade com serviços até ali inexistentes, tais como “[...] água encanada, rede de

esgoto, energia elétrica, bondes elétricos, construção de novos prédios públicos, início da construção do Porto e a reforma do ensino" (MARTINS, 1993, p. 91).

Para tanto, esse mesmo governo elabora o Plano de Melhoramentos e Embelezamento de Vitória, que previa a previa a criação do Parque Moscoso e os investimentos em saneamento, redes de água e esgoto, arruamento e retificação viária, iluminação pública e privada, com o intuito de modificar e melhorar a estrutura urbana da capital (CAMPOS, 2015). As obras previstas no Plano foram realizadas predominantemente no Centro da capital. A abertura das novas vias daria à cidade uma nova conformação, ao alargar e corrigir o alinhamento das ruas, favorecendo a criação de novos espaços e perspectivas, com clara influência na reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro, por sua vez, inspirada pela modernização de Paris (ABE, 1999).

Destacam-se, ainda, os aterros em expressivas intervenções, com intenção de sanear as porções alagadiças do Centro e expandir áreas de ocupação urbana, por meio de amplos solos criados sobre o mar. O primeiro deles, realizado na administração de Jerônimo Monteiro, ocorreu na região do Campinho (Figura 12), definida como o principal foco de infecções provindas dos constantes alagamentos (ALMEIDA, 1992), indicando, também, o alinhamento da modernização com o discurso sanitarista vigente. Essa região recebeu, posteriormente, a implantação do já citado Parque Moscoso, um dos principais marcos simbólicos de modernização da capital no começo do século XX.

Figura 12 – Aterro do Campinho, antes da implantação do Parque Moscoso (s/d)



Fonte: Disponível em: <https://go.aws/2SqGgrt> Acesso em: 03 mai. 2020

Mais um importante empreendimento executado na gestão de Jerônimo Monteiro foi o Porto de Vitória, também situado no Centro. O café era a base da economia na época e o porto era o canal de exportação dessa e de outras mercadorias. Era primordial fornecer um espaço com boas condições de funcionamento, o que resultou na ampliação dos equipamentos de serviços portuários (GOMES, 2008).

Mais tarde, na década de 1920, ainda motivada pela economia cafeeira e sob forte influência das famílias dominantes nesse mercado, houve uma reorganização do espaço capixaba que visava transformar o Centro em uma "[...] praça comercial e num corredor de exportação" (MIRANDA, 2000, p. 44).

> A partir de então, a organização espacial da capital capixaba seria consideravelmente transformada, evidenciando a urgência de modernização da paisagem, a exemplo do processo ocorrido nas grandes capitais latino-americanas como, Buenos Aires, Montevideo, Panamá, Havana, San Juan de Puerto Rico e Rio de Janeiro (PIMENTEL, 2018, online).

A transformação urbana do Centro se deu em ritmo acelerado e caótico nessa década, impulsionada pela alta do café e seguindo agora o Plano de Melhoramentos da Capital (ou Serviços de Melhoramentos de Vitória), chefiado por Florentino Avidos ainda durante o governo de Nestor Gomes, "[...] que introduziu normas técnicas que marcaram novas diretrizes de projetar e construir em Vitória" (MARTINS, 1993, p. 98).

Os maiores destaques da transformação urbana na década de 20 foram a construção das escadarias de acesso à Cidade Alta, a inauguração da Praça Costa Pereira (Figura 13), a abertura da Avenida Capixaba (Figura 14), atual Avenida Jerônimo Monteiro, e o reinício das obras do Porto. A Praça, junto ao Parque Moscoso, se tornou importante ponto de sociabilidade no Centro; a abertura da avenida foi um expressivo marco no desenvolvimento urbano, pois a via larga e retilínea simbolizava a ruptura com a tradição de cidade tortuosa e atrasada que precisava negar, enquanto as obras do porto desfaziam por completo a imagem de vila colonial (BOTECHIA, 2001; CAMPOS, 2015).

Figura 13 – Praça Costa Pereira (1928)

Fonte: Arquivo Geral de Vitória. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/> Acesso em: 06 abr. 2020

Figura 14 – Avenida Capixaba, atual Avenida Jerônimo Monteiro (1927)

Fonte: Arquivo Geral de Vitória. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/> Acesso em: 06 abr. 2020

Em decorrência da queda do café e da crise econômica de 1929, houve a interrupção de muitas obras do Plano de Melhoramentos da capital, de modo que, até a década de 1950, o processo de modernização da cidade se deu de forma desacelerada (MENDONÇA, 1985).

Na década de 1940, o processo de modernização de Vitória, especialmente do Centro, é reanimado pela contratação, em 1945, da Empreza de Topografia Urbanismo e Construção Ltda., sob supervisão do urbanista Alfred Agache, responsável pela elaboração do plano urbanístico de 1947, conhecido como Plano Agache, que, por meio de novas intervenções, seria capaz de eliminar os últimos vestígios da cidade antiga (CAMPOS, 2015, online; GOMES, 2008).

O Plano orientou as obras no início dos anos 50 e ainda propôs o aterro na área da Esplanada Capixaba (Figura 15), que possibilitou a ampliação do porto e das áreas de ocupação urbana. O aterro foi realizado no governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954), que atuou radicalmente na verticalização e expansão territorial da cidade (MIRANDA, 2000).

Figura 15 – Vista aérea da área do aterro da Esplanada Capixaba (1961)

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/> Acesso em: 06 abr. 2020

O aterro da Esplanada Capixaba atendeu ao objetivo do Plano de Valorização Econômica do governo Neves, que visava conquistar área edificável para ampliar a

zona comercial da capital com suporte às atividades portuárias que voltavam a crescer (FREITAS, 2004). Com o ganho territorial da área da Esplanada Capixaba, dotada de infraestrutura urbana e com perspectiva de verticalização, o interesse imobiliário de construção de edifícios é retido no Centro e freia o processo iniciado na praia ao leste de Vitória (MENDONÇA, 2001) Concretizando as previsões do governo para a área do aterro, nas décadas seguintes, foram construídos o "[...] edifício Fábio Ruschi (hoje propriedade do governo estadual), Banco do Brasil, três prédios para a Caixa Econômica Federal e sua administração, a sede do Ministério da Fazenda, dentre outros construídos em terrenos doados a diferentes associações de servidores públicos" (CAMPOS JR., 1993, p.76-77).

Na metade do século XX se iniciou, portanto, o processo de verticalização da cidade de Vitória, agora pontuada por edifícios altos, sobretudo no Centro (Figura 16), com incentivo da legislação urbanística criada em 1954, o Código Municipal de Vitória. O código é um marco na história da cidade sob o prisma urbanístico, pois, pela primeira vez, foi proposto um zoneamento urbano para Vitória. Nesse zoneamento, a área do aterro da Esplanada Capixaba foi definida como Bairro Comercial Especial, com gabarito previsto para as edificações entre oito e doze pavimentos, o maior na época (CAMPOS, 2015; MENDONÇA, 2001).

Figura 16 – Vista do aterro da Esplanada Capixaba em processo de verticalização (1970)

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/> Acesso em: 06 abr. 2020

Logo, o aterro da Esplanada Capixaba e o Código Municipal de Vitória fecham o ciclo do governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954). A cidade de Vitória estava, portanto, livre da imagem de cidade antiga, colonial e insalubre, principalmente o Centro. A nova visão era propícia e condicionava o desenvolvimento econômico iminente. O Centro da cidade moderna estava pronto para o progresso almejado.

Em resumo, nota-se que o ponto de partida para o processo de modernização do Centro de Vitória foi o discurso sanitarista, traduzido no Plano de Melhoramentos e Embelezamento, acompanhando a tendência nacional supervisionada pelo engenheiro Saturnino de Brito, por sua vez influenciado pelo processo em andamento em grandes cidades europeias e latino-americanas. Em Vitória, esse processo esteve atrelado desde o início ao desenvolvimento econômico, principalmente à exportação de café. Nesse contexto, o Porto sempre figura como elemento chave das transformações urbanas do Centro. Era preciso abrir novas vias, criar novos espaços, novas infraestruturas, oferecer melhores condições de trabalho e habitabilidade e ampliar a oferta de serviços.

Interessa apontar que se na década de 1920 o ritmo de urbanização do Centro era acelerado e favorecido pela alta do café, ao fim da mesma década, a crise mundial de 1929 deixou essa dinâmica de desenvolvimento à passos lentos por quase 20 anos. Até que, no final dos anos 1940, outro plano de matriz econômica conduziu as obras de ampliação do porto e de áreas edificáveis por aterramento. Essa nova conquista incentiva a verticalização no Centro, como mencionado antes, juntamente ao Código Municipal de Vitória, que introduz o zoneamento urbano na capital capixaba.

É possível comparar algumas passagens na modernização do Centro de Vitória e na gênese da cidade moderna na Europa se verificarmos o objeto de renúncia dos dois processos: a cidade tradicional. Em ambos os casos, a decisão foi por romper com a imagem de cidade atrasada, tortuosa, colonial e insalubre. Nota-se ainda a presença e prevalência de engenheiros em algum momento nas duas situações, aqui a figura do engenheiro-sanitarista; na urbanística operacional, o engenheiro rodoviarista, os dois com visões primordialmente técnicas de melhorias para as cidades. Enquanto no contexto europeu havia espaço para novas cidades e reconstruções no pós-Guerra, na capital capixaba, os aterros eram a tela em branco dos engenheiros e urbanistas. Se na Europa a principal demanda era habitacional, aqui a pressão era comercial. Contudo, pode-se dizer que nas duas realidades o desenvolvimento tecnológico e

científico foi fundamental, tanto para promover as rápidas, e por vezes caóticas, construções, quanto para possibilitar o acréscimo de terras no caso dos aterros. Indubitavelmente, o ápice das semelhanças nas cidades modernas é a obsessão por vias largas e retilíneas, por edifícios altos e pelo zoneamento.

Enfim, isso certamente ocorreu em distintas cidades do Brasil e no mundo, quase sempre em proporções maiores do que em Vitória, contudo, ilustra o debate proposto acerca dos processos e modelos de modernização[10], tanto econômico como urbanístico, que eram vigentes e dominantes no século XX.

Na seção anterior, foi feita uma análise crítica da cidade moderna e dos princípios do Movimento Moderno, evidenciando algumas consequências urbanas e sociais. O processo de modernização do Centro de Vitória foi exposto sob enfoque histórico. Questiona-se, portanto, como está o Centro? Quais foram os impactos desse processo na configuração urbana e na sociedade capixaba? Como é a relação das pessoas com esse lugar? O que acontece no Centro? As respostas para tais perguntas serão buscadas na contemporaneidade, mas antes é preciso encontrar um meio de obter essas respostas desviando das teias do racionalismo e objetivismo, ainda muito comuns nas práxis da arquitetura e do urbanismo.

1.3 Repensando a cidade e o urbanismo até a contemporaneidade

O urbanismo trata do habitar; deve planejar, construir e zelar. Esse saber tem o encargo de antever muitas possibilidades de ordenamento e deve escolher uma, porém, não a consegue impor. Nessa que seria sua desvantagem, está talvez o seu potencial e não o seu fracasso. É justamente essa sua diferença para a arquitetura,

[10] Estudos críticos avançados nas áreas de ciências sociais, humanas e políticas – citando algumas - argumentam sobre a necessária revisão crítica da expressão “modernização urbana” adotada pela literatura e historiografia urbanística, substituindo-a com abordagens ao reverso, nas quais se demonstram que os ditos processos de modernização continham em seu bojo uma série de ações impositivas e ausentes nos relatos históricos dominantes. A exemplo das remoções e realocações das populações pobres e mais vulneráveis da época, para viabilidade das intervenções ditas modernas, limpas, saudáveis, salubres, entre outros modos de assegurar e legitimar o discurso oficial anticolonial de época. A despeito desta particularidade, esta dissertação mantém o uso da expressão “modernização urbana” sem o aporte critico citado. Contudo, reconhece uma lacuna a ser reelaborada em futuras pesquisas e estudos do autor, que certamente deve retomar questões sanitaristas do campo do urbanismo em épocas anteriores à atual pandemia da Covid-19 e os riscos contidos nos processos de controle social alinhados aos chamados estados de exceção, por sua vez, associados aos períodos de crises sanitaristas já vivenciadas pela humanidade.

que também projeta, antevê e escolhe uma realidade entre muitas, entretanto, é impositiva, ou seja, o concebido é construído. (GONZALES, 2013)

As críticas à cidade e ao urbanismo moderno se consolidam na década de 1960, de antemão em termos teóricos, e com publicações que associavam enfoques multidisciplinares às suas abordagens, e somente depois mediante investigações e experimentações sobre ambientes urbanos que buscavam recriar a diversidade e a animação da cidade tradicional (LAMAS, 1994). O funcionalismo e o racionalismo modernos, principalmente seus instrumentos, como o plano diretor e o zoneamento, perduram com certa influência até a contemporaneidade, ainda que reformulados. Por isso, a crítica à cidade moderna também persiste até os dias de hoje, feita tanta por teóricos de diferentes áreas quanto por arquitetos urbanistas que desenham novas possibilidades para o desenvolvimento das cidades.

No Movimento Moderno, observamos duas tendências arquitetônicas: a valorização da obra única e isolada, cujo objetivo era construir edifícios excepcionais, simbólicos, singulares; e a urbanística operacional, da padronização e da repetição dos edifícios, que buscava a universalização de sua aplicação e gerou edifícios banais do cotidiano, principalmente habitacionais (GONZALES, 2013). Os modernos padrões arquitetônicos estabeleciam frágeis relações com o espaço público, devido sobretudo as tipologias exigirem largos afastamentos, recuos e grande altura (NETTO, SABOYA, 2013). Em termos ambientais e urbanísticos, a modernização se estruturou a partir de uma subordinação imposta à natureza frente às necessidades da época, favorecida em grande escala por um urbanismo racionalista que privilegiava as infraestruturas rodoviárias e sanitárias (COSTA, 2013).

No entanto, existem novos temas a serem estudados na arquitetura e no urbanismo que evocam o desejo de “[...] uma nova sensibilidade para as qualidades do ambiente circundante” (KOOLHAAS, 1989, p. 357). Para o arquiteto,

> A cidade com que temos de nos arranjar hoje é mais ou menos formada de fragmentos de modernidade – como se as características abstrato-formais ou estilísticas sobrevivessem em estado puro, enquanto o programa urbano não saísse conforme planejado. Mas eu não lamentaria esse fracasso: os estratos neomodernos que dele resultam, e que literalmente invalidam a cidade tradicional da mesma forma que anulam o projeto original de modernidade, nos oferecem novos temas de trabalho (KOOLHAAS, 1989, p. 359).

Muitos edifícios estão isolados da vida urbana devido a vedação das fachadas térreas, o mesmo ocorre com terrenos baldios murados, criando fachadas cegas ou pouco

interativas. A vida urbana emerge na complexidade, na diversidade compacta e na justaposição de funções e elementos. Como observado por Cullen (2012, p. 9), “a mente humana reage a um contraste, à diferença entre as coisas, e quando duas imagens [...] estão na mente ao mesmo tempo, um contraste vívido é sentido e a cidade se torna visível em um sentido mais profundo”.

Como constata o sociólogo Sennett (2016, p. 13), hoje enfrentamos “[...] a privação sensorial a que aparentemente estamos condenados pelos projetos arquitetônicos dos mais modernos edifícios; a passividade, a monotonia e o cerceamento táctil que aflige o ambiente urbano”, além do “medo do contato, evidente no desenho urbano moderno” (SENNETT, 2016., p. 17).

Dovey (1993) discutiu os ciclos de espaço vivenciado. Para o autor, estes ciclos abarcam um problema de transmissão de informações na prática da arquitetura e do urbanismo, pois, enquanto a experiência ocorre no espaço vivenciado, os profissionais projetam no espaço geométrico, e somente após a materialização do projeto, retorna a ser um espaço capaz de ser experienciado. Assim, Dovey (1993) compreende que a única forma de experiência vivenciada é aquela encontrada no cotidiano.

Segundo Gonzales (2013), alguns arquitetos e urbanistas pós-modernos não se sujeitavam mais a desenhos definidos, à concepção da forma afastada da atividade de projeto, confiantes de que os números e índices dos planos fariam cidades melhores e desenhadas pelas estruturas idealizadas da sociedade. Esse posicionamento resume-se ao repúdio à cidade moderna ideal, ao diagnóstico e listagem de seus males, à análise das falhas em alguns bairros e à denúncia do empobrecimento formal e social das realizações da urbanística operacional (LAMAS, 1994).

Dessa maneira, os arquitetos urbanistas dividiram-se em correntes e estilos, por vezes contrários ao que se entendia por moderno, sendo a principal regra: não ter regras, a não ser a negar aquelas ainda existentes, frutos do avanço natural dos modelos urbanos e arquitetônicos universais. Neste cenário, a arquitetura ficou à deriva por um momento nos seus espaços e modelos, alguns retrógrados, outros incomuns, outros continuadamente formalistas buscando metáforas e analogias (MARQUES, 2013).

Cabe destacar, em meio às intervenções modernistas das cidades americanas, em particular em Nova York no ano de 1961, Jacobs (2009) relatou a destruição urbana causada pela ampliação de artérias viárias em larga escala junto a instrumentos de suporte aos automóveis, como estacionamentos e *drive-ins*, que transformou as ruas em "[...] espaços imprecisos, sem sentido e vazios", aniquilou a complexidade compacta dos centros urbanos e desfigurou as cidades "[...] a ponto de todos os lugares se parecerem com qualquer outro, resultando em Lugar Algum" (JACOBS, 2009, p. 377).

É importante salientar que o urbanismo nunca é neutro. As cidades afetam homens e mulheres de modos diferentes e, como seguem a tradição de serem pensadas e projetadas predominantemente por homens, as cidades constituem a esfera na qual são reproduzidas e perpetuadas as desigualdades de gênero. Portanto, a visão de Jacobs,

> a partir da perspectiva de gênero feminino, proporciona uma revisão completa tanto da arquitetura como da disciplina urbanística dominante, que não apenas foi pensada a partir da ótica masculina, como, além disso, baseia-se no exclusivismo da industrialização, no predomínio do veículo particular, na ênfase no crescimento e no consumo do território (MONTANER, 2017, p.103).

O surgimento e a disseminação do automóvel particular desencadearam o processo de individualização do sujeito urbano. O automóvel atendia – e continua a atender – a demanda de autonomia da classe dominante e agilizava os deslocamentos, criando acesso a novas localidades (ASCHER, 2010). Ao se isolar no automóvel, tido como instrumento para exercer um direito de movimentação sem restrições – direito absoluto de uma minoria –, o ser humano enfrenta a "[...] atividade diária mais carregada de ansiedade" que repercute negativamente sobre o espaço público, que se torna um espaço "[...] sem sentido, até mesmo endoidecedor" (SENNETT, 2014, p. 31). O sociólogo avalia que "a supressão do espaço público vivo contém uma ideia ainda mais perversa: a de fazer o espaço contingente à custa do movimento" (SENNETT, 2014, p. 30). A intensificação do tráfego de automóveis empobreceu a experiência de vivenciar a cidade e dificultou os deslocamentos a pé, visto que "[...] o planejamento dedicou-se intensamente ao ideal de desenvolver um cenário racional e simplificado para as atividades necessárias" (GEHL, 2013, p. 26), segregando a cidade e os grupos sociais por funções.

A nova experiência da velocidade aliada à transferência de pessoas para espaços fragmentados produziu um efeito devastador ao enfraquecer os sentidos e tornar o corpo humano passivo no exercício de suas capacidades cognitivas. Para Sennett (2016, p. 327), “[...] individualismo e velocidade amortecem o corpo moderno; não permitem que ele se vincule”. O espaço urbano, transformado em um simples corredor de circulação, não atrai a percepção do motorista, que só deseja atravessá-lo e não ser estimulado por ele. Logo, a sensação de desconexão com o entorno é reforçada pela condição física do corpo em rápido e cômodo deslocamento (SENNETT, 2016).

A função básica de circulação motorizada foi então priorizada, em detrimento da liberdade de movimentação e permanência do pedestre na cidade. Gehl (2013) ressalta que o problema da escassa atenção à escala humana é pior nos países emergentes, como o Brasil, onde a competição e disputa pelo espaço urbano cresce paralela ao uso do automóvel e as condições para o desenvolvimento da vida urbana se tornam cada vez menos dignas.

Na escala do corpo, o movimento autônomo enfraquece a experiência sensível, que é despertada no encontro com lugares ou pessoas que neles estejam.

> Hoje, como o desejo de livre locomoção triunfou sobre os clamores sensoriais do espaço através do qual o corpo se move, o indivíduo moderno sofre uma espécie de crise táctil: deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo. Esse princípio geral vem sendo aplicado a cidades entregues às exigências do tráfego e ao movimento acelerado de pessoas, cidades cheias de espaços neutros, cidades que sucumbiram à força maior da circulação (SENNETT, 2016, p.262).

Isto porque, de acordo com Gehl (2013), os arquitetos estavam mais preocupados em criar edifícios para serem contemplados do que boas ruas para viver.

> A arquitetura de 5km/h baseia-se numa cornucópia de impressões sensoriais, os espaços são pequenos, os edifícios mais próximos e a combinação de detalhes, rostos e atividades contribui para uma experiência sensorial rica e intensa. [...] A escala dos 60km/h tem amplos espaços e vias largas. Os prédios são vistos à distância e somente traços gerais podem ser percebidos. Detalhes e experiências sensoriais multifacetadas desaparecem e, da perspectiva do pedestre, todos os sinais são grotescamente ampliados. Um passeio numa arquitetura feita para 60km/h é uma experiência sensorial empobrecedora: desinteressante e cansativa (GEHL, 2013, p. 44).

O automóvel “[...] necessitava de todos os males inerentes ao alargamento de espaço – zoneamento, comunidades fechadas, calçadas desertas ou inexistentes” (JOHNSON, 2003, p. 67). Com isso, observa-se que o valor das ruas como elemento

de circulação também aumenta exponencialmente às expensas da experiência urbana.

Foi só aos poucos que os avanços tecnológicos transformaram o movimento em uma experiência passiva. Hoje ainda contamos com a forte influência das tecnologias de informação e comunicação, presentes nos celulares, *tablets*, computadores e outros *gadgets* na vida cotidiana, figurando desde o momento em que se acorda, na mobilidade, nos relacionamentos pessoais e redes sociais, no trabalho, no lazer, nas gestões, no controle, no ensino e até nas horas de descanso abdicadas para estar conectado (MONTANER, 2017). O corpo em constante movimento, desfrutando de cada vez mais comodidade e substituindo suas conexões reais por virtuais, “[...] viaja sozinho e em silêncio, anda para trás, do ponto de vista social” (SENNETT, 2016, p. 338).

Entretanto, Jacobs (2009) contesta a destruição urbana com base apenas no automóvel. A autora aponta ainda o descaso com as demais necessidades, funções e usos urbanos, citando que no centro urbano “[...] uma mescla insuficiente de usos principais é normalmente sua principal deficiência e geralmente a única desastrosa” (JACOBS, 2009, p. 181).

Sennett (2016) enfatiza que se antes as pessoas se aglomeravam nos centros urbanos, desde a transformação das cidades modernas, essa massa de corpos passou a se reunir em polos comerciais, estando mais atraída pelo consumo do que por qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário. Essa mudança de caráter da sociedade, principalmente ocidental, é um dos primeiros indícios do desgaste da integralidade dos sentidos e da atividade do corpo, o que o sociólogo descreve como “apatia dos sentidos”, de modo que “[...] a sociedade atual aparece como um fenômeno histórico sem precedentes” (SENNETT, 2016, p. 19).

Contrariando o pensamento dos projetistas, é notório que pessoas nas ruas atraem mais pessoas (JACOBS, 2009). Lugares vazios, aparentemente calmos, tranquilos e ordenados, não atraem público, pois faltam acontecimentos que despertem o interesse e possam ser observados. É preciso, portanto, que haja sociabilidade, pois as pessoas gostam de companhia e proximidade.

A forma das cidades que adotaram instrumentos de planejamento modernistas também é analisada por Netto e Saboya (2013). De modo crítico, os autores, ambos arquitetos, enfocam o zoneamento de usos e ocupação do solo, sobretudo quando fundamentado em índices e polígonos genéricos e, consequentemente, pouco sensíveis aos regimes complexos, diversos e orgânicos da cidade. Hoje, entre os desafios urgentes relacionáveis ao urbanismo, estão o déficit habitacional, a segregação e a dispersão urbana e as dificuldades de mobilidade. De tal modo, é possível problematizar a (in)eficácia dos planos diretores urbanos normativos mediante mapas e textos que não apreendem a complexidade local.

> Na medida em que os Planos Diretores (PDs) têm se constituído na condição de conjunto de regras genéricas e inespaciais, verifica-se que atuam desarticuladamente com a realidade urbana; esta sim, fruto de ações microestruturais e cotidianas. PDs são conjuntos de regras que se aplicam verticalmente e de modo relativamente genérico a processos múltiplos de produção e apropriação espacial – processos que, na verdade, são constituídos de ações na sua maior parte microestruturais e cotidianas, que terminam por produzir coletivamente padrões urbanos (GONZALES, 2013, s/p)

Contudo, de maneira alguma se pretende reduzir os planos diretores à puro funcionalismo. Sob uma ótica, defende-se a estruturação cuidadosa de uma metodologia para a elaboração de planos diretores que respondam às demandas sociais, políticas e físicas contemporâneas (NETTO, SABOYA, 2013), principalmente após a regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no Brasil em 2001.

Segundo Marques (2013), na década de 1980, acalorou-se um debate questionador nas faculdades de arquitetura sobre as qualidades trazidas pelo Movimento Moderno, que flertava com a ciência apoiada na técnica e no racionalismo, como já bastante mencionado nesta dissertação. Os acadêmicos já manifestavam o descontentamento com a apropriação dos princípios modernos pelo capitalismo.

No Brasil, o movimento de transformação na sociedade urbana também é associado a reorganização espacial, que tem base econômica e política. Analisando a relação da sociedade com o espaço privado/público a partir de uma analogia casa/rua, Rolnik (1995) aponta que o confinamento da família burguesa na intimidade do lar está relacionado com a "[...] morte do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas, espaço de socialização" (ROLNIK, 1995, p. 51). Outros autores observam igualmente esse fenômeno. Holanda (1985, p. 135) narra que "[...] a vida social é confinada ao interior dos edifícios. Corredores irão tomar o lugar das ruas" e Ascher (2010, p. 74)

relata que o fechamento espacial está relacionado à “[...] tentação de ruptura do pacto social e dos vínculos de solidariedade local e nacional”.

Observa-se, nas últimas décadas, uma tendência alarmante em cidades brasileiras: a multiplicação de condomínios fechados determinados por largos afastamentos e barreiras, como muros e grades. Para suprir os recuos, a tipologia arquitetônica é associada à verticalização. Há motivações econômicas para esses padrões:

> (i) A reprodução da planta em vários pavimentos maximiza o uso da mão-de-obra, maquinário e tecnologia instalada no sítio da obra, e reduz o tempo de construção. Os custos relativos de cada andar adicionado diminuem, enquanto, por outro lado, os valores de venda do imóvel aumentam em decorrência de fatores como vista e minimização de ruídos. (ii) Esses tipos são comumente replicados em condomínios ou em diferentes lotes para eliminar custos de projetos arquitetônicos específicos para lugares específicos (NETTO, SABOYA, 2013, s/p).

Ao analisar esse padrão, Netto e Saboya (2013) afirmam que estudos empíricos em capitais brasileiras evidenciaram correlações negativas entre pedestres e a baixa diversidade de usos no nível térreo das edificações; assim como a correlação entre fachadas cegas (muros) e a incidência de crimes. Isso em concordância com a investigação de Jacobs (2009) que destacou o aumento da criminalidade a partir do desaparecimento da rua como lugar de vida social. As ruas movimentadas e frequentadas por pessoas eram mais seguras do que as que serviam apenas de circulação, sendo a prática urbana a única medida de segurança contra a violência na cidade (JACOBS, 2009, p. 35).

E ainda, o andar térreo, apesar de ocupar pequena parcela de um prédio, define quase que completamente a relação do empreendimento com o entorno e a experiência do pedestre ao caminhar pela rua (KARSSENBERG; LAVEN, 2015, p. 16). A natureza pública de misturar pessoas e diversificar atividades é destruída quando o andar térreo está em desacordo com a função social (SENNETT, 2014, p. 28). Os micro-acontecimentos entre pessoas na rua contribuem no desenvolvimento de cidades emergentes, olhos nas ruas agem como vigilantes. Assim como Jacobs, Orlandi (2011) defende que a segurança depende da habilidade de se construir uma cidade com laços sociais fortes e bem articulados.

Ao interiorizar e segregar, ou até mesmo excluir do espaço público, áreas de uso coletivo, os condomínios acabam por prejudicar a já debilitada conectividade do tecido urbano. Além disso, podem aumentar a sensação de insegurança e subtrair o

movimento de pedestres, ao promover extensos perímetros cegos, sem relação visual com a rua, tendo como consequências “[...] áreas desvitalizadas, inseguras e refratárias à utilização dos espaços públicos” (NETTO, SABOYA, 2013, s/p)

Defensores dessa arquitetura isolada argumentam que esse padrão já se consiste de uma tendência espontânea, natural e coletiva. Todavia, aspirações coletivas não garantem a adequação e resultados positivos para a maioria, basta revisitar a escolha generalizada pelo automóvel individual e seus impactos sociais e urbanos, como congestionamentos. Logo, demandas coletivas não são obrigatoriamente autolegitimadoras (NETTO, SABOYA, 2013).

Hoje os urbanistas lastimam a decadência da cidade que cedeu suas ruas vibrantes aos empreendimentos e automóveis, transformação urbana que levou consigo as experiências de contato e interações aleatórias entre as pessoas (JOHNSON, 2003, p. 67). Tal qual, não é mais possível imaginar

> o exercício do urbanismo visando a construção acabada, mediante um desenho estático aplicado a todo o tecido da cidade, cristalizando uma forma compositiva única no tempo, e assim submeter às gerações futuras uma forma urbana que logo será superada por novos requerimentos, portanto requerendo novas expressões. [...] Para onde irá o direito do exercício da capacidade criadora dos arquitetos urbanistas do futuro, como intérpretes das novas sociedades? Assim como é importante assegurar valores do passado e soluções viáveis para problemas do presente, igualmente é fundamental planejar para o futuro e – importante – tendo a sabedoria de firmar o que deverá ser durável, sem petrificar o porvir (MARQUES, 2013, s/p).

Mas formulações teóricas e experimentações sempre existirão. No entanto, a pretensão por trás de todas estas reflexões é o bem-estar do ser humano e, no que cabe à arquitetura e ao urbanismo, “[...] será a criação dos espaços necessários para atender suas necessidades identificadas, as quais sempre terão maior ou menor importância quando forem acrescidas pelos significados materiais e subjetivos decorrentes das suas vivências” (MARQUES, 2013, s/p).

Diante da explanação das perspectivas de diversos autores acerca das consequências do processo de modernização das cidades e da esperada transformação da sociedade, observa-se nas cidades contemporâneas a retirada de funções sociais do espaço urbano como cenário e interface de encontro entre pessoas e lugares; levando, portanto, à uma tendência de individualização do ser humano e, na escala do corpo, à apatia dos sentidos que afeta as faculdades cognitivas de percepção.

VISION
TEL 3033-1409
www.visionalarme.com.br
ATIVAR A
Potência
DO OLHAR

2. BUSCANDO UMA ATITUDE FENOMENOLÓGICA INTERSUBJETIVA: MINHA PESQUISA E MEU CORPO(?)

Atualmente, como integrantes de parte de uma sociedade majoritariamente urbana, vivenciamos as potencialidades e os entraves nas cidades que anseiam por um desenvolvimento sustentável, contudo ainda lucrativo, uma combinação que parece não ter encontrado o fator de equilíbrio em sua fórmula e, que por certo, não encontrará enquanto estivermos inseridos no sistema capitalista mundial integrado, com destaque para o cenário ocidental.[11]

Bem como a cidade, a sociedade se encontra em um período de grande transformação social, de revisão de conceitos e valores, em que há um avanço na crítica à algumas teorias e metodologias convencionais, que vêm sendo questionadas, sobretudo, na contemporaneidade (MONTANER, 2017).[12]

Para planejar e projetar, o urbanista deve antecipar formas, coeficientes, traçados e espaços residuais que atenderão às necessidades atuais e futuras dos habitantes de uma cidade. Demandas sociais, funcionais, simbólicas, políticas, econômicas, ambientais, entre outras, devem ser materializadas em planos e formas. Para tal, o urbanista utiliza de diversas ferramentas para conhecer, interpretar e transcrever a realidade, tais como croquis, mapas, diagramas, geoprocessamento, *softwares*, *gadgets* e outros recursos tecnológicos, a fim de materializar conceitos e ideias (MONTANER, 2017).

O prestígio do saber técnico-científico foi para os modernistas e ainda é para os contemporâneos cercado de práticas que ocasionam, entre outras variáveis, na

[11] Muitas abordagens se voltam para entender o capitalismo no século XXI, a exemplo do já emblemático livro “Como ser anticapitalista no século XXI”, de Erik Olin Wright, publicado em 2019, pela editora Boitempo (São Paulo). Contudo, não inserimos nesta dissertação, essa variável sociológica quanto ao entendimento relativo à reconstrução das teorias das classes sociais no capitalismo do século atual, objeto do autor acima citado.

[12] Esta dissertação foi finalizada em abril de 2020, portanto, durante o período da pandemia propagada pelo Covid-19. Sendo assim, não pressupõe inserção do debate urbano contemporâneo pós-pandemia, no qual certamente os questionamentos serão extremados e o campo do urbanismo deverá protagonizar não somente uma revisão, e sim uma ruptura de conceitos e valores. Nesses questionamentos, pressupõe-se que a segregação socioespacial do território, a desigualdade econômica-social e a mudança climática estarão entre as principais chaves de leitura sobre o futuro das cidades e da humanidade em escala planetária.

mudança do paradigma orgânico para o mecanicista. Aquele saber segue sua evolução e abrange novas tendências arquitetônicas e urbanísticas, de modo que [...],

> Por trás de muitas arquiteturas supostamente avançadas e futuristas existe, além de uma certa superficialidade, uma pretensa primazia do saber técnico-científico sobre o artístico-social. Nelas ainda domina a ideia impositiva e desumanizadora de uma tecnologia que pretende ser autônoma e igual em qualquer lugar, quando cada sociedade é distinta da outra. Essas cidades genéricas de arranha-céus não são sustentáveis nem inteligentes, mas enclaves controlados: o que se pretende é homogeneizar, construir uma nova versão da sociedade da segurança e do controle (MONTANER, 2017, p.93).

Reconhecendo o potencial de contribuição dos saberes arquitetônicos e urbanísticos para a teoria social, é preciso reconhecer também que a autonomia disciplinar precisa ser abdicada para que se possa migrar de uma cultura fechada e reduzida para a experimentação de um pensamento complexo nas diferenças e nas relações. Ainda de acordo com Montaner (2017, p.15), a autonomia disciplinar é uma "[...] má interpretação formalista do projeto crítico italiano da década de 1960" que pode conduzir ao isolamento e gerar um formalismo vazio e gratuito. Em acordo com o mesmo autor, arquitetura e urbanismo não devem ser vistas como ciências nem disciplinas, mas saberes em constante transformação, cuja essência reside em se relacionar com outras áreas e em sua capacidade de compreender a realidade e atuar na sociedade.

Neste sentido, pode-se inclusive apostar que o hibridismo de saberes em constante mudança no campo da arquitetura e do urbanismo, seja mais do que sua essência, pode expressar uma fatalidade na qual tem que ser enfrentada, seja por pesquisadores, seja por profissionais da área, caso contrário, ocorre o risco de desconhecerem os fenômenos que envolvem esse campo disciplinar.

Por fim e, talvez, o mais relevante para o século XXI, Montaner (2017, p.16) evidencia a importância de superar na contemporaneidade o "[...] mito do arquiteto masculino como um herói" e o predomínio do objeto isolado implantado sem contexto com o entorno no espaço, apresentado como o projeto criado em uma folha de papel ou arquivo digital em branco.

> Nota: Ao pensar nos anos de graduação, me recordo de em determinados períodos, a depender do professor, receber a orientação de visitar um local determinado via *Google Street View*, para depois desenvolver um projeto a ser situado ali. A orientação vinha acompanhada de uma repreensão evasiva de "não façam isso depois que se formarem", mas a julgar pelos perfis profissionais na rede social *Instagram* que apresentam na descrição "faço

> projetos online para todo Brasil", imagino que poucos alunos tenham renegado o que nos foi ensinado. Sobre o mito do herói, todos queriam ser o novo Niemeyer, poucos tomaram conhecimento de Lina Bo Bardi.

O processo de revisão de conceitos e práticas na ciência, na sociedade e nas cidades nos aponta a premência de desconstruir dualidades empobrecedoras e ineficazes, determinadas pela cultura do capitalismo patriarcal, como razão-sentimento, objeto-sujeito, masculino-feminino, exterior-interior, corpo-mente. Entendendo que não são dicotomias nem puras e nem opostas, e sim complementares, cujas contrapartes só adquirem sentido e significado quando concebidos e considerados dialogicamente. Dentre essas, segundo Montaner (2017), a dualidade objeto-sujeito é a mais indesejável, pois revela o preconceito com a experiência subjetiva ao superestimar a consciência coletiva e objetiva.

A seguir, busca-se tensionar o dualismo objetividade-subjetividade com o intuito de desconstruir a polarização dos conceitos e a predileção pelo conhecimento objetivo, tido como única verdade, enquanto revela a natureza dialógica e complementar desse par.

2.1 Desconstruindo o dualismo objetividade-subjetividade

A partir deste ponto, a pesquisa aproxima a arquitetura e o urbanismo – apreendidos como saberes – da Filosofia, da Geografia e da Antropologia, para afastar-se dos limites da pretensa autonomia disciplinar.

De imediato, é preciso entender que a contraposição sujeito-objeto não é tão pura e dicotômica quanto parece. Isso porque, de acordo com Montaner (2017), essa dualidade surgiu de uma polarização fictícia, respaldada na oposição de características vistas como mais próximas da mentalidade masculina, como a abstração, a sistematização e a matematização, versus tudo o que é sensível, pessoal e humano.

No mundo do conhecimento, especialmente na realidade ocidental, a cultura dominante é a da objetividade. Tal predileção parte da negação da probabilidade de o conhecimento subjetivo ser seriamente considerado relevante pelos cientistas (MACHADO, 2003). Essa é uma cultura já consolidada, relacionada à posição do cientista frente ao objeto de estudo.

> Existe uma concepção tradicional da Ciência, sedimentada nos Manuais de Metodologia Científica e assumida irrefletidamente, creio, pela maioria dos cientistas, segundo a qual a Ciência constitui um saber “objetivo” em sentido etimológico, vale dizer, um saber que corresponde ao que o objeto pesquisado efetivamente é (CUPANI, 1989, p.18).

Para alcançar o conhecimento objetivo, não poderiam servir de base a percepção humana, as sensações e intuições subjetivas, pois as referências psicológicas associadas com a formulação de tais teorias não estariam aptas a um estudo verdadeiramente científico (POPPER, 1975).

> Incidentemente, tentarei mostrar mais adiante que o senso comum tem sido especialmente desencaminhador na teoria do conhecimento. Pois parece haver uma teoria de senso comum do conhecimento: é a teoria enganosa de que adquirimos conhecimento a respeito do mundo abrindo nossos olhos e olhando para ele, ou, mais geralmente, por observação (POPPER, 1975, p.43).

A objetividade científica parte do pressuposto de considerar “[...] a coisa tal como ela é em si mesma, e não tal como eu gostaria que fosse” (AMATUZZI, 2006, p. 94). Domina a ciência, portanto, o distanciamento de dois aspectos, o racional e o emocional. No entanto, para o mesmo autor, encontram-se coisas e fenômenos no campo real de estudo das quais não é possível se aproximar apenas racional e intelectualmente. Nesses casos, é preciso ter uma experiência pessoal, caso contrário não se chegará à verdade nenhuma (AMATUZZI, 2006).

Montaner (2017) considera que há certa ingenuidade na construção do conhecimento dominante, já que a pretendida objetividade da ciência foi gerada sobre a subjetividade dos cientistas. A figura do cientista positivista, que historicamente têm sido homens, intencionava ser o sujeito perante um objeto de análise, distante do seu contexto que procurava se manter passivo durante o processo de investigação. Entretanto, o sujeito não é neutro e nem objetivo (MONTANER, 2017).

Tamanha desconsideração da subjetividade não ocorreu de modo genérico e indeterminado, o caminho específico das teorias dedutivas foi um dos pontos de partida. Com isso, há o surgimento de teorias estruturadas a partir de uma ótica positivista. Nessa perspectiva, considera-se verdade aquilo que é suscetível à comprovação empírica (FEIJOO, 2011) e, na ciência positivista, “[...] não se pode fazer observação científica sem técnicas que mensurem, que controlem” (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990, p.139).

Nas palavras de Schenato (2011), existe um dilema nas ciências, em particular as ciências sociais, que se lança sobre duas possibilidades aparentemente opostas: subjetividade e objetividade.

> Partindo-se de uma dicotomia irreconciliável e maniqueísta, prioriza-se o objetivo em relação ao subjetivo: a objetividade é apresentada como valor único, científico e total diante da suposta parcialidade do subjetivo, tão desprestigiado por ser arbitrário quanto enaltecido pelo individualismo (MONTANER, 2017, p.89).

Objetividade e subjetividade são palavras carregadas de sentidos, em geral, positivos para a primeira e negativos na segunda. Basta recordar que, em algum momento da vida, todos já ouviram “isto é muito subjetivo”, como se tal rótulo diminuísse a importância do que se afirma (MACHADO, 2003).

> Nota: Não sei mais te dizer quantas vezes ouvi essa frase como forma de avaliação ou julgamento de algum estudo meu, inclusive na trajetória do mestrado, ao mencionar essa pesquisa para colegas ou em seminários. Em dois eventos científicos fui selecionado para apresentação na categoria “Outros (assuntos)” no meio de uma vasta lista de classificações. Por um tempo isso me desanimou, me senti deslocado e questionei se estava no lugar certo, se eu me encaixo nessa posição, depois de alguma reflexão percebi que a pesquisa trata justamente de seguir “outro” caminho, não os convencionais.

De acordo com Amatuzzi (2006, p. 93), “[...] objetividade e subjetividade opõem-se assim como ciência e consciência”. A ciência necessita de garantias de segurança, de comprovação, se refere ao conhecimento objetivo, meramente racional e isento, é um “saber o objeto”. Enquanto a consciência não se polariza pelo objeto, mas inclui o sujeito nessa relação, é um “saber-se de um saber” (AMATUZZI, 2006, p. 94).

> Movimentar-me no campo da ciência é conhecer cada vez mais detalhes da realidade objetiva. Movimentar-me no campo da consciência não é isso, mas, sim, incluir-me cada vez mais em minha relação com o mundo. Aumentar ciência é acumular informações objetivas. Aumentar consciência é envolver-me criticamente com as coisas. Não é um mero saber. Aqui saber, agir e sentir são indissociáveis (AMATUZZI, 2006, p.94).

Vale ressaltar que, na visão da ciência positivista, quanto mais o pesquisador for reduzido a uma entidade impessoal, um indivíduo com a formação profissional básica, maior será a objetividade envolvida no processo de conhecimento. Essa atitude imparcial diante do objeto de estudo e o proceder metódico garantiriam a validade universal, por meio do uso de linguagens homogêneas e pela preferência por dados quantificáveis dos fenômenos pesquisados (CUPANI, 1989).

O quadro a seguir sintetiza as características aparentemente contrárias dos conceitos de objetividade e subjetividade:

Quadro 1 – Ideias gerais sobre o par objetividade-subjetividade

Objetividade	Subjetividade
O mundo é constituído de objetos que têm propriedades independentes de qualquer pessoa que possa vir a experimentá-las	As coisas mais importantes da vida são nossos sentimentos, a sensibilidade estética, os valores éticos, que são puramente subjetivos
Associado diretamente com a Ciência, com a verdade como correspondência com os fatos, com ideias de precisão e justiça absoluta	Associado à arte, à intuição, à imaginação, a verdades relativas, ou dependentes de percepções mais elevadas
Sinônimo de racionalidade, de argumentação lógica, de coerência	Sinônimo de irracionalidade, perda de controle das emoções, da arbitrariedade, incerteza
Pode ser perigosa porque, abstraindo as peculiaridades da experiência pessoal em busca do conforto da universalidade, pode tornar-se inumana	Frequentemente injusta porque é parcial, representa um ponto de vista pessoal
A linguagem expressa conceitos e categorias por meio dos quais pensamos, os significados precisam ser claramente definidos, como condição para uma descrição e uma explicação adequada da realidade	A imaginação, a interpretação e a compreensão pessoal tornam os significados permanentemente “esfumaçados”, como contornos não bem definidos, o que seria um elemento verdadeiramente constitutivo do modo de ser do ser humano

Fonte: adaptado de MACHADO (2003, p.2) pelo autor

A objetividade, como foi concebida, apresenta uma natureza normativa que pretendia controlar como a ciência deveria ser cultivada para que fosse eficaz. Todavia, essa concepção provavelmente não se daria dessa maneira se a ciência não tivesse evoluído no Ocidente como o fez. Cupani (1989) adverte que foi na Idade Moderna (1453-1789) que se intensificou a preocupação com a objetividade, pois nesse período houve uma atenção maior para o avanço na ciência de base matemática.

> Podem ser mencionadas, na Filosofia Moderna, pelo menos três linhas de abordagem da questão da objetividade da Ciência. Uma delas esteve constituída pela denúncia dos fatores subjetivos (embora nem sempre de origem pessoal) que deformam sutilmente o saber pretensamente objetivo. [...] A segunda perspectiva teórica desde a qual o pensamento filosófico moderno tratou a questão da objetividade foi a preocupação com o método, vale dizer, a expectativa de fixar as regras de procedimento que garantissem uma visão fiel da realidade. [...] Por último, a preocupação com a objetividade refinou-se – sempre na Idade Moderna – no tratamento da própria noção de “objeto” (CUPANI, 1989, p.19-20)

É Husserl (2009) quem aponta a ingenuidade do cientista que não considera a dimensão dos questionamentos da subjetividade na produção do conhecimento, não

se abrindo para novas possibilidades em nenhuma das ciências positivas, algo próprio do cientista que tem apego temático e mais comum àqueles que recentemente iniciaram a profissão.

O polímata – aquele que estuda muitas ciências – Michael Polanyi (1891-1976) caminhou em outra direção ao considerar que a participação pessoal do pesquisador é essencial em todas as etapas do conhecimento. Em sua obra, *Personal Knowledge* (1958), o autor tinha como objetivo "[...] mostrar que a completa objetividade que é usualmente atribuída às ciências exatas não passa de um erro, e é, de fato, um falso ideal" (POLANYI, 1958, apud MACHADO, 2003, p. 1).

A objetividade da ciência caminhava desautorizando outros saberes, inclusive a Filosofia, que foi reduzida a ponto de vista e até mera ideologia. Daí, encontram-se muitos questionamentos acerca da objetividade na Escola de Frankfurt. A crítica da Escola criticava o sinal claro da objetividade, por mais que fizesse alusão à verdade, servir como estratégia de domínio originária de uma sociedade segregada em classes. Assim, a Escola repudiava a ideia de um conhecimento impessoal de fatos previsíveis que excluía tudo de natureza subjetiva (CUPANI, 1989).

Feyerabend (1924-1994) afirmava que a atitude e os resultados objetivos da ciência são perigosos e não podem ser vistos como uma virtude, mas como um condicionamento do pensamento humano pela prática profissional. O método estruturado, com seus ritos e mitos, tendem mais a conservar velhos erros do que revelar a realidade (FEYERABEND, 1977). O filósofo se posicionou contra o método e considerava qualquer metodologia objetiva simplista e ingênua. A crítica e o questionamento levantado sobre o método, ocorreu pelo fato de método e objetividade estarem intrinsecamente relacionados na visão da ciência convencional, pela imposição de uma técnica passível de ser replicada por outros cientistas para comprovação de resultados.

Conforme explanado, os pesquisadores se pautam e interiorizam na objetividade, mas, ainda que possam duvidar ou negar, os mesmos conferem toques pessoais, regionais e históricos à pesquisa. Isso porque existe uma arte de pensar e criar que é herdada e reproduzida, mesmo sob forte doutrinação profissional. Assim, não é possível de fato criar algo completamente novo sem considerar os contextos sociais e históricos (SCHENATO, 2011).

A fim de superar tal expectativa falsa, Polanyi (1990) trabalhou com uma alternativa científica, as percepções sensoriais, que deixariam de ser um truque para o intelecto e se transformariam “[...] no primeiro passo do processo de construção do conhecimento” (apud MACHADO, 2003, p. 1).

Na tentativa de separar as noções de objetividade e verdade, Gadamer (1997) confere mais valor à sensibilidade e à formação cultural do pesquisador do que a qualquer técnica de investigação na compreensão da realidade, devido ao acesso ao sentido dos objetos e fenômenos estudados, que ao seu ver só era possível pelo caminho da subjetividade. O que acontece, então, é que as teorias científicas

> não caem do céu, nem brotam do chão, sendo produzidas por seres humanos, com todas as características pessoais, emocionais, psicológicas, numa palavra, subjetivas do sujeito conhecedor: o fato de se abdicar de analisar cientificamente tais mecanismos de criação científica não significa que elas não existam, e diz muito mais sobre as intenções e delimitações de quem toma tal decisão do que sobre o conhecimento em si (MACHADO, 2003, p.2).

Fato é que se os pesquisadores pudessem perceber que a objetividade do conhecimento não é tão óbvia, talvez assim tomassem consciência de que as ferramentas de análise conceitual elaboradas pelos filósofos podem contribuir para que sejam melhores cientistas (CUPANI, 1989). Pois, “o mundo, no sentido pleno da palavra, não é um objeto, ele tem um invólucro de determinações objetivas, mas também fissuras, lacunas por onde as subjetividades nele se alojam, ou, antes, que são as próprias subjetividades” (MERLEAU-PONTY, 1994, p.447)

Para não recair no equívoco da dualidade, propõe-se que o conceito de subjetividade não seja construído a partir da perspectiva sujeito-objeto, típica da ciência objetiva, pois,

> o que se perde ficando somente no conhecimento objetivo é a própria noção de sujeito. O que se perde é a autonomia humana. É a capacidade de ser senhor de si. [...] Sinto que deixar isso de lado seria renunciar à própria humanidade do ser humano. [...] É muito mais um aproximar-se de sua subjetividade: eis aqui um conhecimento que envolve a pessoa (AMATUZZI, 2006, p.95).

Existem realidades que não podem ser acessadas apenas pelo conhecimento objetivo. Hoje temos consciência das qualidades da subjetividade que “[...] contém tudo o que resiste à matematização e à mercantilização; ou seja, qualidades, percepção, sentimentos, imaginação, fantasia e criatividade, enfim, as experiências da vida” (MONTANER, 2017, p.89).

Realizar uma pesquisa subjetiva não consiste apenas em produzir conhecimentos sobre um objeto ou fenômeno, mas aproximar-se, é se permitir ser tocado pela subjetividade alheia, possibilitando que a experiência faça um sentido humano para o pesquisador, para somente depois produzir um discurso expressivo sobre o objeto. É preciso aceitar que pensamento, sentimento e decisão estão intimamente ligados e que o envolvimento pessoal é o caminho para a subjetividade. Talvez o ponto mais difícil de aceitar, para aqueles apegados à tradição, é que os fenômenos observados são sempre únicos, pessoais, irrepetíveis e, por isso, impossíveis de serem comprovados ou contraditados. Apenas assim, saindo da noção convencional de ciência, é possível pesquisar a subjetividade (AMATUZZI, 2006; MACHADO, 2003).

É importante destacar o pensamento feminista nesse processo de desconstrução de dualidades e questionamento do conhecimento dominante. Segundo Montaner (2017), desde o fim do século XIX, filósofas, como Hannah Arendt (1906-1975) e Maria Zambrano (1904-1991), trouxeram uma visão moderna apoiada basicamente na apreensão das relações sociais, com o intuito de nomear a realidade. É possível, por exemplo, a partir da "razão poética" de Zambrano, constatar o desprestígio da experiência pessoal pelo estruturalismo e outras teorias da objetividade. Com seu método particular, a filósofa abriu um caminho para a subjetividade, que a teoria masculina tende a subestimar e ignorar.

> A razão poética, como método para uma recepção vital dos acontecimentos, é que vai promover a "*creación de la persona*", através desse caminho que é a existência. Para tanto, inicia-se como "*conocimiento auroral*": visão poética e atenção disposta à recepção – sem rechaçar o que vem do espaço exterior, permanentemente aberta e nascente. A partir de então, a razão poética se dará plenamente, como ação metafórica, à maneira dos poetas, realizando um vínculo através das palavras (MAIA, 2017, online).

> O pensamento feminista ganha ainda mais sentido ao superar os discursos binários, desconstruindo as dicotomias tradicionais e dominantes e superando esquemas hierárquicos e excludentes. Em suma, a visão feminista traz correções aos fundamentos da modernidade ilustrada, machista e eurocêntrica. Defende-se o "outro": mulher, criança, idoso, marginalizado, imigrante, subalterno, etc. Trata-se enfim de uma afirmação da complexidade e da diferença, dos afetos e dos desejos, da realidade e da vida cotidiana (MONTANER, 2017, p.87).

A pesquisa da subjetividade é, portanto, aquela que envolve o sujeito pesquisador-cientista, outros sujeitos e objetos e os mobiliza. É o tipo de pesquisa capaz de aumentar a consciência das pessoas envolvidas, incluindo os leitores. Essa pesquisa deve ser comunicativa, deve dialogar com quem a lê, para que a realidade questionadora que originou a pesquisa possa ser revivida. A pesquisa que decorre da

experiência vivida de maneira crítica, que dá conta dos pressupostos envolvidos na relação e, principalmente, quando o objeto não está fora do sujeito, é a pesquisa da subjetividade capaz de alcançar objetivos confiáveis para a ciência (AMATUZZI, 2006). Há uma pluralidade na pesquisa subjetiva que estuda a cidade, o local das interações sociais, pois esta é entendida também como sujeito e não apenas como a materialidade espacial onde ocorrem os processos de subjetivação, as experiências subjetivas e as relações intersubjetivas.

A busca por novos caminhos subjetivos na pesquisa em arquitetura e urbanismo, e também na prática profissional, se manifesta em um “sujeito mediador, administrador, consultor ou programador”, que supera a condição e o fascínio moderno do “sujeito autor, individual e personalista” (MONTANER, 2017, p.90). Esse arquiteto urbanista deve ser capaz de se relacionar com o espaço, a cidade e as pessoas, estando aberto e consciente. A experiência deve ser inserida como modo de obter conhecimento, deve ser mobilizadora e não apenas instrumentalizadora, em concordância com a pesquisa subjetiva. A pesquisa que vai de encontro e avança, nesse sentido, rumo a relação sujeito-objeto e tem tendência dialética, é a pesquisa fenomenológica (AMATUZZI, 2006).

2.2 Fenomenologia

Este subcapítulo e os conseguintes não pretendem reproduzir toda a complexidade das análises desenvolvidas por filósofos e fenomenólogos das mais diversas áreas. A intenção é apenas esboçar os aspectos gerais da fenomenologia como uma alternativa metodológica por meio da revisão de alguns estudos indicados pelo arquiteto urbanista Montaner (2017) e outros autores que já abordaram esse método. A principal meta é compreender a fenomenologia como um método alternativo que revalida a subjetividade no campo cientifico e pode contribuir no processo de revisão do saber urbanístico. Ao estudá-la como método alternativo, considera-se o sentido verdadeiro da palavra alternativa, logo, não há a pretensão de que esse seja o único, o melhor ou o pior método. Essa é apenas uma metodologia selecionada que tem significado para o pesquisador.

Para o positivismo, a metodologia científica deve ser sistemática e restrita aos fatos para alcançar resultados verificáveis. A fenomenologia surge como uma alternativa

metodológica que se contrapõe a esse pensamento (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990).

> Por uma questão de princípio, a ciência “abstrai” o que é dado para chegar a um conhecimento neutro e “objetivo”. No entanto, isso perde de vista o mundo-da-vida cotidiana, que deveria ser a verdadeira preocupação do homem em geral e dos planejadores e arquitetos em particular. Felizmente, há uma saída para o impasse, o método chamado de fenomenologia. (NORBERG-SCHULZ, 1983, p. 445).

Os estudos de fenomenologia são vistos como transdisciplinares, por considerarem impossível fragmentar a experiência humana, pois os temas estudados pela fenomenologia abrangem “[...] percepção, pensamento, memória, imaginação, emoção, desejo, vontade, até a consciência corporal, ação corporificada e atividade social, incluindo atividade linguística” (SMITH, 2013, online, tradução nossa).

De acordo com Hessen (2003), apenas em 1807 o termo fenomenologia foi usado pela primeira vez, na publicação “Fenomenologia do espírito”, de Hegel (1770-1831), em que o autor traçou um paralelo entre a fenomenologia e a lógica. Edmund Husserl (1859-1938) é considerado o pai da fenomenologia com o livro “Investigações lógicas”, publicado em dois volumes, o primeiro em 1900 e o segundo em 1901, em que questionava o porquê da supremacia do saber objetivo, visto que este não era capaz, por si só, de dar sentido à vida humana.

Segundo Cupani (1989), a partir da Primeira Guerra Mundial, surgiram críticas fenomenológicas ao positivismo e à ciência empírica que questionavam o valor existencial e cultural do saber científico. As principais críticas indicavam que a ciência objetiva deveria reconhecer a experiência como mais valiosa do que era na noção positivista.

O modelo de produção acadêmica dominante ainda é baseado no modelo das ciências naturais de 1867, que definiu os conhecidos procedimentos metodológicos: observação, hipótese, verificação, explicação e formulação de teorias. A fenomenologia emergiu como uma alternativa metodológica para as ciências humanas em oposição à generalização do positivismo para todos os domínios do conhecimento e em defesa de uma ciência para o vivido, para as experiências, porém não se preocupava em fundar uma ciência exata, como as que já existiam seguindo modelos matemáticos, e sim em descobrir a essência do fenômeno (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990).

Solà-Morales (2003) observou que, após a Segunda Guerra, alguns arquitetos despertaram uma nova sensibilidade fenomenológica, baseada em Husserl, que criticava a abstração da arquitetura de edifícios e da cidade modernista, sugerindo que a arquitetura deveria retornar à sua essência para reconstruir as cidades europeias.

O sucessor de Husserl, Martin Heidegger (1889-1976), desconstruiu a dualidade homem-ambiente ao observar que o homem é inerente ao mundo, visto que toda atividade humana se materializa no mundo e não pode ser interpretada isoladamente, tampouco o inverso, pois o mundo não tem sentido se o sujeito não o percebe (HEIDEGGER, 2002).

A proposta fenomenológica desenvolvida por Husserl e continuada por Heidegger considerava o eu "[...] como um fluxo de vivências intencionais fundadas na imanência de uma consciência já sempre projetada para além de si ou como um campo existencial de sentido e significados compartilhados" (FEIJOO, 2011, p.409). Essa intencionalidade nas vivências humanas indica que a consciência e o objeto não são unidades separadas e sim co-originárias. Pois os atos humanos dirigidos a um objeto não passam de uma projeção da consciência que dá significado à coisa. A consciência que permite ver além do objeto em si (FEIJOO, 2011; MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990).

De acordo com Pallasmaa (1986), a fenomenologia recorre diretamente à consciência para descrever o fenômeno estudado, examinando-o na própria dimensão da consciência, sem teorias e categorias advindas das ciências naturais.

O método de orientação fenomenológica tem cunho descritivo e interpretativo. A fenomenologia preocupa-se em descrever o fenômeno, não em explicá-lo, o que a difere do método positivista de cunho prescritivo (CARVALHO, VERGARA, 2002). A fenomenologia por si só também não detém uma verdade absoluta sobre as coisas e nem estima essa posição, apenas compreende que

> [...] não existe algo como uma face objetiva pura da realidade social tanto quanto não existe uma subjetividade que crie ou se imponha absolutamente ao mundo. O que efetivamente existe são os múltiplos aspectos da interação dessas duas dimensões, dessas duas faces (SOUZA, 1989, p. 151).

De tal modo, e por ser uma maneira de idealizar a teoria do conhecimento, não é possível formalizar a fenomenologia em procedimentos técnicos. Porém, isso não

quer dizer que as fontes de informações provenientes desses procedimentos sejam rejeitadas.

No pensar fenomenológico, não há um problema a ser solucionado, há uma dúvida que mobiliza o pesquisador, fazendo-o interrogar o objeto, que, por sua vez, é a realidade vivida pelo pesquisador (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990). Não há quaisquer teorias ou indicações definitórias e explicativas do fenômeno *a priori*. Entretanto, isso não significa que a pesquisa parta de um vazio, existe um estágio pré-reflexivo que se torna reflexivo a partir da tomada de consciência. O ato de interrogar a realidade vivida iniciará uma trajetória até o fenômeno que deve ser experienciado e interpretado conscientemente pelo pesquisador para obter uma resposta e não a solução de um problema (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990).)

Para Carvalho e Vergara (2002), a instrumentalização prévia do método pode reprimir a criatividade e dificultar a trajetória do pesquisador até a essência do fenômeno investigado, ao ponto de inviabilizar a descoberta, que é o propósito do espírito científico. É importante estar atento às interações sociais e aos acontecimentos de maneira participativa e interpretativa, fugindo do método hipotético-dedutivo. Assim sendo, a fenomenologia permite o desenvolvimento de uma pesquisa dinâmica com ênfase na experiência intersubjetiva humana, que transcende o sujeito individual para incluir o outro, narrada na primeira pessoa do singular (CARVALHO, VERGARA, 2002, p. 82).

> Dirigindo-se para a experiência a fenomenologia emprega, necessariamente, uma forma de reflexão que deve incluir a possibilidade de olhar as coisas como elas se manifestam. [...] É a busca da essência, ao invariante do fenômeno, pois, se é verdade que o fenômeno se doa ao sujeito que o interroga por intermédio dos sentidos, ele se doa como dotado de um sentido, de uma essência (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990, p.141).

O pesquisador se doa à experiência, é correspondido dialeticamente, reflete e depois descreve, como um artesão intelectual. Orienta-se que a redação da experiência seja feita na primeira pessoa do singular, assumindo o eu do pesquisador que interroga e interpreta o fenômeno com uma postura fenomenológica (CARVALHO, VERGARA, 2002; MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990).

As descrições da experiência vivida pelo pesquisador têm utilidade para a interpretação e análise do fenômeno. Durante a realização da experiência, alguns aspectos presentes se destacam, chamando a atenção do pesquisador que se permite

tocar pela subjetividade alheia (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990). Após a descrição, o pesquisador analisa o registro buscando as convergências desses aspectos comuns no texto. A análise pode chegar a categorias, a temas recorrentes em toda descrição, que, então, se resumem em uma síntese para descrever a resposta obtida. Desse modo, o fenômeno é iluminado e se revela para o sujeito. Portanto, a descrição assume papel fundamental no desenvolvimento do método fenomenológico (CARVALHO, VERGARA, 2002).

O urbanista Kevin Lynch (1918-1984), ainda que focado exacerbadamente no sentido da visão, se aproximou da abordagem fenomenológica no contexto de sua definição sobre o princípio de Sentido:

> O Sentido depende da forma e da qualidade espaciais, mas também da cultura, do temperamento, do estatuto, da experiência e do objetivo atual do observador. Assim, o sentido de determinado local varia consoante os diferentes observadores (LYNCH, 1981, p.127).

A fenomenologia entende, como Lynch (1981), que o sentido de um lugar ou objeto pode mudar para cada sujeito ou pesquisador, pois cada pessoa é dotada de uma subjetividade e uma consciência que irão se relacionar com o lugar de modo único.

Vale ressaltar que a subjetividade é essencial para a fenomenologia. Partindo do entendimento de que tudo é primeiramente subjetivo antes de se tornar objetivo, pode-se dizer que a subjetividade é o caminho para a objetividade que se encontra sempre em progresso, que é interrogada a todo momento, porque não é tida como uma verdade pura e absoluta. A realidade é relativa e temporal, logo, “[...] haverá sempre múltiplas verdades que só podem subsistir se houver pesquisadores que caminham para uma intersubjetividade” (MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990, p.144).

Espera-se que os resultados alcançados com a experiência fenomenológica possibilitem a complementaridade de métodos convencionais hipotético-dedutivos (CARVALHO, VERGARA, 2002). Por último, a pesquisa fenomenológica não propõe uma generalização para o trabalho, dado que o fenômeno não se encerra, mas continua a se ocultar e revelar dialeticamente, e é precisamente porque o fenômeno às vezes está oculto que a fenomenologia se faz necessária (STRASSER, 2010; MARTINS, BOEMER, FERRAZ, 1990).

É pertinente ressaltar que as informações mencionadas acima não são um guia ou procedimentos fechados para a pesquisa fenomenológica, tratam-se de orientações

adaptáveis e, mais ainda, de peculiaridades que a distinguem do método científico convencional adotado nos trabalhos acadêmicos. Busca-se no método alternativo da fenomenologia noções para repensar o saber urbanístico a partir da interação das pessoas com a cidade.

Em suma, a abordagem fenomenológica é um método subjetivo de pesquisa científica. A consciência parte do pesquisador, livre de preconceitos, julgamentos e teorias *a priori,* e se relaciona com o objeto ou campo para obter respostas. O conhecimento se origina na experiência do pesquisador com o fenômeno investigado. O método se opõe ao pensamento positivista, objetivo e racional, à predileção dos estudos quantitativos e ao cientista isolado, impessoal e passivo em suas observações. A abordagem fenomenológica volta-se para o campo da experiência humana: interroga e foca a percepção no fenômeno, o observa, descreve e interpreta o significado subjetivo, sempre em busca de resposta e não de solução para um problema, pois a vida é um mistério em aberto (CARVALHO, VERGARA, 2002). As experiências vividas fundamentam todo o saber, por isso, não se pode duvidar da experiência e das percepções (MONTANER, 2017).

2.3 Percepção

> O sentir me restituiu aquilo que lhe emprestei,
> mas é dele mesmo que eu o obtivera
> (MERLEAU PONTY, 1994, p.289)

O filósofo Merleau-Ponty publicou “Fenomenologia da Percepção” em 1945, tese na qual concebeu uma rica variação da fenomenologia, destacando o papel do corpo na experiência humana. No mesmo ano, começou a trabalhar com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir na edição da revista “*Lês Temps Modernes*” e no desenvolvimento da fenomenologia (SMITH, 2013). As essências universais e o ego transcendental foram rejeitados por Merleau-Ponty, que, em seus ensaios complexos e profundos, deu ênfase à percepção (SANTAELLA, 2012).

O pensamento do filósofo trata de um mundo percebido no qual o corpo é o mediador com o mundo. Para Merleau-Ponty (1994), todo o saber está instalado em um horizonte aberto pela percepção e a experiência antecede a linguagem, pois “o mundo não é o que penso, mas aquilo o que eu vivo”, “[...] o mundo é aquilo que nós

percebemos” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 14). No entanto, cabe ressaltar que “[...] perceber não é recordar-se” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 48), perceber não é resgatar impressões complementadas por recordações, perceber é “[...] ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente” (MERLEAU-PONTY, 1994, p.48).

Enquanto os cientistas racionalistas usualmente fragmentavam o percebido, decompondo o todo em partes menores, Merleau-Ponty seguiu o caminho da fenomenologia e compreendeu a elementaridade das coisas, sem os obstáculos da ciência objetiva que sugeria generalizações. Ao entender que a subjetividade é inseparável do ser humano e indivisível, o filósofo defende a percepção multissensorial, não somente visual:

> [...] a unidade da coisa permanece misteriosa enquanto considerarmos suas diferentes qualidades (sua cor, seu sabor, por exemplo) como dados que pertencem aos mundos rigorosamente distintos da visão, do olfato, do tato, etc... Cada uma dessas qualidades longe de ser rigorosamente isolada, tem uma significação afetiva que a coloca em correspondência com a dos outros sentidos (MERLEAU-PONTY, 2004, p.20).

Conforme visto anteriormente, a racionalidade e a objetividade são traços dominantes da cultura ocidental. Ainda nessa cultura, se faz presente a dominância da visão sobre os demais sentidos, como afirma Pallasmaa (2011). Segundo o mesmo autor, (1986), a visão elementarista, que segrega o fenômeno em partes, predomina na teoria, no ensino e na prática da arquitetura, de tal modo que esta foi reduzida quase que exclusivamente à arte do sentido da visão. Para Pallasmaa (2011), o desequilíbrio do sistema sensorial humano, a negligência com o corpo e os sentidos, podem ser a causa da falta de humanismo das cidades contemporâneas. De modo que o individualismo e a alienação podem ser reflexos de uma patologia dos sentidos (PALLASMAA, 2011). Tal pensamento relaciona-se com a ideia já explanada de apatia dos sentidos do sociólogo Sennett (2016) no capítulo 1. O pensamento de Pallasmaa que visa restaurar todos os sentidos para refrear a hegemonia da visão retiniana contemporânea, rígida e distante, é herdeira da fenomenologia.

Para Merleau-Ponty (1994, p. 32), a ciência, no seu empenho de objetivação, tenta criar uma “ciência objetiva da subjetividade”, mas essa tentativa fracassa ao criar apenas uma aparência de subjetividade, enquanto a experiência perceptiva revela que “[...] o sensível é aquilo que se apreende *com* os sentidos”, sendo os sentidos mais que meros instrumentos de pesquisa. É necessário, então, reaprender a olhar o

mundo, ativar a potência do olhar, “[...] relativizando o objeto e enfatizando os meios de percepção” (MONTANER, 2017, p.82).

Diante do fortalecimento da razão e da objetividade em detrimento da percepção e da subjetividade, torna-se essencial despertar a percepção,

> retornar ao mundo vivido aquém do mundo objetivo já que é nele que poderemos compreender tanto o direito quanto os limites do mundo objetivo, restituir à coisa sua fisionomia concreta, aos organismos sua maneira própria de tratar o mundo, à subjetividade sua inerência histórica, reencontrar os fenômenos, a camada de experiência viva através da qual primeiramente o outro e as coisas nos são dados (MERLEAU PONTY, 1994, p. 90).

A percepção que uma pessoa tem de um lugar depende, ainda, além da aproximação com o mundo vivido, da sensibilidade do observador, de sua mentalidade, sua educação, de seu ambiente circundante e de seu estado de espírito durante a abordagem (RASMUSSEN, 2015).

Segundo Polanyi (1966, apud MACHADO, 2003), é preciso elucidar o processo perceptivo para compreender como o conhecimento é construído, pois, a percepção é o primeiro momento do processo cognitivo. De acordo com o autor, as pessoas conhecem mais do que podem explicitar, isso porque o momento de explicitação é muito discreto se comparado com a vivência efetiva, a dimensão tácita, implícita. Ao mesmo tempo em que se registra um grande número de observações explícitas, percebe-se uma “[...] enorme gama de registros de que não temos consciência analítica” (POLANYI, 1966, apud MACHADO, 2003, p.4).

Nesse cenário, a percepção deixa de ser a periferia do conhecimento e passa a ser valorizada como o seu cerne. Compreende-se que a experiência multissensorial é a base de todo o conhecimento e que “[...] nossos sentidos interrogam as coisas e que elas lhes respondem” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 428).

> Toda percepção é uma comunicação ou uma comunhão, a retomada ou o acabamento por nós, de uma intenção alheia ou, inversamente, a realização, no exterior, de nossas potências perceptivas e como um acasalamento de nosso corpo com as coisas (MERLEAU-PONTY, 1994, p.429).

Essa valorização da percepção e dos sentidos influenciou algumas teorias e arquiteturas após o Movimento Moderno, como as obras de Rasmussen (2015) e Pallasmaa (2011), mencionados acima. Os dois arquitetos ressaltam a importância da experiência multissensorial por meio do corpo para apreender o lugar e, assim, elaborar projetos melhores. Não se contentam em ver a arquitetura ou a cidade, é

fundamental vivenciá-las. Segundo Montaner (2017, p. 84), esses arquitetos só conseguiram incorporar as qualidades sensíveis da percepção em suas obras a partir de uma “observação meticulosa, cuidadosa, poética e sem preconceitos para deixar que a realidade e o lugar falem”.

2.4 Experiência e ação

A explanação relativa ao pensamento fenomenológico no item anterior evidencia a sua correlação com a percepção e a experiência. Entende-se aqui, a experiência na qualidade de foco no vivido, na percepção sensorial e na experimentação, no limite, na ação e na atitude. A fenomenologia depende da experiência subjetiva para se pôr à prova. Contudo, esse enfoque pode colocar em risco a pesquisa que se restringir à percepção individual e única do pesquisador sem considerar o contexto e as relações intersubjetivas.

Desde a introdução da fenomenologia por Husserl, a experiência foi apresentada como um conceito-chave. Porém, a experiência pessoal e a percepção defendidas pelo filósofo tendiam a se concentrar excessivamente no sujeito, no fator interno do indivíduo. Faltava a essa visão a experiência social, coletiva e política, que dá ênfase às relações intersubjetivas sociais ativas (MONTANER, 2017).

Trata-se de realizar uma leitura e interpretação crítica da realidade. Essa leitura somente será possível a partir da experiência fenomenológica do espaço vivenciado, habitado, o fenômeno do encontro da pessoa com o mundo, que intercala os aspectos espaciais morfológicos, os materiais e as tecnologias, as condições de iluminação, acústica e temperatura, tanto quanto a sensibilidade, a cultura, a memória e o estado de espírito do sujeito no momento da experiência.

A experiência não é exclusivamente subjetiva, ela passa inevitavelmente pelo objetivo; é pessoal, mas é partilhável, “[...] pois a única experiência que tem sentido é aquela que se vive profundamente e que é capaz, de alguma forma, de ser transmitida aos outros, de se tornar intersubjetiva” (MONTANER, 2017, p.77).

Como resposta à predominância do objetivo, a revalorização da experiência surge, adjetivada por alguns autores, como uma nova subjetividade nômade e flexível, pós-moderna e vitalista. Essa nova subjetividade é defendida pela filósofa Rosi Braidotti

(1954-) como um ponto essencial de um eu pós-moderno, nômade e rizomático, que se baseia em relações que compartilham projetos e não um eu individualista (BRAIDOTTI, 2009).

Esse tipo de experiência surge na fenomenologia como um caminho para superar o impasse de vivenciar a realidade em suas complexidades e diferenças e, assim, aproximar o pesquisador da dimensão do sensível, do vivido. Para Merleau-Ponty (1994, p.84), o desafio da experiência está em

> [...] compreender relações singulares que se tecem entre as partes da paisagem ou entre a paisagem e mim enquanto sujeito encarnado, e pelas quais um objeto percebido pode concentrar em si toda uma cena, ou tornar-se a imago de todo um segmento de vida.

Ferraz (2008, p.53) afirma que "[...] as experiências sensíveis não implicam privacidade e já são organizadas como um campo intersubjetivamente partilhável", de modo que o sujeito, visto como corpo que percebe, é um "[...] organismo anônimo que não exclui a perspectiva de outros sujeitos perceptivos". Nessa perspectiva, restituir a fenomenologia é reanimar a experiência viva da intersubjetividade (SANTAELLA, 2012).

> O espaço intersubjetivo é um laboratório do porvir [...] O desafio não consiste em retornar às identidades definidas, às fronteiras claras e a um passado supostamente puro, mas, em vez disso, em aproveitar as oportunidades oferecidas pela mistura cultural já existente (BRAIDOTTI, 2009, p. 116, tradução nossa).

Bem como o feminismo de Braidotti legitima a sintonia com a vida em todos os aspectos, Hannah Arendt também defendia o estabelecimento das relações humanas pela ação. Nas palavras de Arendt (2007, p. 189), "[...] a ação é o modo pelo qual os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa". Logo, a ação também se distancia da visão individualista e fragmentada e prioriza a intersubjetividade na expressão do indivíduo contemporâneo no mundo, assim, "[...] seja qual for o seu conteúdo específico, a ação sempre estabelece relações" (ARENDT, 2007, p. 196). Por esse motivo, busca-se nesta pesquisa encontrar uma atitude fenomenológica intersubjetiva. A expressão "atitude fenomenológica" já foi previamente utilizada na tese de Santos (2011). Nesta dissertação, tem-se a adoção da palavra atitude como sinônimo de ação, com o sentido dado por Arendt (2007), substituindo o termo abordagem, comumente utilizado para referir-se à abordagem fenomenológica. Por fim, agregando a palavra

intersubjetiva que reforça o ideário de transcender o sujeito individual para incluir o outro na construção de um campo social, político e coletivo, como indicou Montaner (2017).

Para Habermas (1929-), os hábitos cotidianos das pessoas estão relacionados com uma capacidade de agir que as fazem intuitivamente conscientes. Esse agir está entranhado no corpo e é capaz de se comunicar e sociabilizar (HABERMAS, 2002). Segundo o filósofo, as pessoas passam por experiências na condição de sujeitos ativos que interferem no mundo, inseridas em um mundo orgânico e socializante, dentro de uma ação intercomunicativa.

Na visão de Montaner (2017), a experiência deve se concentrar no presente, por se consistir basicamente de experimentar, de vivenciar. Ao se referir ao passado e focar na história, a experiência resiste às práticas inovadoras, tornando-se uma ferramenta teórica. É preciso dar ênfase aos estilos de vida contemporâneos, porque esses são passíveis de serem incorporados e, entre eles, devem se destacar

> fenômenos contemporâneos relacionados à complexidade das sociedades pós-coloniais, no contexto da defesa dos direitos humanos, no reconhecimento das novas estruturas familiares, na luta pela igualdade de gênero, no objetivo de uma vida saudável, sustentável e solidária. Enfim, parte-se da condição pós-moderna (MONTANER, 2017, p.77).

Seguindo o pensamento de Montaner (2017), a evolução da arquitetura e do urbanismo enquanto saberes dependem da capacidade dos mesmos se questionarem sobre novas possibilidades e de entenderem que essas oportunidades estão compreendidas na experiência da vida.

> Uma experiência marcante da arquitetura sensibiliza toda nossa receptividade física e mental. É difícil apreender a estrutura do sentimento, por causa de sua imensidão e diversidade. Na experiência, descobrimos uma combinação do biológico e do cultural, do coletivo e do individual, do consciente e do inconsciente, do analítico e do emocional, do mental e do físico (PALLASMAA, 1986, p. 488).

É preciso apreender as relações sociais, nomear a realidade; incorporar o que se relaciona com a habilidade humana de experimentar, articular, comunicar e ser parte do mundo; ter iniciativa, se manifestar e desempenhar uma ação, como sugeriram Zambrano, Braidotti, Pallasmaa e Arendt, respectivamente. Assim, pode-se chegar a uma atitude fenomenológica intersubjetiva mediada pelo corpo.

2.5 Corpo

É por meu corpo que compreendo o outro,
assim como é por meu corpo que percebo as coisas
(MERLEAU-PONTY, 1994, p.253)

Segundo Merleau-Ponty (1994), nosso conhecimento antecede o conhecimento científico, nossa primeira fonte de conhecimento é a experiência em primeira pessoa com o mundo por meio de nossos sentidos, e a ligação entre a mente e o mundo é feita pelo corpo, logo, "[...] o corpo é nosso meio geral de ter um mundo" (MERLEAU-PONTY, 1994, p.203). A experiência é congelada a partir do momento em que a objetividade entra em cena cercada de preconceitos, concebendo o corpo vivo como mais um objeto entre os objetos (SANTAELLA, 2012).

Só pelo corpo é possível criar raízes, pontua Furtado (2005). O viver, o habitar, o experienciar representam "[...] essencialmente a apropriação do espaço que o determina, em referência à corporalidade vivida, como sítio ou lugar" (FURTADO, 2005, p.419).

Para Merleau-Ponty (1994), o corpo está intrinsecamente ligado ao lugar, o corpo é o primeiro lugar habitado pelo ser e pela movimentação do corpo habita-se outros lugares. A relação dialética entre corpo e mundo é tão estreita e interdependente que não pode ser rompida em ponto algum, pois não há corpo vivido sem um lugar e não há lugar sem um corpo vivido:

> A espacialidade do corpo corresponde muito mais à ideia de uma esquematização do ambiente circundante a partir da atitude própria do sujeito em relação ao mundo, os outros e as coisas, esquematização por meio da qual não se tem apenas a posse de um mundo, mas também, e essencialmente, do próprio corpo, do que à ideia de coordenadas geométricas (FURTADO, 2005, p.425).

A amplitude das funções cognitivas, sensíveis e perceptivas, é delimitada pela história e pela cultura da base corporal de onde emerge a consciência. O corpo é sempre vivido de uma mesma perspectiva para o indivíduo, ele retém experiências passadas que o ajudam a definir preferências e moldar recorrências com as quais se envolve no mundo (SANTOS, 2011).

As ações que permitem o sentir, como ver e tocar, só são possíveis porque o corpo é constituído de órgãos maciços sensíveis, como os olhos e a pele. No entanto, esses órgãos, logo, o corpo é ativado por sua base sensível, subjetiva. Olhos e pele são

mecanismos, ver e tocar são sentidos ativos. De acordo com Merleau-Ponty (1994), essas características e a sua interdependência são condições transcendentais das quais o corpo é portador, são condições subjetivas que possibilitam a experiência. O corpo é, então, a maneira do ser humano se juntar a um meio definido e até se confundir com esse meio.

Além de portar as condições transcendentais, o corpo ainda porta e produz signos. Segundo Schenato (2011), cada classe ou grupo social tem uma ideia sobre o corpo e cuida dele de um modo distinto. O que revela muito sobre cada grupo, pois os valores e crenças depositadas transparecem no corpo, “[...] inclusive as relações de gênero entre masculino e feminino, na maneira de se portar do corpo, de consumir, de alimentar e de se comportar socialmente” (SCHENATO, 2011, p.41). Esses signos originam-se culturalmente e reproduzem no corpo a estrutura do espaço social, assim, a identidade de cada grupo é expressada. Intersubjetivamente, as barreiras do corpo se dissolvem,

> O agente mesmo tendo um estilo pessoal, uma trajetória individual diferente dos demais agentes, acaba cedendo às condições sociais, a exterioridade das construções sociais, tendendo o indivíduo a se identificar com o estilo e distinção partilhados pelo grupo ou classe social (SCHENATO, 2011, p.45).

Em síntese, tais observações sobre o corpo como gênese da consciência e mediador das relações com o outro e com o mundo remontam o pensamento de que o cientista-pesquisador não pode ser imparcial e distante do que investiga, pois não está livre das suas experiências prévias carregadas de subjetividade e também não se separa do objeto que estuda. Logo, para Ferraz (2008), a objetividade não é puramente alcançada. Entender que há um corpo fenomenal, que age ativamente na produção da experiência, é a oportunidade para voltar aos estímulos objetivos e revesti-los de um sentido prático, apreendendo a realidade (FERRAZ, 2008).

Em conclusão, para adotar uma atitude fenomenológica intersubjetiva como alternativa metodológica de leitura espacial, deve-se estar atento aos temas comuns nos estudos dos diversos autores citados, como o valor das relações sociais, do olhar *de* e *para* o outro e da experiência do mundo sensível, vivenciada por meio do corpo, da multissensorialidade e da percepção.

3. DA IMPESSOALIDADE À 1ª PESSOA: O QUE O CENTRO ME DIZ(?)

> “Reconsiderarei o conhecimento humano
> tendo como ponto de partida o fato de que
> nós podemos conhecer mais do que nós podemos dizer”
> (POLANYI, 1966, apud MACHADO, 2003, p.4)

Até aqui, ainda que tenhamos mediado nosso diálogo por uma crítica ao racionalismo da cidade moderna e ao objetivismo dominante nas ciências, nosso diálogo foi predominantemente tautológico, salvo por algumas notas. É o que comumente pede uma dissertação, como um estilo literário marcado pela escrita em 3ª pessoa e também usualmente como produto final do Mestrado. Contudo, foram expostas as possíveis contribuições da subjetividade para a ciência, as quais acredita-se que são melhores interpretadas em 1ª pessoa, e é disto que se trata esse capítulo. Portanto, agora eu peço licença para falar diretamente com você e apresentar uma espécie de narrativa de Mestrado.

Esta experiência vivida no Centro de Vitória foi conduzida na direção do mesmo discurso fenomenológico que já corre nos campos da arquitetura e do urbanismo, como abordado por Montaner (2017). Não há a intenção de propor um movimento de urbanismo fenomenológico radical, nem mesmo compor um guia para instrumentalização da experiência. A leitura do espaço não foi feita visando propor intervenções ou solucionar problemas. Minha intenção é, pela observação cuidadosa, subjetiva e poética, deixar que a realidade do lugar fale comigo, sem os entraves da objetividade científica e do racionalismo da prática profissional. Busquei adotar durante a experiência uma atitude fenomenológica intersubjetiva, em que

> meu corpo está aberto ao horizonte do mundo e às coisas que me saltam ao encontro a partir dele, de modo que, se acato a experiência da corporalidade, tal como me é dada, vejo que se trata sempre de determinada atitude, ou seja, de uma relação com o mundo e com os outros. Assim, quer se trate da consciência ou do corpo, sempre os surpreendemos visando algo, segundo determinada tonalidade afetiva, no primeiro caso, ou atitude para com o mundo em geral, no segundo (FURTADO, 2005, p.420).

A experiência foi aquele momento derradeiro pro qual eu não deveria estar preparado. E eu não estava. Eu não deveria estar preparado para o que fosse encontrar na experiência imersiva no Centro de Vitória, porque estar livre de qualquer preconceito ou teoria é uma prerrogativa da abordagem fenomenológica no espaço. Digamos que o único preparo foi me despreparar, tomar um banho de descarrego de conceitos e

julgamentos. Eu havia visitado o Centro inúmeras vezes, aquele lugar foi meu objeto de estudo na graduação, eu já conhecia suas ruas e algumas de suas histórias por pessoas que se tornaram personalidades do bairro. Nós – eu e o Centro – temos um vínculo considerável, memórias compartilhadas. Como desapegar de tudo isso? O que eu ainda não vi? O que poderia ser novidade? O que o Centro poderia me dizer subjetivamente que já não tivesse dito sob o olhar objetivo em estudos anteriores? Esse foi meu desafio.

Acontece que o Centro é aquele ímã de pessoas e experiências que se cruzam, se renovam e se reorganizam constantemente. Engana-se quem pensa que o Centro parou no tempo, me enganei ao pensar que não seria surpreendido. Depois de algumas idas ao bairro no decorrer do Mestrado, como o cortejo da Campanha da Função Social da Propriedade, eu ainda não estava satisfeito com as abordagens, porque todas me pareciam um tanto quanto maquiadas, superficiais e roteirizadas e não me permitiram o real contato subjetivo. Foi então que, despido de qualquer figurino que havia usado para encontrar aquele lugar antes – seja de pesquisador, arquiteto, folião, cliente ou visitante –, me coloquei como o personagem do hóspede, disposto a viver a experiência da maneira mais imersiva possível. Foi assim que eu me hospedei no Centro e vivi no bairro por cinco dias, de 08 a 12 de fevereiro de 2020.

Tudo começou pela escolha da acomodação, buscando em um serviço online de hospedagem por diária. Fugi do padrão de hotel, pousada e *hostel*/albergue e encontrei uma casa. A pretensão inicial era de se instalar por um período mais longo, ao menos sete dias completos, contudo, pela proximidade com o Carnaval, as datas disponíveis eram apenas aquelas. A localização me parecia boa, a casa ficava na parte mais alta do Centro, na última rua do bairro, logo na divisa com o bairro da Piedade. Não ilustrarei a localização da casa por uma questão de segurança que será entendida a partir da leitura. Imaginei que seria bom me hospedar ali, porque assim todos os dias eu poderia percorrer quase que todo o Centro, pois sairia de seu limite periférico. Tome nota de que os mapas desses *websites* não apresentam curvas de nível e eu, talvez já desapegado do conhecimento prévio, esqueci o quão íngreme é a ladeira que dá acesso à casa.

Além da localização, a outra informação que eu tinha era que na casa moravam dois jovens rapazes, que eu não conhecia até me hospedar lá. A experiência da casa também foi nova para mim. Tenho o histórico de morador de apartamento, inclusive

enquanto morava com meus pais, pois o térreo da casa era comercial, além de ter um longo recuo frontal, então estar numa casa mais próxima da rua foi de imediato uma novidade. Devo ressaltar que estive acompanhado durante a experiência, em particular por questões de saúde, o que decerto tornou a experiência mais prazerosa e segura. Contudo, meu acompanhante não interferiu nas decisões de roteiros de caminhadas no bairro, tampouco nas paradas, onde mantínhamos certa distância para eu observar e interagir com outras pessoas e o próprio espaço.

Iniciada a hospedagem, eu dormi, acordei, fiz todas as refeições, caminhei, conversei, festejei, me emocionei, senti dor, calor, reclamei, tomei chuva, fiz compras, conheci, encontrei, reencontrei, enfim, busquei me entregar e me misturar ao Centro, permitindo-me ser tocado sensivelmente pelo lugar, pelas pessoas e pelos acontecimentos para descobrir o que o Centro tem a me dizer. A síntese dessa experiência é narrada a seguir, a partir da análise do diário redigido ao final de cada dia, acompanhado de registros fotográficos, alguns especialmente para ilustrar percepções poéticas que tive.

3.1 A narrativa dos encontros

Analisando toda a narrativa descritiva dos dias de moradia no Centro, observo que a experiência se desenvolveu inicialmente como um reconhecimento da área, até alcançar uma relação mais confortável, em que me senti à vontade e diluído no espaço. Comecei caminhando por todo o bairro, chegando aos seus limites territoriais e tendo impressões que viriam ou não a ser reforçadas nos próximos dias, sobre a casa onde estava hospedado, o bairro e as pessoas. Nesta síntese utilizo esses enfoques da minha percepção como categorias para explanar a experiência: a casa, o Centro – no sentido de espaço físico: ruas, praças, edificações – e as pessoas.

3.1.1 *A casa*

Eu não carregava um pré-julgamento fundamentado em experiências passadas de morar em uma casa, foi justamente a oportunidade sem igual de vivenciar essa forma de habitar que me atraiu. Mas, a relação com a casa gerou uma boa expectativa em mim desde a escolha de onde me situar no Centro, ocasionada pela euforia da

novidade, a casa era como um presente que eu abriria ao chegar lá e somente depois de aberto o embrulho saberia se gostei ou não. Assim eu cheguei à casa, curioso e disposto a usufruir do presente.

A primeira impressão, completamente visual, a partir da rua, foi empolgante. A casa era maior do que aparentava ser nas fotos do *site*, dois pavimentos, uma pequena varanda na frente, esquadrias de madeira, cor branca, muitas plantas e a vizinhança na rua era de casas com o mesmo estilo. A rua era estreita e nos dois sentidos se via uma curva em declive, o que dava a sensação de que aquela rua era um pequeno trecho linear entre duas curvas acentuadas. Nessa condição, a casa estava situada em um ponto alto do bairro. Tudo me pareceu agradável, bonito, tranquilo.

Voltando a observar a casa, vi que as janelas do que imaginava ser a sala no térreo e os quartos no segundo pavimento estavam entreabertas, logo supus que o morador, que aqui chamarei de anfitrião, estivesse em casa, inclusive porque combinamos o horário da minha chegada. Para minha surpresa, não havia ninguém em casa e a minha experiência que se iniciava ali pela aproximação, pelo contato, por bater palmas, bater na porta, chamar e telefonar sem resposta foi aos poucos mudando minha primeira impressão. Passaram-se alguns minutos e a partir daí a ansiedade começou a me fazer perceber coisas que eu não tinha reparado antes – ao menos não com esse olhar desconfiado –, como a quantidade de grades e equipamentos de segurança nas casas, a ausência de calçada na maior parte da rua, bem como a ausência de pessoas circulando naquela tarde. A tranquilidade da rua converteu-se em insegurança.

Felizmente, consegui entrar na casa com a ajuda de uma amiga do anfitrião que passou pela rua e tinha uma cópia da chave da entrada. No entanto, essa chave não foi necessária, porque a porta estava destrancada. Internamente a casa voltou a me tranquilizar por suas qualidades, era bem iluminada, arejada, pé direito alto, escada de madeira, quartos no segundo pavimento, piso de taco, um banheiro enorme, do mesmo tamanho do quarto. Apesar de grande, a casa era simples, tinha poucos móveis, a cama era de paletes, o banheiro enorme parecia mais uma má divisão de ambientes do que algo planejado. Ainda assim, senti que seria muito vantajoso morar em uma casa e desfrutar de todo aquele espaço. A preocupação com a segurança voltou a mim quando pensei na porta destrancada e na recomendação da amiga do

anfitrião para que quando eu saísse deixasse a porta aberta, pois o outro morador poderia estar sem a chave. Mas eu saí, sem trancar a porta.

Esse primeiro contato foi o mais significativo na minha relação com a casa, foi o que me levou a refletir e me fez questionar minha primeira impressão e sensações que foram se misturando. Enquanto a percepção visual externa e interna da casa me despertava sentimentos bons, a primeira hora de vivência me deixou apreensivo, me fez repensar se eu deveria permanecer ali, se estaria seguro, se conseguiria relaxar. Optei por confiar na experiência, por ouvir a recomendação de alguém que conhecia a casa e seguir sem preconceitos.

Mais tarde, ainda no primeiro dia, conheci o outro morador ao voltar para a casa. Conversar com ele me tranquilizou, freou o crescimento da barreira de dúvidas que havia começado a se erguer entre mim e a casa. Foi então que fui para o quarto e dali se estabeleceu a minha maior conexão relacionada à casa. Uma janela e uma porta davam acesso à varanda do quarto. Eu as deixava abertas para circular o ar, mas o que entrou de mais agradável foi o som das crianças brincando na rua. Pela varanda eu observei as crianças brincarem por algum tempo, até cair a noite. Elas estavam tão entretidas que não notaram minha presença, mas a mãe atenta percebeu. Aquela atividade foi responsável por quebrar qualquer barreira entre mim e a casa. Se a rua era segura para as crianças brincarem, inclusive à noite, eu não precisaria me preocupar com a casa.

No domingo, eu acordei ao som de *Express Yourself*, música da cantora Madonna. O som vinha da rua. Uma claridade bonita entrava pelas frestas da janela veneziana de madeira. Abri a porta e da varanda vi pai e filho lavando o carro enquanto tocava Madonna no rádio. Eu não via cenas desse tipo, de crianças brincando na rua à noite e lavando o carro com o pai de manhã há alguns anos e não esperava ver isso no Centro da capital. Não pude resistir ao encanto do presente e de boas memórias.

Nos dias seguintes eu acordei com sons de pássaros e a claridade na janela, bem cedo, mas não reclamei. Era completamente o oposto do que eu estava acostumado: o som dos carros e a cortina *blackout*. Eu passava pouco tempo na casa durante o dia. Saía todos os dias para caminhar no bairro, realizava atividades, ia ao supermercado e padaria, voltava para almoçar, comia na sala assistindo ao jornal local e saía novamente, mais atividades, parava numa praça, lanchava em uma cafeteria,

parava no comércio, conversava com conhecidos e desconhecidos, fazia uma sessão de massagem, enfim, vivia o cotidiano. À noite, as crianças sempre estavam na rua. Comecei a cumprimenta-las a partir do segundo dia antes de entrar em casa, às vezes elas só respondiam com olhares. Em casa, só encontrava o anfitrião e o outro morador à noite, tivemos boas conversas na cozinha e no corredor dos quartos.

Diariamente dediquei alguns minutos para ficar na varanda observando o movimento na rua. As brincadeiras das crianças mudavam, em alguns dias haviam mais crianças, alguém trazia uma bola e a rua virava campo. A mãe que morava na casa em frente a esse ponto já me (re)conhecia. Da varanda vi pessoas indo à igreja e mais crianças voltando da escola. Vi a mãe tomando café com a vizinha na porta de casa e quase pude sentir o cheiro do café. Vi os carros estacionados tomarem espaço das brincadeiras infantis. Distante, mas imponente, vi o topo da catedral surgindo iluminado em meio às outras construções. Ouvi o som de um show na Rua 7 (Rua Sete de Setembro) e escutei quando começou a concentração para a Descida da Piedade, tradicional evento de carnaval de rua que desce a ladeira da Piedade, o que me avisou quando sair de casa.

Depois de observar o cotidiano dos outros a partir da casa, especialmente pela varanda, entendi que a porta aberta não era sinal de insegurança, mas de segurança, e que a figura da pessoa na janela (ou varanda) não é (sempre) de fofoqueira, mas pode ser de vigilância ou puro deleite em observar a vida, como eu. Não perguntei se os outros moradores da rua deixam suas portas abertas, mas decerto confiam no entorno, conhecem seus vizinhos e até seus hábitos pelos olhares das janelas.

A casa aberta era uma mensagem de boas-vindas, de acolhimento e relaxamento, um gesto de liberdade e confiança para ir e vir. Vivo constantemente preocupado com a segurança pessoal e de bens materiais, as dúvidas são recorrentes: “será que tranquei a porta?”, “aquela pessoa trancou o carro?”, “fiz *logoff* do e-mail no computador da universidade?”, “bloqueei a tela do celular/notebook/tablet?”. Segurança e privacidade são importantes e limites são necessários, contudo, a obsessão por esses preceitos nos isola. Quando me permiti deixar a porta de casa aberta, me encontrei livre para circular despreocupado e me permiti confiar no outro. A proximidade da casa com a rua permitia olhares próximos, era possível identificar cada pessoa, conversar, perceber e ser percebido, uma experiência singular para

quem mora há alguns anos no 11° andar de um condomínio fechado e que sempre tranca a porta.

3.1.2 *O Centro*

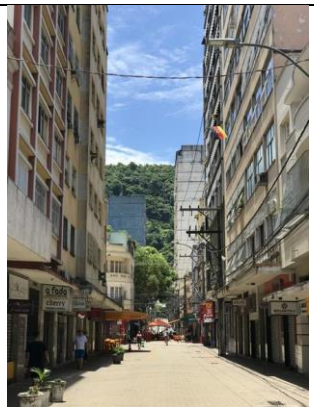
No caminho para o Centro, observei, do carro solicitado por aplicativo, a paisagem do bairro. Para mim, chegar ao Centro vindo pela avenida Vitória é como um vislumbre da chegada a Vitória pela Terceira Ponte em pequena escala; ainda na curva do Saldanha, a vista que se abre para o morro do Penedo, a água, os equipamentos portuários, as embarcações e os edifícios do Centro moderno, todo esse conjunto atrai minha atenção. Lastimo que essa visão seja tão breve de carro, que logo desce e prossegue o percurso pela avenida Jerônimo Monteiro. Em questão de segundos o motorista adentrou o que descrevi como núcleo do Centro, a área da Praça Costa Pereira. Ali não tinha como o motorista ser veloz, se antes era uma avenida reta, larga e asfaltada, agora estava em ruas estreitas e de paralelepípedo, outras asfaltadas, mas sinuosas. O carro seguiu pela rua Graciano Neves, essa é uma rua asfaltada, não muito larga, extensa e retilínea, porém é um aclive e, a partir de determinado ponto, uma ladeira íngreme que já me fez repensar a localização “estratégica” da casa. Nesse percurso de carro, destacaram-se as percepções das ruas e avenidas por onde o carro circulou e das paisagens amplas que formaram um grande conjunto visual, como a entrada no bairro após a curva do Saldanha e a Praça Costa Pereira. Unidades menores foram difíceis de serem apreendidas, por exemplo, as inúmeras residências, comércios locais com placas de sinalização pequenas e as atividades humanas. A percepção visual estava associada ao confinamento no carro e à velocidade de deslocamento e o tato foi praticamente transferido para as rodas que me indicaram a mudança de pavimentação. Iniciada a hospedagem na casa, todo meu deslocamento no bairro foi a pé.

Saindo da casa para caminhar, a sensação foi sempre de estar descendo para o Centro. Uma sensação que destaco não por descer a ladeira da rua Graciano Neves, mas pela impressão de ir em direção ao Centro, quando eu já estava no bairro. As quadras perto da casa são formadas basicamente por residências, com alguns pequenos comércios. Seguindo a caminhada, logo depois eu passava pelo Arquivo Público Municipal e a unidade básica de saúde. A partir dali haviam mais atividades e

maior circulação de pessoas. Quando eu descia pela Rua 7, a sensação de estar no Centro começava antes, como se a rua puxasse a energia do Centro até um ponto mais afastado do núcleo em comparação a rua Graciano Neves, provavelmente pela maior diversidade de usos e presença de pessoas na Rua 7. Por trás das casas, na perspectiva no final das ruas ou entre prédios tornou-se recorrente ver a massa verde de vegetação que se sobressai, dando a impressão de que o Centro é protegido por uma mata que o abraça, como pode ser observado nos registros compilados abaixo.

Figura 17 – Compilado de visuais a partir de ruas do Centro

a) Visual a partir da Avenida Jerônimo Monteiro



b) Rua Sete de Setembro

c) Ladeira São Bento

d) Rua Graciano Neves

e) R. Coutinho Mascarenhas

f) Praça Costa Pereira

g) Visual a partir da Avenida Princesa Isabel

Fonte: registros do autor

Na Praça Costa Pereira, a sensação foi de ar fresco, ali o céu se abriu, foi um respiro no Centro. A partir da tarde de sábado e no domingo a circulação de pessoas foi baixa, mas nos outros dias a praça teve movimento constante, que só reduzia à noite. O movimento incessante agitou a praça de segunda à quarta-feira, fizesse sol ou chuva. A praça foi um importante ponto de parada para descanso e observação para mim. A maioria das pessoas estava de passagem. Elas vinham de todas as direções, algumas cortavam a praça, outras circundavam, outras paravam, outras já estavam ali quando cheguei e continuaram depois que saí. Pessoas em situação de rua, artistas, um pastor, taxistas e ambulantes estiveram presentes todos os dias na praça. Estes foram os que me pareceram aproveitar a permanência na praça por um período maior de tempo e muitas interações entre as pessoas partem deles. A música do artista e a palavra do pastor acolheram quem foi sensibilizado por suas vozes. Dois homens em situação de rua vieram até mim e conversaram sobre um fato curioso do seu dia. A cachorra que os acompanhava havia perseguido e matado uma galinha naquela manhã. Um deles estava com a galinha dentro de uma sacola e me mostrou. Os dois riram, se entretiveram com a música na praça e seguiram a caminhada com a fiel cachorra. Os ambulantes e os taxistas pareciam ter seus clientes fiéis, conhecidos por nome. Foi também na praça que reencontrei algumas pessoas inesperadamente, algumas que eu não encontrava há anos, como se fosse o acontecimento mais comum do Centro. Outras pessoas conhecidas eu apenas vi passar, apressadas, de longe. Esses fatos se repetiram todos os dias na praça, mas três momentos se destacaram ao despertar minha percepção: a textura, o corpo e o interstício.

Os bancos da Praça Costa Pereira são como extensas fitas que contornam os canteiros, proporcionando uma linda sensação de continuidade. São feitos de concreto com acabamento em granilite e não possuem encosto. Materialmente, rígidos e frios. Na segunda-feira, enquanto estava sentado em um desses bancos e bebendo uma água de coco, comecei a me perguntar o que mais aquele lugar poderia me revelar, pois a dinâmica da praça não era inesperada e não potencializava minha subjetividade. Foi então que o toque no banco mudou meu olhar. Por um momento a textura do banco me chamou mais a atenção do que todo o estímulo visual dos acontecimentos na praça. A mistura do concreto com todas aquelas pequenas partes de pedras concebiam uma textura fina. Aos olhos a superfície parecia completamente lisa, para mãos mais grossas ou que deslizassem rapidamente também pareceria lisa,

mas com um toque sutil pude perceber a aspereza, o limite entre cada fragmento de pedra e o concreto, outras pequenas marcas do desgaste pelo tempo e outras feitas intencionalmente por pessoas. Aquela escala micro de percepção me fez refletir sobre toda a experiência, sobre como um sentido isolado ou a velocidade poderiam ser enganosas e o quanto minha sensibilidade precisaria estar aguçada para perceber o que estava escondido no cotidiano. A textura do banco (Figura 18) fez-se análoga ao próprio Centro. Todos os fragmentos unidos constituíam um elemento sólido, firme, de permanência, a exemplo de um mobiliário: o banco da Praça Costa Pereira com o design contínuo e orgânico que possibilita uma versatilidade de funções, tais como sentar, deitar, descansar, observar, conversar, comer, trabalhar, etc. Como as pessoas mescladas no Centro criam um lugar diverso, rico, plural e resistente.

Figura 18 – Registro da materialidade do banco da Praça Costa Pereira

Fonte: registro do autor

Em outro momento, estava a observar as árvores da praça, algumas singelas, outras robustas e majestosas, com grandes copas e galhos que vistos contra o céu parecem bronquíolos pulmonares vistos em uma ressonância magnética, o que reforçou minha ideia de a praça ser um respiro no bairro. Lembro que, na literatura local, a Praça Costa Pereira é dita como coração da cidade. Sempre um órgão vital. No entanto, o que me surpreendeu foi o corpo humano em simbiose com a árvore (Figura 19). Tal

qual um pássaro faz seu ninho e por vezes se camufla na vegetação, ali estavam pernas que se assemelhavam a outros galhos. O corpo estava em repouso, parecia confortável e habituado com a posição. Pensei em motivos para ele não deitar aos pés da árvore ou no banco, talvez por privacidade e algum tipo de conforto, acima do nível dos olhos dos frequentadores da praça e longe do banco inerte. Fato era que nenhuma outra situação ilustraria melhor o pensamento de que somente pelo corpo é possível criar raízes.

Figura 19 – Corpo em simbiose com árvore da praça

Fonte: registro do autor

O terceiro momento de observação que me fez refletir acerca da praça não se deu exatamente a partir dela. Foi ao cruzar a rua, sentido à praça, que olhei para o lado e vi a Escadaria São Diogo. Meus olhos percorreram a escadaria, como se subissem seus degraus e naquele interstício no alto da escadaria e entre os as edificações foi possível ver uma parte da Catedral Metropolitana de Vitória (Figura 20). Foi como espiar pela fechadura. O prédio em primeiro plano, ao lado da escadaria, tem oito pavimentos e um pedaço da Catedral ao fundo me passou uma sensação de grandeza incomparável.

Figura 20 – A Catedral de Vitória no interstício

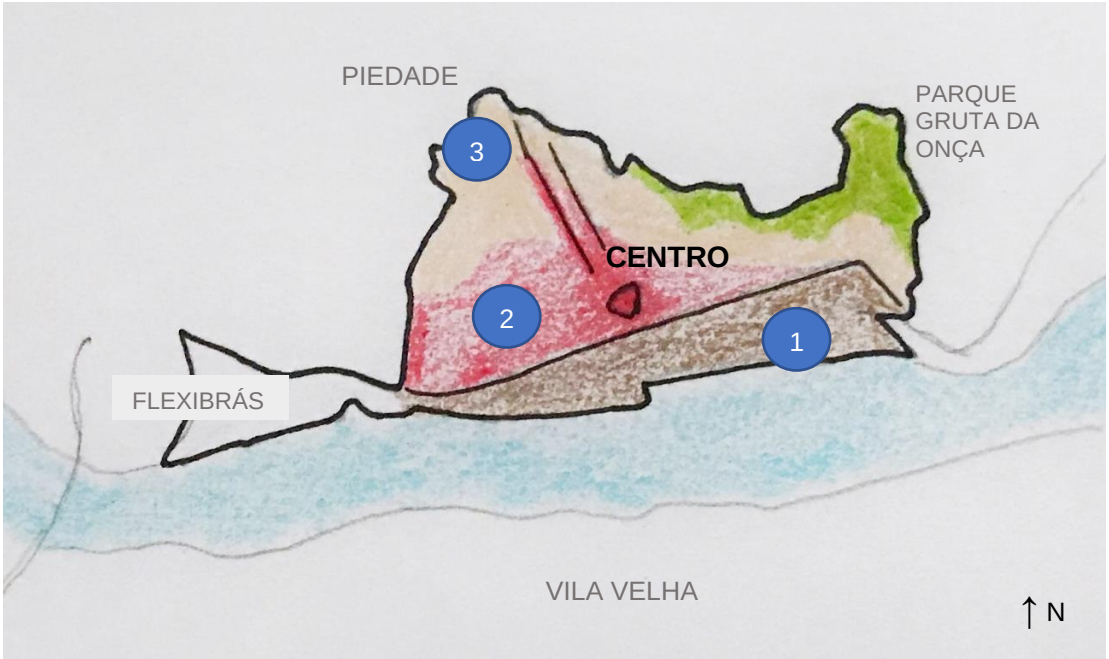
Fonte: registro do autor

Aquele ponto de vista era um convite para subir a escadaria e ir de encontro à Catedral e naquele instante eu lamentei que a praça não abrangesse aquele pedaço da rua e ali tivesse um banco, voltado para a paisagem emoldurada, para a surpresa reservada. Muitas vezes também foi no interstício que eu vislumbrei a mata que abraça o Centro e por outras frestas em pontos distintos do bairro voltei a ver retalhos da Catedral. Claro que isso é típico e comentado por outros estudiosos, as fendas, frestas e lacunas visuais e em percurso de passagens, que somente as escadarias do Centro permitem, por serem antigas ladeiras coloniais remodeladas em escadarias republicanas, que contam ainda com pausas em platôs contemplativos. São emblemas da topografia há tempos reconhecidos nas figuras da cidade baixa e cidade alta.

Andar pelo Centro após as observações na praça me conectaram com o bairro em outro nível. Por mais que eu estivesse há semanas, antes de iniciar a experiência, me despindo de preconceitos, de teorias e do olhar técnico, as primeiras caminhadas ainda tiveram um caráter de reconhecimento de área, um olhar superficial. Eu dava mais atenção ao visível, ao mensurável, ao palpável, a materialidade do lugar. Quando a subjetividade da praça me tocou, eu entrei em contato com a minha própria subjetividade e soube como interrogar o lugar, eu despertei para o urbano. Voltei ao questionamento pela novidade, o que o Centro me diz? Foi quando percebi que o lugar falava comigo o tempo todo. Em vários lugares eu havia reparado nas mensagens escritas nos muros e fachadas. Em certas ocasiões eram grafites, em outras pichações e em outras simples escritas à tinta, estêncil ou cartazes. De volta à casa e lendo o diário, vi que mencionei as palavras ou frases escritas algumas vezes, mas não encarei o verdadeiro potencial de entregarem uma mensagem.

Existem muitas dessas mensagens espalhadas no Centro, mas, ao meu ver, a estética e a legibilidade das escritas mudaram de maneira predominante em determinados territórios, representados no esquema feito em anotação durante a experiência (Figura 21) que indica nas marcações (1) Centro moderno, correspondente à Esplanada Capixaba, (2) Centro histórico, região fundacional do bairro e (3) Centro de transição, definido principalmente pela forte ligação com o bairro Piedade.

Figura 21 – Esquema representando os territórios do Centro



Fonte: elaborado pelo autor

Caminhando pelo território do Centro moderno – territorialidade do aterro da Esplanada Capixaba, abrangendo as avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes (Beira-Mar) – vi muitas pichações nas fachadas e muros das edificações que se assemelham a assinaturas dos autores (Figura 22). Esse tipo de registro me pareceu uma marcação de território pela repetição incansável, principalmente em imóveis abandonados, portas de comércio e instituições. Contudo, as assinaturas não eram legíveis para mim. Eu não consegui ler nomes ou identificar iniciais na maioria delas, em muitos casos eram como símbolos carimbados, que interpretei como uma mensagem concentrada no autor. Era importante saber que o símbolo pertencia à mesma pessoa e que ela marcou aquele território tantas vezes, mesmo sendo os grafites e as pichações culturas marginais anônimas para quem não está inserido no meio.

Figura 22 – Registros de pichações em edificações na área mais nova do Centro

Fonte: registros do autor

Já no território do Centro histórico, propriamente dito e reconhecido como tal pelos habitantes e pela prefeitura, nas ruas estreitas e sinuosas, também nas ruas Sete de Setembro e Graciano Neves, no entorno dos monumentos e muros de casas menores,

a mensagem se diferenciou pela legibilidade. Foi mais comum observar palavras e frases capazes de serem lidas (Figura 23). Essa característica possibilitou inúmeras interpretações e abriu o diálogo. As paredes do Centro falaram comigo. Estas escritas que me chamaram mais a atenção, porque me tocaram subjetivamente e provocaram maior reflexão sobre o conteúdo das mensagens. Algumas estavam assinadas e mesmo as assinaturas eram legíveis.

Figura 23 – Pichações no Centro histórico e entorno de monumento

a) Rua Treze de Maio

b) Em frente ao Palácio Anchieta

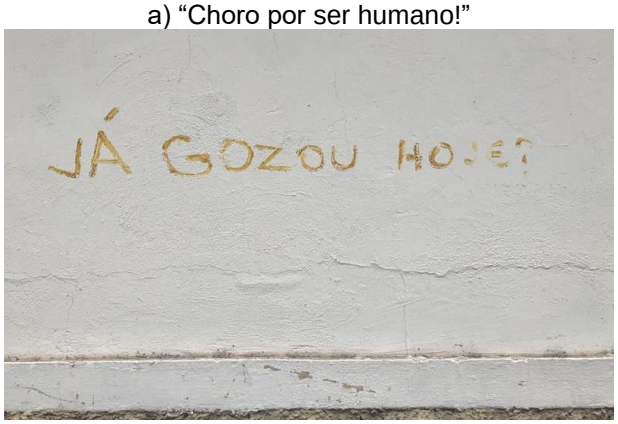
Fonte: registros do autor

As mensagens exclamavam e interrogavam. Eram gritos de queixa, liberdade ou força. Eram manifestos diretos de uma escritura legível para pessoas alfabetizadas. Eram intencionalidades também anônimas, cuja linguagem remete a leitura imediata. A força do hábito cotidiano na fruição do morador de fato, talvez impeçam que sejam lidos. Eu, como hóspede temporário, me detive nessas escrituras-manifesto, li e fotografei. Eram perguntas sobre princípios, costumes e prazeres (Figura 24). Senti em todas uma possibilidade de desconstrução do pensamento, uma oportunidade para questionar, desestabilizar e quebrar paradigmas.

Figura 24 – Compilado de mensagens nas fachadas de edificações do Centro histórico

a) “Choro por ser humano!”

b) “Existir, resistir, sapatão”; “Bixa pixa”



c) “Já gozou hoje?”

d) “Apocalipse”

e) “Você tem fome de quê?” por @notbetrue (Francine)

f) “Território em processo de especulação imaginária”

Fonte: registros do autor

A maioria das mensagens parece vir de minorias representativas, mulheres, pretos e homossexuais. Essas pessoas se sentiram livres para se manifestarem no Centro,

para registrarem suas vozes nas paredes e fazerem com que seus discursos ecoem no bairro. Dentre tantas mensagens, uma pichação se destacou pela repetição em diferentes pontos do Centro histórico: “sozinha uma mulher negra” (Figura 25). Fiquei a pensar sobre essa frase que me parecia o início de uma narrativa e, por conhecer a história de muitas mulheres negras, não conseguia imaginar de imediato uma continuidade alegre para a personagem. Isso me incomodou. Refleti sobre a solidão e a opressão da mulher negra, sobretudo no espaço urbano, porque, conforme explicitado em capítulos anteriores, historicamente foi idealizado e projetado por e para homens brancos.

Figura 25 – Pichações “sozinha uma mulher negra” (Thiara Pagani) no Centro histórico

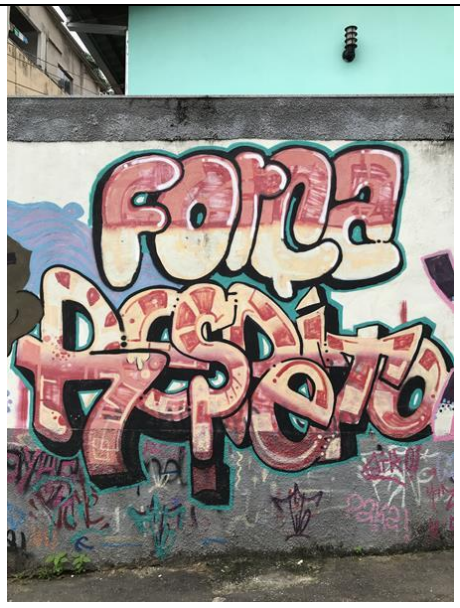
Fonte: registros do autor

Na parte mais alta do Centro, que chamo de Centro de transição, numa área mais residencial, observei a presença maior de grafite, estêncil e pinturas urbanas, estilizadas, com cores e desenhos. Em um muro, próximo a uma escadaria por onde

passam muitas crianças com uniforme escolar, as palavras e desenhos eram de força, empoderamento e representatividade para a população preta e mulheres (Figura 26). A sensação é de que nessas ruas estou acolhido, seguro e livre de julgamentos e de que qualquer pessoa independente de raça pode se sentir assim também, porque as mensagens não me parecem buscar uma nova supremacia, mas sim reparação e equidade.

Figura 26 – Mensagens de empoderamento e representatividade

a) “Não ao racismo”; “Dormente”



b) “Força”; “Respeito”

c) “Crespo sim”

d) “Eu sou o que visto?”

Fonte: registros do autor

Assim, as mensagens deixadas no Centro representam discursos com diferentes intencionalidades, mas que parecem partir de um mesmo local de fala, o do *outro*, constantemente reprimido na sociedade. Não entrarei na discussão sobre esta ser ou não a melhor forma de se manifestar, se beira a arte ou o vandalismo, como disse, são expressões de falas marginais do outro.[13] O que me interessou foi a mensagem deixada e a reflexão gerada a partir dela. Em todo o bairro foi possível ver todas as formas de representação (grafite, pichação, *stickers*, estêncil, pintura), mas elas se sobressaíam em regiões específicas. O Centro moderno está cada vez mais sob disputa de território, o *outro* reivindica aquele lugar pela sua assinatura, atestando repetidas vezes sua existência em um espaço dominado por quem insiste em ignorar ou apagar sua presença. No Centro histórico, lugar da diversidade, da agitação cultural, do turismo, dos maiores encontros e trocas, as mensagens são legíveis e propõem a reflexão; questionam, exclamam, protestam e nos encaminham à desconstrução. No Centro de transição, predominantemente residencial, as mensagens são de representatividade para o fortalecimento da população[14], para que não se intimidem, para que sejam livres para se expressar e habitar por meio de seus corpos, cores, cabelos, trajes e cultura. E, de modo geral, o Centro é o lugar que permite as pessoas emergirem com mais liberdade, por isso concentra tantas manifestações e movimentos populares, especialmente de minorias representativas.

Todas as mensagens subjetivas encontradas no Centro se relacionaram com a minha percepção sensorial, com os dados que apreendi pelos sentidos enquanto caminhava pelo bairro. Se o estilo e o conteúdo das mensagens foram vistos e interpretados de modos diferentes em três territorialidades selecionadas do Centro, o mesmo ocorreu sensorialmente.

A percepção do Centro moderno foi marcada por uma visão monótona de edifícios, fachadas cegas e carros dispostos em avenidas largas, retilíneas e pouco arborizadas. As pessoas estavam sempre de passagem, os pontos de ônibus

[13] Consultar dissertação de mestrado “Grafite: Paisagem Urbana Marginal: A inserção do grafite na paisagem urbana de Vitória (ES)” de Daniela Coutinho Bissoli, do PPGAU-UFES, ano 2011.

[14] Creio que essas mensagens sejam também direcionadas para os moradores do Morro da Piedade, que acessam o morro por ruas e escadarias a partir desse território de transição. A população do Morro da Piedade está presente nas ruas, praças, escolas e comércios do Centro, de modo que conforma um quarto território, o Centro periférico, identificado, porém não experienciado pelo autor, por terem sido selecionados os outros três Centros – moderno, histórico e de transição – para abordagem, dentro do limite oficial do bairro.

concentravam mais pessoas do que as praças. Uma pena, porque as praças são bonitas e memoráveis, como a Praça Getúlio Vargas e a Praça Oito. O som dos automóveis consumiu toda a audição. Caminhar na Beira-Mar (Figura 27) foi razoavelmente agradável, o vento fresco na pele amenizou o calor todas as vezes, ainda que faltassem árvores, mas foi impossível, para mim, ter um momento de desconexão da cidade e conexão plena com a deslumbrante paisagem natural. Talvez, se houvesse ao menos um banco apropriado para sentar e admirar a paisagem, eu conseguiria, como consegui na Praça Costa Pereira ao ponto de me conectar ao banco. Porém, aquela calçada compartilhada com ciclistas não é um convite à pausa e contemplação. A partir dessa percepção, eu vi que os problemas identificados em 2016, quando realizei minha pesquisa de graduação nesta mesma área, permanecem os mesmos.

Figura 27 – Registros da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes (Beira-Mar)

a) À esquerda, fachada cega

b) Repetição de edifícios altos e isolados

c) Calçada compartilhada por pedestres e ciclistas, ponto de ônibus na calçada estreita

d) Visual do morro do Penedo e Terceira Ponte ao fundo, porém não há bancos adequados na calçada para sentar e contemplar a paisagem

A percepção do território do Centro histórico (Figura 28), incluindo a Praça Costa Pereira, a porção oeste até o limite com o Parque Moscoso e quase toda a extensão da Rua 7 foi marcada pela diversidade. Nessa região o Centro vive uma dinâmica efervescente. O misto de usos e funções se expande para as pessoas, as construções e os acontecimentos. Visualmente, há mais contrastes. Tipologias, estilos e materiais diferentes nas edificações, na pavimentação, nas coberturas, nas praças. Não há afastamento lateral e frontal na maioria das edificações, então há uma sucessão de estabelecimentos e portas que se abrem direto para as calçadas, que aqui são mais estreitas, como as ruas. Encontrei muitas opções de restaurantes pelo cheiro da comida que às vezes vinha de pequenas portas ou janelas. Fui surpreendido pelas opções vegetarianas, veganas e lojas de produtos naturais, muitas iniciativas sustentáveis que também estimulam a revisão de hábitos de consumo e alimentação. A Rua 7 é peculiar, tem um trecho de circulação exclusiva de pedestres, tem comércios pequenos de bairro e outros maiores, tem galeria, restaurantes, bares, pontos culturais, é onde se encontram pessoas que se tornaram personalidades do Centro de Vitória, cujas histórias estão intimamente ligadas ao bairro. Por isso, alguns dos encontros e acontecimentos mais agradáveis ocorrem ali.

Figura 28 – Registros de ruas e praça do Centro histórico

a) Rua Sete de Setembro

b) Rua Pedro Palácios

c) Rua Francisco Araújo

d) Rua Francisco Araújo

e) Praça Ubaldo Ramalhete

f) Feira orgânica no entorno da praça Ubaldo Ramalhete

Fonte: registros do autor

Foi no território do Centro histórico que ouvi mais música, cantadas nas ruas, tocadas nas casas e nos bares. Caminhei em várias ruas com a sensação de ser acompanhado por uma trilha sonora marcada pelo ritmo do samba. Talvez pela proximidade do carnaval, talvez pela característica do samba contar histórias esquecidas, o que combina com o Centro. Mas essa região também tem seus pontos desagradáveis, como a poluição visual causada por tantos cabos elétricos e a falta de padronização das placas comerciais. A subutilização ou o abandono de muitos imóveis fez com que as fachadas se deteriorassem e hoje são pouco admiráveis. Mas, a organicidade não estaria na falta de padronização e nas ruínas? Estaria o meu olhar de arquiteto a querer organizar sistemas? Ponho-me a pensar. As calçadas são irregulares e dificultam o caminhar, que chegou a ser doloroso para mim que tenho limitação ortopédica no quadril. Entretanto, o maior problema parece ser à noite. Quando as atividades comerciais se encerraram, o movimento no Centro caiu drasticamente e minha preocupação com a segurança disparou. A iluminação só era

boa à noite na Praça Costa Pereira, nas ruas a sensação era de solidão e vulnerabilidade.

O território do Centro de transição, devido à sua situação de fronteira entre os demais Centros e o periférico – esse inserido no Bairro Morro da Piedade – abrange territorialidade próxima da casa onde estava morando temporariamente. Minha percepção inicial era de pouco movimento nas ruas, mas depois percebi que havia uma rotina e notei o movimento das pessoas associado às atividades específicas, como as crianças indo para as escolas e adultos indo para a igreja. De fato, não havia movimentação constante, porque eram poucos os estabelecimentos comerciais, somente alguns bares menores e mercearias. O visual era de mais casas e prédios de até três pavimentos, a maioria sem afastamentos, o que trouxe conforto visual e uma sensação de proximidade. As fachadas me chamaram a atenção (Figura 29), notei o quão distintas são umas das outras. Os revestimentos, cores, formas das esquadrias, presença de flores e animais de estimação nas entradas, nada se repete, todas são únicas. Caminhando pelo bairro foi possível perceber todos esses detalhes, ver onde estavam posicionados, sentir a materialidade e cheirar as flores.

Figura 29 – Fachadas diversas e orgânicas na área predominantemente residencial

Fonte: registros do autor

A experiência com a casa e o Centro não se deram de maneira isolada ou passiva. Tudo que é narrado aconteceu concomitantemente, eu saía e voltava todos os dias da casa para o Centro e o que eu vivenciava em cada lugar, afetava a minha relação com o outro. A partir do momento que estabeleci confiança com a casa, me senti à vontade na praça e a subjetividade se desvelou. A intenção de separar a narrativa por categorias foi mostrar que o lugar por si só pode revelar muitos fenômenos subjetivos do cotidiano e podemos interagir com os lugares para obter respostas. No entanto,

falta um fator extremamente importante, ou melhor, o mais importante e que deu sentido à experiência: as pessoas.

3.1.3 *As pessoas*

De modo geral, o Centro é bastante movimentado por pessoas durante o horário comercial. As áreas com maior concentração de residências têm uma movimentação de partida e chegada, que se repete e conforma um hábito. No domingo, vi mais moradores realizando atividades em frente às suas casas, como o pai e o filho lavando o carro, pequenos grupos de familiares ou vizinhos e amigos reunidos conversando e comendo na calçada e adolescentes se divertindo com jogo de tabuleiro, enquanto as calçadas dos comércios estavam desertas. Na Rua 7, ainda no domingo, a presença de pessoas a partir do almoço nos restaurantes e bares era maior do que em outras áreas e, à noite, alguns eventos movimentaram ainda mais a rua. Dentre as interações com muitas pessoas no Centro, algumas se sobressaíram.

A partir da casa onde estava morando, eu podia interagir com os outros moradores ou ver as pessoas que passavam pela rua. Observando da varanda da casa, em poucos dias, eu já sabia o horário das crianças irem e voltarem da escola, dos adultos irem para o trabalho, das crianças brincarem na rua, da igreja no domingo, etc. O movimento por si só não me dava a certeza para onde estavam indo, mas junto das roupas, dos pertences pessoais e pela idade, por exemplo, eu interpretava aquele ato com mais garantia da minha percepção. Quando eu estava saindo ou chegando e encontrava as crianças brincando em frente de casa, eu as cumprimentava, porém poucas foram as vezes que responderam com palavras, comumente seus olhos e a inclinação da cabeça que me respondiam dando a entender que ficavam tímidas em falar com o estranho novo hóspede. Então, a partir da casa eu só consegui interagir ativamente com os moradores e ressalto, a seguir, a conversa que tive com um deles sobre o Centro.

No sábado à noite encontrei o outro morador na cozinha da casa pela primeira vez. Eu ainda estava preocupado com a segurança da casa que ficava com a porta destrancada, mas não o questionei sobre esse assunto, deixei a conversa fluir. Naturalmente, ele me perguntou de onde eu era e ficou surpreso quando respondi que moro em Vitória mesmo. Entendi a surpresa dele, afinal, não é comum alguém

procurar hospedagem na cidade onde mora, e expliquei em poucas palavras o motivo, que devido a um estudo precisaria ficar no Centro, sem revelar o objetivo de observar, inclusive as pessoas, e interagir. A conversa seguiu e ele, espontaneamente, começou a contar a própria história, de como foi morar naquela casa e sua relação com o bairro. Ele me disse que a visão que a mídia passa do Centro é negativa, focada em episódios de violência e que tende a marginalizar ainda mais as pessoas em situação de rua. Ele não negou a existência de problemas, mas, sem imaginar o quanto suas palavras me atingiriam subjetivamente, disse ter aprendido que para emergir no Centro é preciso superar preconceitos. Naquele momento eu percebi que durante toda a experiência eu estaria aprendendo a superar preconceitos para emergir junto ao Centro. É claro que essa conversa foi fundamental para eu ter confiança em deixar a porta aberta todos os dias.

No domingo à noite, na Rua 7, tive dois encontros que também ficaram marcados por interações que me afetaram. A primeira delas aconteceu em um sarau de poesia e música na Editora Cousa, um bar-café-ateliê-editorial. A apresentação era na calçada, haviam mesas dispostas ali, pessoas sentadas e também em pé chegando a ocupar o espaço de uma vaga de estacionamento na rua. Enquanto eu me aproximava para descobrir do se tratava o evento já ouvi alguém me chamar, era uma ex-professora da graduação, moradora do Centro, que se tornou uma amiga. Fiquei muito feliz ao vê-la, ela me explicou o que estava acontecendo, falou sobre o músico e o poeta que se apresentavam e começamos a conversar diversos assuntos ao passo que dividíamos um *drink* feito especialmente para aquela noite, que levava vinho tinto, pimenta rosa e outros ingredientes que não me recordo. Avistei uma conhecida, ela é massagista, nos cumprimentamos, agendei uma massagem para aquela semana e ela voltou para sua mesa. Em determinado momento, minha ex-professora me perguntou o que eu fazia no Centro e eu respondi que estava mais uma vez a estudar o bairro. De imediato, ela, entusiasmada, teceu todo tipo de elogio ao Centro, mas de tudo o que foi dito, o que me marcou, foi seu depoimento de que o Centro é onde você pode expor o seu eu de verdade. Talvez o meu silêncio depois de ouvir essa fala a tenha incomodado, contudo, não pude evitar a reflexão que aquelas palavras despertaram em meu ser e por um minuto me transportei para a dimensão reflexiva. Voltei a pensar na conversa com o outro morador da casa e percebi como as ideias se complementavam. Enfim, conversamos mais, terminamos o *drink* e eu segui

caminhando em direção à Praça Costa Pereira. Antes de chegar à praça, uma mulher sentada no degrau que dava acesso à casa dela me cumprimentou. Eu a conhecia de vista por ter almoçado no bar dela outras vezes, mas nunca havíamos conversado. Pelo simpático cumprimento, me senti à vontade para inaugurar um diálogo. Conversamos primeiro sobre o bar, era nosso assunto em comum. Então ela me contou a história do lugar, localizado no Centro há quase 20 anos. Seus olhos marejaram de lágrimas ao mencionar que o bar era a vida do marido, falecido há pouco tempo, e como continua a ser a vida dela. Ressaltou a importância da relação de amizade que criou com os clientes, moradores do Centro, com quem partilha o sentimento de luto. Ela me disse que estava sentada ali porque não se sentia bem em casa, sozinha com as lembranças. Com o bar fechado por não ser horário de expediente, observava a rua na esperança de alguma pessoa conhecida passar. Sua história de luta e resistência para manter o bar e, assim, se manter motivada me comoveu. “Sozinha uma mulher negra” buscava força na comunidade do Centro para prosseguir a vida.

Na terça-feira à noite, tive a maior interação coletiva dentro daqueles dias no Centro. Participei da 65ª Descida (da ladeira) da Piedade.[15] A chuva me fez pensar se valeria ou não a pena sair de casa naquela noite. A concentração para a descida estava marcada para as 19h em frente à quadra da escola de samba Unidos da Piedade, muito perto de casa. Mas a chuva havia retirado até as crianças da rua, os moradores da casa estavam nos quartos e eu fiquei em pé na varanda, encostado na grade, observando a chuva cair e esperando qualquer sinal que me devolvesse o ânimo. Vi pela porta aberta, na TV da sala, uma reportagem do jornal local mostrando ao vivo a concentração para a descida com poucas pessoas. O som vindo do trio convocando as pessoas chegava até mim, mas eu não ouvia a resposta. Eis que a bateria começou a tocar, as vozes ecoaram em comemoração e a chuva deu uma trégua como se liberasse a festa. Na mesma hora decidi sair de casa, os anfitriões disseram que iriam mais tarde. Os corpos se reuniram no alto da Rua 7 em volta do trio e da bateria da escola. Garoava, mas as pessoas não paravam de chegar e aos poucos o grupo de

[15] Tradicional evento pré-Carnaval da agremiação Unidos da Piedade, cuja quadra está situada no Morro da Piedade, no limite com o bairro Centro e, por isso, envolve toda a comunidade local. A concentração para a descida ocorreu em frente à quadra da escola de samba, a bateria de ritmistas desceu pela Rua Sete de Setembro acompanhada por pequenos trios elétricos, chegou à Praça Costa Pereira e retornou ao local de saída pela Rua Graciano Neves.

integrantes da agremiação já era minoria, a massa de pessoas tomou contou da rua. A todo momento eu via rostos conhecidos, pessoas com quem havia conversado em algum instante dos últimos quatro dias e ali nos abraçávamos e cantávamos, como grandes amigos, uma ode à alegria carnavalesca e à liberdade da festa de rua. Vi mais pessoas que não encontrava há anos e matamos a saudade na folia. Essas interações não duravam mais do que uma música, nos separávamos e sumíamos na multidão. Ainda assim, eu sabia que aquelas pessoas estavam ali, então permanecíamos juntos, as vozes se mesclavam no ar, os corpos se tocavam, o cheiro era de chuva e suor, estávamos diluídos no Centro, toda aquela massa era uma só comunidade. Fui tomado por sentimentos de união e alegria.

Na região que descrevi anteriormente como Centro moderno, só tive interações superficiais com pessoas que trabalhavam nos comércios em que entrei. As pessoas estavam sempre caminhando apressadas. Nas praças da região, poucas pessoas realmente usufruíam do espaço, o que revelava uma relação muito diferente da que as pessoas tinham com as praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete. O mais curioso foi ouvir do anfitrião da casa e da massagista, a que eu havia encontrado na Rua 7, que eles me viram andando nessa região do Centro, mas não falaram comigo no local por um motivo que eles não sabiam explicar bem, “não sei, acho que estava com pressa, não era o lugar pra parar, sei lá”. Talvez eles soubessem, porém, ainda não pararam para refletir sobre. Mas a subjetividade tem dessas coisas, afinal, conhecemos mais do que somos capazes de dizer, como bem disse Polanyi na passagem que abriu esse capítulo.

Tive outras conversas com pessoas conhecidas e desconhecidas no Centro, principalmente na região do Centro histórico, que me pareceu ser o lugar onde as pessoas se sentem mais à vontade para interagir e adoram compartilhar histórias. Foram conversas interessantes, mas pessoais ou banais. As conversas que tiveram relação com o Centro e me tocaram foram apresentadas aqui.

3.2 Desvelado o Centro

A narrativa dos encontros explanada por categorias – a casa, o Centro, as pessoas – no tópico anterior partiu de uma análise e interpretação da descrição de todos os dias

experienciando o Centro e mostrou todos os aspectos que se destacaram no campo e estabeleceram uma relação subjetiva comigo, adquirindo sentido para mim.

Agora, em síntese, convergindo toda a experiência para um aspecto comum, qual a resposta para a questão que me mobilizou? O que o Centro me diz?

O que o Centro me diz pode ser encontrado nas três categorias de análise. Tanto por meio da casa, quanto das ruas, das praças e das interações com as pessoas nesses lugares, o Centro me revelou ser o lugar da liberdade.

A casa representou a liberdade de ir e vir sem precisar portar códigos de acesso. As ruas, as praças, as edificações e as fachadas do bairro representaram a liberdade de expressão, em especial as mensagens grafadas nas fachadas e muros que literalmente vieram a me dizer algo. Já as interações com as pessoas representaram a liberdade em si. A liberdade de ser. A liberdade do meu verdadeiro eu emergir e se expor no Centro livre de preconceitos. Deveras, essa experiência foi libertadora.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: VER É PERCEBER(?)

Todas as imagens que compõem essa exposição e que abriram os capítulos são registros do autor percebidos durante a realização da experiência fenomenológica no Centro de Vitória-ES entre os dias 08 e 12 de fevereiro de 2020.

A curadoria para a escolha das imagens levou em consideração o significado subjetivo que se desvelou para o autor no momento de observação.

MODERNIZAR É
PARTE DO PROCESSO
CORREIOS

RJ
AraBela

VALORIZE
O PEQUENO
NEGÓCIO
SEBRAE

RESTAURANTE SELF-SE
PRATO FI

BANESTES

Sozinha uma mulher negra
FORA
TEMER

ÔNIBUS

PODER
POPULAR

MABER
BADDA

POR ORA, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A experiência do autor com esta pesquisa foi limitada por condicionantes, seja teórico ou prático do meio acadêmico, mas, independentemente do tempo disponível, por exemplo, que é um fator importante no desenvolvimento de qualquer investigação, a pesquisa fenomenológica se mantém aberta e, por isso, não chega a conclusões finais e fechadas. Então, por ora, há algumas considerações.

As cidades modernas foram criticadas por alguns autores pela abstração da realidade, pelo isolamento do arquiteto e urbanista no ateliê que se refletiu nos projetos de edifícios também isolados, que vieram a romper com a dinâmica e complexa experiência de viver a cidade. A obsessão por espacializar as funções humanas na cidade deixou de herança para as gerações seguintes instrumentos até hoje empregados, que, mesmo reformulados, como os planos diretores e seus mapas de zoneamento, se mantêm passíveis de críticas e sugestões de reformulações ou complementos.

Diante disso, observou-se que tanto em um cenário mais amplo como o Movimento Moderno que influenciou a arquitetura e o urbanismo mundial por décadas, quanto na escala local do processo de modernização de Vitória, em particular seu Centro, o pensamento racional, cartesiano e funcionalista, e predominantemente advindo de homens que ocupavam cargos de gestão, projeto e execução, esteve presente na construção e reconstrução de cidades.

Esta pesquisa apontou que os saberes arquitetônicos e urbanísticos necessitam de revisões para acompanharem as transformações urbanas e sociais e, para isso, precisam se reaproximar e apreender dados da realidade contemporânea, de modo que possam construir cidades para o presente e não mais para o futuro utópico.

Se o planejamento modernista favoreceu a disseminação de automóveis, condomínios fechados e centros comerciais distanciando as pessoas, não necessariamente esse modelo deva ser seguido, mesmo que seja visto entranhado culturalmente na sociedade, pois, como explanado, esse pensamento não é autolegitimador. Ressalta-se que cabe ao arquiteto urbanista ter sensibilidade e senso

crítico para notar as consequências da modernização tal como foi feita e estudar novas possibilidades, mais versáteis e adaptáveis. Nesse caminho, o profissional deve ainda superar a pretensiosa autonomia disciplinar e a figura do arquiteto individualista moldado pelo *star system* e ampliar o campo de discussão sobre a cidade multicultural.

Em meio às críticas e à busca por alternativas, encontraram-se outras limitações. Não por acaso os saberes da arquitetura e do urbanismo foram cerceados pelo racionalismo. A construção do conhecimento acadêmico e científico está condicionada à visão hegemônica da objetividade, da instrumentalização de métodos e práticas. Pelos dados levantados, constatou-se que a objetividade isoladamente tende a ser distante e desligada da realidade cotidiana, conduzindo ao pensamento autônomo. A ingenuidade de acreditar no conhecimento objetivo como única verdade pode produzir versões simplistas do objeto de estudo ao ignorar a subjetividade do pesquisador, o contexto cultural e as relações sociais.

Esta pesquisa se dedicou a restituir as qualidades do que é sensível, apreendendo a realidade contida no cotidiano e ordinário da vida urbana e não no extraordinário. Assim, a subjetividade se apresentou como contraparte, na tentativa de se ensaiar uma experiência fenomenológica, que resguardasse as relações sociais, evitando arbitrariedades e um possível egocentrismo ao focar em demasia no sujeito. Foi preciso desconstruir o dualismo objetividade e subjetividade para esclarecer que um não é possível sem o outro.

A utilização de dados subjetivos na pesquisa científica foi, é e continuará sendo por algum tempo um grande desafio. Acredita-se que, primeiramente, pela resistência de muitos cientistas que estão apegados ao modelo convencional e contestam resultados que não podem ser certificados, e sobretudo, pelo senso crítico que o pesquisador deve ter para julgar o desenvolvimento da sua própria sensibilidade.

Nesse sentido, adentrar o universo da fenomenologia não foi uma tarefa fácil. Por mais que sua fundamentação fosse de encontro com o anseio do autor de explorar um método alternativo de pesquisa subjetiva, o corpo e a mente condicionados ao pensamento tradicional apresentavam resistências para compreender e adotar princípios novos para o pesquisador. Foi preciso aceitar as limitações pessoais para absorver o conteúdo proveniente de outras áreas do conhecimento, utilizar chaves de

leitura para decodificar filósofos e até mesmo recuar em determinadas leituras. Ainda assim, o autor reconheceu a importância ressaltada dentro da própria fenomenologia do “estar aprendendo” e da trajetória. É claro que o assunto da fenomenologia é vasto, complexo, multifacetado e seu entendimento está longe de se encerrar em um trabalho. Certamente, o primeiro passo dado com esta pesquisa é apenas o início de um aprendizado contínuo que se desdobrará em trabalhos futuros do autor.

Mas, se o grande desafio da fenomenologia é cortar laços com o positivismo e a pretensa objetividade, essa é também a sua grande vantagem. Superado esse desafio, foi possível se lançar na experiência, projetar a consciência no campo, potencializar os sentidos e obter respostas invisíveis para o método tradicional de ciência.

A experiência no Centro de Vitória revelou que as interações entre pessoas e entre as pessoas e o bairro dão vida ao lugar. A exemplo dos grafites, das pichações e das pinturas que afetaram o pesquisador subjetivamente e tiveram destaque na sua narrativa, não estando, portanto, ali soltos e inanimados. As mensagens expressas nas fachadas foram atos intencionais humanos e, por isso, carregavam significados. Alguém conscientemente interagiu com a superfície à sua frente, pensou no conteúdo da mensagem, no estilo da escrita, na técnica, na cor, no tamanho, na localização e agiu. Foi preciso estar aberto para dialogar com a subjetividade do outro e para questionar por meio daquelas palavras a própria liberdade, seja de circulação ou seja sexual. O autor da pesquisa experienciou, descreveu, refletiu, interpretou e narrou esse fenômeno que se manifestou para ele, somente quando interrogou o Centro sobre o que este tinha a dizer. As mensagens responderam à questão mobilizadora apontando a narrativa do outro, que indicou que aquele é um lugar de luta, de manifestação, de quebra de tabus, de resistência e de empoderamento e, o mais importante, popular. O perfil popular do Centro garante a diversidade, a alteridade e a liberdade do lugar.

Em pesquisa realizada no ano de 2016 pelo autor desta dissertação, no mesmo bairro, porém com olhar técnico de arquiteto urbanista solucionador de problemas, manifestações desse tipo foram vistas como sinais de descuido e poluição visual no Centro. O pesquisador não se permitiu ver o que estava além, pois estava condicionado ao determinismo, às teorias e às instrumentalizações prévias que o afastaram da realidade sensível que também faz parte do mundo.

Depois de viver uma experiência intersubjetiva no Centro, não é de se estranhar que sempre ocorreram tantas manifestações sociais, políticas e culturais no bairro. O Centro histórico e originário revelou que se suas ruas são estreitas, as relações criadas ali também são e essas características devem ser preservadas. Não por saudosismo ou por qualquer visão romantizada do passado. E sim porque há proximidade, contato, diálogo, troca, cultura, arte, sentimento, afeto, memória, enfim, qualidades capazes de refrear as forças do racionalismo, funcionalismo e individualismo extremados, e por que não, de afastar uma visão urbanística elitista e nostálgica do Centro. Há tempos o Centro se caracteriza pelo popular, que se organiza em lutas convergentes em defesa do lugar.

Não há a pretensão de praticar uma retrotopia, de voltar à forma original do Centro, mas também não há de se pensar no Centro do futuro utópico. É preciso viver e criar para o presente, planejando o futuro, claro, mas sem cristalizá-lo. Caso contrário, não haverá mais espaço para a criatividade nas próximas gerações.

Foi possível observar o risco iminente do planejamento e do projeto sem atenção aos aspectos humanos na região do aterro da Esplanada Capixaba, o Centro moderno, construído do zero com traçados retos, edifícios isolados nos lotes, volumes retangulares herméticos com fachadas envidraçadas, onde os sentidos foram saturados, houve dificuldade em se conectar subjetivamente com o lugar e as relações se distanciaram. Uma área de disputa, seja por espaço entre pedestres, ciclistas e motoristas ou por visibilidade com inúmeras assinaturas em forma de pichações nas fachadas. Contudo, esta pesquisa não teve como objetivo solucionar qualquer problema, pelo contrário, a ideia sempre foi abrir novas frentes de problematização do Centro.

Ficou evidente que a atitude fenomenológica intersubjetiva adotada pelo pesquisador enquanto hóspede no Centro lhe permitiu perceber coisas além de si mesmas. Ao recusar os preconceitos e julgamentos, o pesquisador se doou para o campo e esse surgiu repleto de significados antes desapercebidos. O método fenomenológico possibilitou um novo olhar que apreendeu a parte oculta da realidade objetiva. Portanto, acredita-se que esse método pode sim auxiliar o arquiteto urbanista na obtenção de informações latentes no espaço urbano, que, por sua vez, podem contribuir para o planejamento de cidades mais humanas e democráticas.

Apesar disso, ressalta-se que o saber subjetivo não deve se estabelecer como um comportamento hegemônico na ciência, tampouco ser aplicado genericamente em todas as áreas de conhecimento. É fundamental manter a consciência de que certas verdades não podem ser questionadas por meras subjetivações que, como visto, podem ser irracionais, arbitrárias e injustas. Existem problemas que vão além do excesso de objetividade na ciência que não foram contemplados nessa pesquisa, tal qual a compartimentação dos saberes em especialidades que deixam escapar o todo, porém, ainda assim, essa estrutura apresenta prós e contras. A possibilidade e necessidade de validação da subjetividade na ciência foi apresentada aqui como uma complementação ao conhecimento científico que permitiu desvelar o urbano, percebendo fragmentos invisíveis ao olhar técnico reducionista.

Talvez não seja por acaso que a narrativa desenvolvida neste estudo encontra no sentimento de liberdade a síntese do Centro de Vitória. Merleau-Ponty encerrou sua obra, “Fenomenologia da Percepção”, com o tópico intitulado “A liberdade” e, não à toa, tem-se nos dizeres do arquiteto capixaba Paulo Mendes da Rocha, em título de palestra recente na capital, a seguinte sentença: “Quem tem medo do Centro tem medo da liberdade”.[16] Ao optar por seguir caminhos alternativos ao pensamento hegemônico, por se lançar no incessante processo de desconstrução, abre-se espaço para a liberdade.

> Nota de um urbanista em desconstrução: essa pesquisa trouxe à tona meus conflitos, evidenciando meu anseio em virar a página do planejador urbano e pesquisador tradicionais, mas ainda carregado com alguns vícios da prática profissional e do academicismo. Vivemos na oscilação do condicionamento e da liberdade. Muitas vezes, durante esta pesquisa, me questionei sobre estar e ser livre. Por ora, concluí que EU (E)S(T)OU LIVRE, assumindo a alternância. Mas, uma vez destrancada a porta para a liberdade, sugiro deixá-la aberta. Esse foi um primeiro passo na busca por alternativas, ainda há muito a explorar no grupo Outros, do qual hoje me orgulho em ser parte. Eu estou preparado para o que vem a seguir(?)[17]

[16] Título de palestra proferia pelo arquiteto no dia 12 de março de 2020, em abertura do projeto cultural “A Partir do Centro”, promovido em parceria pelo Centro Cultural Sesc Glória, Secult-ES/Palácio Sonia Cabral, SEMC/PMV e UFES.

[17] Este trabalho foi finalizado em abril de 2020, contudo, antes da expansão extrema da pandemia da doença Covid-19. No atual contexto de distanciamento e isolamento social, fechar a porta literalmente tem sido a regra material e objetiva, mas a subjetividade permanece nessa conclusão: “uma vez destrancada a porta para a liberdade, sugiro deixá-la aberta. Eu estou preparado para o que vem a seguir(?)”. Isoladas como nas pinturas de Edward Hopper (1882-1967) que representam a solidão urbana, as pessoas anseiam pelo retorno às suas atividades, pelo reencontro com os semelhantes e pela vivência no espaço público. Durante o isolamento, é possível que a casa, o espaço público e as relações interpessoais sejam ressignificadas. O que vem a seguir ainda é incerto, é preciso preparar-se para enfrentar os dilemas e discutir os rumos do urbanismo e das cidades pós-Covid-19, que podem

REFERÊNCIAS

ABE, André T. **Grande Vitória, ES**: crescimento e metropolização. 1999. 526 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ABREU, Mauricio Almeida. Cidade brasileira: 1870-1930. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e Cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, FCT, 2001. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/62.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020

ALMEIDA, Renata H. **Modernização e Classes Populares**: as transformações urbanas e seu avesso na cidade de Vitória (1890-1930). 1992. 205f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992. Disponível em: Instituto Jones Santos Neves.

ALMEIDA, Maria do Carmo E. de A. “E a Bahia Civiliza-se...”: o saber urbanístico & saber médico em Salvador na Primeira República (1890-1930). In: **Anais do VI Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, Natal, 2000.

AMATUZZI, Mauro Martins. **A subjetividade e sua pesquisa**. Memorandum 10, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, abr. 2006 Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/amatuzzi03.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020

ARANTES, Otília B. Fiori. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 2 Ed. Revisada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. 1. ed. Romano Guerra, 2010. 130 p.

optar pelo distanciamento como regra ou restaurar as relações sociais pensando em cidades cada vez mais humanas, colaborativas e democráticas, que provoquem uma percepção do significado do mundo.

BARTHES, Roland. Semiology and the urban. In: LEACH, Neil (Ed.). **Rethinking Architecture**: a reader in cultural theory. New York: Routledge, 1997. Pp.158-72

BOTECHIA, Flávia Ribeiro. **Áreas Centrais em Transformação: os tempos e os espaços no centro tradicional de Vitória (ES)**. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRAIDOTTI, Rosi. **Transposiciones**: sobre la ética nómada. Barcelona: Gedisa, 2009.

CAMPOS JR, Carlos Teixeira. **O capitalismo se apropria do espaço**: a construção civil em Vitória. 1993. 219f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000744035> Acesso em: 06 abr. 2020

CAMPOS, Martha Machado. Vitória ES. **As potências de uma paisagem**. Online. Resenhas Online, São Paulo, ano 14, n. 162.04, Vitruvius, jun. 2015 Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/14.162/5545> Acesso em: 06 abr. 2020

CARVALHO, José Luis F., VERGARA, Sylvia C. **A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços**. São Paulo: RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 42, n. 3, Jul./Set. 2002 Disponível em: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902002000300008.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020

COSTA, Heloisa S. M. A metrópole brasileira contemporânea e o planejamento territorial. In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONI, Jorge Guilherme, PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. Edição do Kindle.

CULLEN, Gordon. **The concise townscape**. London: Routledge, 2012

CUPANI, Alberto. **A objetividade científica como problema filosófico**. Cad. Cat. Ens. Fís. v.6 Florianópolis, SC, jun. 1989 Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/viewFile/10067/14908> Acesso em: 06 abr. 2020

DOVEY, Kimberly. Putting geometry in its place: toward a phenomenology of the design process. In: SEAMON, David (Org.). **Dwelling, seeing, and designing**: toward a phenomenological ecology. New York: State University of New York Press, 1993. Pp.247-269

FEIJOO, Ana Maria L. C. **A crise da subjetividade e o despontar das psicologias fenomenológicas**. Psicologia em estudo. Maringá, v16 n.3, jul./set. 2011 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237032153_A_crise_da_subjetividade_e_o_despontar_das_psicologias_fenomenologicas> Acesso em: 06 abr. 2020

FERNANDES, Ana. Decifra-me ou te devoro: urbanismo corporativo, cidade fragmento e dilemas da prática do urbanismo no Brasil. In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONI, Jorge Guilherme, PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. Edição do Kindle.

FERRAZ, Marcus Sacrini A. **Fenomenologia e ontologia em Merleau-Ponty**. Tese. (Doutorado). USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-08072008-145806/publico/TESE_MARCUS_SACRINI_A_FERRAZ.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FREITAS, José Francisco B. Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata. In: **Anais do VIII Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, Niterói, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267961253_Aterros_e_decisoes_politicas_no_municipio_de_Vitoria_efeito_cascata> Acesso em: 06 abr. 2020

FURTADO, José Luiz. **Fenomenologia e a crise da arquitetura**. KRITERION, Belo Horizonte, nº 112, dez/2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2005000200022> Acesso em: 06 abr. 2020

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013

GOMES, Eduardo Rodrigues. **A modernização urbana do centro de Vitória (ES)**: considerações preliminares sobre a Geografia do passado de uma cidade. UFES: Geografares, nº 6, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1017> Acesso em: 06 abr. 2020

GONZALES, Suely F. Anotações para uma metodologia. In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONI, Jorge Guilherme, PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. Edição do Kindle.

GRAVES, Michael. Argumentos em favor da arquitetura figurativa (1982). In: NESBITT, Kate. (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.HABERMAS, 2002

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, Martin. **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLANDA, Marina de. "**Clássicos da arquitetura: Edifício Seagram / Mies van der Rohe**". Online. ArchDaily Brasil. 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/80364/classicos-da-arquitetura-edificio-seagram-mies-van-der-rohe> Acesso em: 06 abr. 2020

HUSSERL, Edmund. **A ingenuidade da ciência**. São Paulo: Scientiae studia (USP), v. 7, n. 4, p. 659-67, 2009. Texto traduzido do original em alemão, Die Naivität der Wissenschaft, que se encontra em Smid, 1993, p. 27-36. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11190/12958> Acesso em: 06 abr. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques> Acesso em: 18 fev. 2019

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JOHNSON, S. **Emergência**: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares. 1. ed. Zahar, 2003.

KARSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos**: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <http://www.thecityateyelevel.com> Acesso em: 06 abr. 2020

KARSSENBERG, H; LAVEN, J. A cidade ao nível dos olhos: estratégia dos plinths. In: KARSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos**: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <http://www.thecityateyelevel.com> Acesso em: 06 abr. 2020

KOOLHAAS, Rem. Por uma cidade contemporânea (1989). In: NESBITT, Kate. (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2004.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1981.

MACHADO, Nilson J. Objetividade e subjetividade na construção do conhecimento. In: **Afetividade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus; 2003. Disponível em: <https://nilsonjosemachado.net/20030808.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020

MAIA, Eduardo Cesar. **Os caminhos do pensamento de María Zambrano**. Revista Continente. Online. 2017. Disponível em: < https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/200/os-caminhos-do-pensamento-de-maria-zambrano> Acesso em: 06 abr. 2020

MARQUES, Moacyr M. O papel do desenho urbano no planejamento e gestão da cidade. In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONI, Jorge Guilherme, PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. Edição do Kindle.

MARTINS, Janis di Biase. A cidade reconstruída. In: VASCONCELLOS, J. G. M. (Org.). **Vitória**: trajetórias de uma cidade. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993. Disponível em: Instituto Jones dos Santos Neves.

MARTINS, Joel, BOEMER, Magali R.; FERRAZ, Clarice A. **A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa**: algumas considerações. Rev. Esc. Enf. USP, São Paulo, 24(1):139-147, abr. 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/136144> Acesso em: 06 abr. 2020

MENDONÇA, Eneida M. S**. Uma descrição cronológica do desenvolvimento urbano de Vitória**. Revista do Instituto Jones Santos Neves. Vitória, ano IV, n. 1, p. 38-40, abr/jun, 1985. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121205_rijsn_a4_n2_abr_jun_1985.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020

MENDONÇA, Eneida M. S. **Transferência de interesse no percurso da verticalização de construções em Vitória (ES)**. 2001.197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/pesquisa/bolsas/teses/arquivos/mendonca.doc> Acesso em: 60 abr. 2020

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas - 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perpsectiva, 2014.

MIRANDA, Clara L. Arquiteturas de Vitória, da Cidade Capital à Cidade Funcional. In: **465 Anos de Colonização do Espírito Santo nos 500 anos de Brasil**: sob o ponto de vista urbano e arquitetônico. Revista Imagem Urbana. Vitória, ano II, n. 04, p. 32-55, abr, 2000.

MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno**: arquitetura da metade do século XX. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTANER, Josep Maria. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

NESBITT, Kate. (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NETTO, Vinícius M., SABOYA, Renato T. A urgência do planejamento. In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONI, Jorge Guilherme, PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. Edição do Kindle.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O pensamento de Heidegger sobre arquitetura (1983). In: NESBITT, Kate. (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ORLANDI, E. P. A casa e a rua: uma relação política e social. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/18491>. Acesso em: 06 abr. 2020.

PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura (1986). In: NESBITT, Kate. (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011. 76 p.

PIMENTEL, Viviane Lima. **O teatro da modernidade. O protagonismo da avenida Capixaba em Vitoria ES**. Arquitextos, São Paulo, ano 19, n. 221.04, Vitruvius, out. 2018 <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7122>. Acesso em: 06 abr. 2020

POPPER, Karl Raimund. **Conhecimento objetivo**: uma abordagem evolucionária. Belho Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975

RASMUSSEN, Steen Eiler**. Arquitetura vivenciada**. Martins Fontes: São Paulo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 1 ed. Brasiliense, 1995.

ROWE, Colin, KOETTER, Fred. Cidade-colagem (1975). In: NESBITT, Kate. (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Percepção**: fenomenologia, ecologia, semiótica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. **Perceber o (in)visível: o corpo desenhando uma trajetória existencial no espaço e no objeto**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94749> Aceso em: 06 abr. 2020

SANTOS, Cláudia Alves dos; SOUZA, Flávia Silva de. **A paisagem geográfica através da fenomenologia: possíveis caminhos para a construção de um método**. Online. 2007. Disponível em: <http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20ClaudiaAlvesdos Santos.ED2III.pdf> Acesso em: 18 fev. 2019

SCHENATO, V. C. **A síntese entre objetividade e subjetividade mediada pela noção de habitus em Bourdieu**. Revista Perspectivas sociais. Pelotas, ano 1, n. 1. Mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/ index.php/percsoc/article/view/2345> Acesso em: 06 abr. 2020

SCHUMACHER, Thomas L. Contextualismo: ideais urbanos e deformações (1971). In: In: NESBITT, Kate. (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 1 ed. Rio de Janeiro. Record, 2014.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 4 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

SERPA, Angelo. **Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea**. Formação, Presidente Prudente, v. 2, p. 14-22, 2007.

SHIRAZI, Mohammad Reza. On phenomenological discurse in architecture. In: **Environmental & Architectural Phenomeology Newsletter**, Vol. 23, No. 3, Fall 2012. Disponível em: <www.arch.ksu.edu/seamon/EAP.html>

SMITH, David Woodruff. Phenomenology. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Winter 2013 Edition, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/phenomenology/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. Arquitectura y existencialismo. p.43-60. In: Solà-Morales, I. **Diferencias** – topografia de la arquitectura contemporânea. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O bairro contemporâneo**: ensaio de abordagem política. Revista brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 51 (2): 139-172, abr./jun 1989

UNITED NATIONS. Online. **68% of the world population projected to live in urban areas by 2050, says UN**. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/en/news/population/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html> Acesso em: 18 fev. 2019

VILLAR, José Wellington C. A velha e nova centralidade intraurbana de Aracaju-SE. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 13, 2002, João Pessoa. Contribuições Científicas. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), julho, 2002. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/06.pdf> Acesso em: 06 abr. 2020

WERF, J.; ZWEERINK, K.; TEEFFELEN, J. História da cidade, rua e andar térreo. In: KARSSENBERG, H. et al. A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <http://www.thecityateyelevel.com> Acesso em: 06 abr. 2020

ZONNO, Fabiola do Valle**. Lugares complexos, poéticas da complexidade**: entre arquitetura, arte e paisagem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014